

Construção, normatização e validação das escalas de
socialização e extroversão no
modelo dos Cinco Grandes Fatores

Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por serem um exemplo de luta e dedicação.

À minha esposa, por toda colaboração, inabalável compreensão e carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Claudio Hutz, por ter acompanhado meu trabalho, de uma forma inestimável, desde o início da graduação até hoje.

Aos colegas do Laboratório de Mensuração, que sempre me motivaram a levar adiante esse projeto.

Aos colegas e alunos do Laboratório de Medidas e Avaliação Psicológica, sem os quais esse trabalho seria impossível de ser realizado.

A todas as instituições que abriram as suas portas para a realização deste projeto.

Por fim, ao meu altíssimo nível de realização, sem o qual esse trabalho jamais seria concluído.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	12
RESUMO	14
ABSTRACT	15
SEÇÃO I	
INTRODUÇÃO	16
OS CINCO FATORES DE PERSONALIDADE	24
Fator I: Extroversão	24
Fator II: Socialização	24
Fator III: Realização	25
Fator IV: Neuroticismo	25
Fator V: Abertura	26
POR QUE CINCO FATORES?	27
AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE NO MODELO DOS CINCO GRANDES FATORES DE PERSONALIDADE	30
A hipótese léxica	30
A TEORIA DE TRAÇOS DE PERSONALIDADE DE GORDON WILLARD ALLPORT	
A vida de Allport	35
Concepção de ciência	36

Concepções ontológicas	39
Conceito de personalidade	41
A personalidade compreendida como uma estrutura externa	41
A interpretação positivista da personalidade	42
Definição da personalidade por Allport	43
Outros Conceitos Relacionados com a Personalidade	
Caráter	45
Temperamento	47
Traços ou disposições	48
A relação entre traços e os outros componentes da personalidade	
Hábito	51
Atitude	52
Disposições pessoais	53
TEORIA DA PERSONALIDADE DE RAYMOND CATTELL	
A vida de Cattell	55
Personalidade, humor e papéis	61
Traço de personalidade	63
O desenvolvimento dos traços	66
A interação entre a hereditariedade e o ambiente para o desenvolvimento da personalidade	71
As diferentes fontes de informações na avaliação da personalidade	74
O modelo de personalidade de Cattell	76
Fator A	77
Fator B	77

Fator C	77
Fator E	77
Fator F	78
Fator G	78
Fator H	78
Fator I	78
Fator L	79
Fator M	79
Fator N	79
Fator O	79
Fator Q ₁	80
Fator Q ₂	80
Fator Q ₃	80
Fator Q ₄	81
Fator D	81
Equação de especificação	82
A relação entre traços e tipos de personalidade	83
Comentários finais	84

A TEORIA FATORIAL DE PERSONALIDADE DE HANS JURGEN EYSENCK

A vida de Eysenck	86
Concepção de ciência	86
Método de pesquisa	88
Conceito de personalidade	90
A estrutura hierárquica da personalidade	94

Especificidades do autor	98
Críticas ao autor	99
SEÇÃO II	101
ESTUDO 1 - CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS QUALIDADES PSICOMÉTRICAS DAS ESCALAS EFE E EFS	
Introdução	105
Elaboração dos Itens e Instruções	105
MÉTODO	
Estudo piloto	111
AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DA ESCALA FATORIAL DE SOCIALIZAÇÃO	
Definição e descrição da amostra	113
Procedimentos de coleta de dados	117
Análise dos Dados e Discussão	119
Limpeza da base de dados	119
Análise dos valores não informados	121
Análise fatorial e a verificação da dimensionalidade da Escala Fatorial de Socialização	122
AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DA ESCALAS FATORIAL DE EXTROVERSÃO	
Definição e descrição da amostra	138

Procedimentos de coleta de dados	142
Análise dos Dados e Discussão	144
Limpeza da base de dados	144
Análise dos valores não informados	144
Análise fatorial e a verificação da dimensionalidade da Escala Fatorial de Extroversão	145
Limites e associações entre Extroversão e Socialização	162
Comentários finais	168
ESTUDO 2- ESTUDOS INICIAIS DE VALIDADE DE CRITÉRIO DAS ESCALAS EFE E EFS	
Introdução	169
A associação entre características da personalidade e adicção a álcool e drogas	171
MÉTODO	
Amostra	174
Descrição dos grupos e locais avaliados	175
Clínica para tratamento de alcoolismo e adicção a drogas	175
Unidade de assistência psicológica da Polícia Militar	176
Estudantes do curso de psicologia no Estado da Bahia	177

Instrumentos	178
Procedimentos	180
Análise dos dados e discussão	181
COMENTÁRIOS FINAIS	185
REFERÊNCIAS	187
ANEXO A – Termo de consentimento informado	197
ANEXO B – Rotina SPSS para o cálculo da probabilidade do sujeito ter respondido a EFE ou EFS	198
ANEXO C – Roteiro de entrevista para o grupo de adictos	199
ANEXO D – Listagem dos componentes do laboratório de medidas e avaliação psicológica	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da amostra por sexo	116
Tabela 2. Distribuição da Amostra por Estado	116
Tabela 3. Distribuição dos Participantes em Função do Curso	116
Tabela 4. Distribuição da Amostra por Estado Civil	117
Tabela 5. Identificação das escalas	120
Tabela 6. Listagem dos Itens com Maior Ocorrência de Respostas	
Não Informadas	122
Tabela 7. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala S1	125
Tabela 8. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala S2	126
Tabela 9. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala S3	127
Tabela 10. Correlação entre as subescalas da EFS	
129	
Tabela 11. Consistência Interna das Subescalas da EFS	129
Tabela 12. Médias e Mediana e Desvio-Padrão das subescalas e escala	
geral da EFS por sexo	130
Tabela 13. Correlação Entre a Idade e as Escalas da EFS	130
Tabela 14. Tabela de Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por	
Homens	135
Tabela 15. Tabela de Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por	
Mulheres	136
Tabela 16. Distribuição da Amostra por Sexo	141
Tabela 17. Distribuição da Amostra por Estado	141
Tabela 18. Distribuição dos Participantes em Função do Curso	141

Tabela 19. Distribuição da Amostra por Estado Civil	142
Tabela 20. Listagem dos Itens com Maior Ocorrência de Respostas	
Não Informadas	145
Tabela 21. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala E1	148
Tabela 22. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala E2	149
Tabela 23. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala E3	151
Tabela 24. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala E4	151
Tabela 25. Correlação Entre a EFE e a Suas Subescalas	152
Tabela 26. Consistência entre as Subescalas da EFE	153
Tabela 27. Médias e medianas das subescalas e escala geral da EFE por sexo	154
Tabela 28. Correlação Entre a Idade e as Escalas da EFE	154
Tabela 29. Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por Homens	161
Tabela 30. Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por Mulheres EFE	161
Tabela 31. Correlação Entre as escalas da EFE e EFS	167
Tabela 32. Resultados da EFE e EFS no grupo de adictos	182
Tabela 33. Resultados da EFS no grupo de policiais militares não alcoolistas	182
Tabela 34. Resultados da EFS no grupo de policiais militares alcoolistas	182
Tabela 35. Correlação entre as escalas EFE e EFS com os indicadores da entrevista	183
Tabela 36. Média e desvio padrão do número de indicadores para os grupos avaliados	184

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A distribuição do tipo a partir de um modelo dicotômico	95
Figura 2 – A distribuição do tipo a partir de uma curva normal	95
Figura 3 – A distribuição do tipo a partir de uma curva multimodal	95
Figura 4 – O modelo hierárquico de personalidade de Eysenck	98
Figura 5. Distribuição da idade da amostra da EFS	115
Figura 6. Scree plot da EFS	124
Figura 7. Distribuição das Respostas da Escala S1 para Homens	131
Figura 8. Distribuição das Respostas da Escala S1 para Mulheres	131
Figura 9. Distribuição das Respostas da Escala S2 para Homens	132
Figura 10. Distribuição das Respostas da Escala S2 para Mulheres	132
Figura 11. Distribuição das Respostas da Escala S3 para Homens	133
Figura 12. Distribuição das Respostas da Escala S3 para Mulheres	133
Figura 13. Distribuição das Respostas da Escala Total para Homens	134

Figura 14. Distribuição das Respostas da Escala Total para Mulheres	134
Figura 15. Distribuição da Idade da Amostra da EFE	141
Figura 16. Scree plot da EFE	147
Figura 17. Distribuição das Respostas da Escala E1 para Homens	155
Figura 18. Distribuição das Respostas da Escala E1 para Mulheres	155
Figura 19. Distribuição das Respostas da Escala E2 para Homens	156
Figura 20. Distribuição das Respostas da Escala E2 para Mulheres	156
Figura 21. Distribuição das Respostas da Escala E3 para Homens	157
Figura 22. Distribuição das Respostas da Escala E3 para Mulheres	158
Figura 23. Distribuição das Respostas da Escala E4 para Homens	158
Figura 24. Distribuição das Respostas da Escala E4 para Mulheres	158
Figura 25. Distribuição das Respostas da Escala Total para Homens	159

Figura 26. Distribuição das Respostas da Escala Total para Mulheres

159

RESUMO

Esse projeto visou a construção, validação e normatização de escalas para a avaliação dos Fatores Extroversão e Socialização no modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. A partir deste Modelo, Socialização é uma dimensão da personalidade que agrupa traços como altruísmo, franqueza, confiança nas pessoas, bem como frieza, falta de empatia, comportamentos antisociais, etc. Extroversão engloba traços que descrevem nível de comunicação, assertividade, gregariedade, busca por diversão, etc. A validade de construto da Escala Fatorial de Socialização (EFS) e Escala Fatorial de Extroversão (EFE) foi realizada a partir de amostras independentes compostas por aproximadamente 1.100 pessoas de cinco estados brasileiros, de ambos os sexos, com nível de escolarização médio ou superior. Foram realizadas análises fatoriais para a verificação da dimensionalidade da EFS, sendo que a solução de três fatores foi considerada a mais adequada. Os fatores extraídos foram denominados *Amabilidade*, *Pró-sociabilidade* e *Confiança nas pessoas*, com *Alpha's* de 0,91; 0,84 e 0,80 respectivamente. A escala geral apresentou uma consistência interna de 0,92. Foram realizadas análises fatoriais para a verificação da dimensionalidade da EFE, sendo que a solução de quatro fatores foi considerada a mais adequada. Os fatores extraídos foram denominados *Comunicação*, *Altevez*, *Assertividade*, *Interação Social*, com *Alpha's* de 0,90; 0,78; 0,78 e 0,83 respectivamente. A escala geral apresentou uma consistência interna de 0,91.

Palavras-Chave: Avaliação da personalidade, Cinco Grandes Fatores, Extroversão, Socialização

ABSTRACT

The present project aimed the development, validation and standardization of scales to measure Extraversion and Agreeableness in the Five Factor Model of Personality. In this model, Agreeableness is comprised by traits that describe altruism, straightforwardness, trust in people, as well as coldness, antisocial behavior, among others. Extraversion includes traits that describe level of communication, assertivity, gregariousness, search for pleasure, among others. The participants in the construct validity study of the Agreeableness Factorial Scale (EFS) and Extraversion Factorial Scale (EFE) were approximately 1.100 individuals, from five States in Brazil, of both sexes, with high school or university level of education. Factor analyses were conducted to determine the EFS dimensions. A 3-factor solution was found to be more adequate. The factors found were named: Amiability, Pro-social behavior, and Trust. Cronbach's alphas were .91, .84, and .80 respectively. The general scale presented an internal consistency level of .92. Factor analyses were also conducted to verify the EFE dimensions. A 4-factor solution was found to be more adequate. The factors found were named: Communication, Pride, Assertiveness, and Social Interaction. Cronbach's alphas were .90, .78, .78, and .83 respectively. The general scale presented internal consistency level of .91.

Key-words: Personality assessment, Five Factor Model, Agreeableness, Extraversion

SEÇÃO I

INTRODUÇÃO

O modelo dos Cinco Grandes Fatores (CGF), conhecido na literatura como “Big Five”, ou “Five Factor Model” tem gerado um crescente interesse e um entusiasmo muito grande por parte da comunidade científica por representar uma possibilidade de descrição da personalidade de forma simples, elegante e econômica. A excitação com esse modelo deve-se também em grande parte ao acúmulo de evidências de sua universalidade e aplicabilidade em diferentes contextos. Embora a denominação dos fatores ainda não seja consensual, os traços de personalidade que são descritos pelos mesmos e sua forma de agrupamento são equivalentes nas diferentes abordagens ao Modelo. Na sua formulação atual, o modelo dos CGF propõe fatores denominados Extroversão (E), Socialização (S), Realização (R), Neuroticismo (N) e Abertura para novas experiências (A).

A origem dos Cinco Grandes Fatores vem de um grande conjunto de pesquisas na área da personalidade, advindo das teorias fatoriais e teorias de traços de personalidade. Essa abordagem teve início com McDougall que pela primeira vez apresentou uma explicação teórica da personalidade a partir de cinco fatores. Esse trabalho inspirou Thurstone (1934) a desenvolver uma pesquisa para verificar empiricamente a adequação do modelo, constatando – já na década de 30 – a sua viabilidade. No entanto, foram necessários cinquenta anos para que os pesquisadores da personalidade dessem a devida atenção ao modelo, considerando-o um vantajoso campo de trabalho para as suas pesquisas.

Digman (1993) aponta para as possíveis causas do reconhecimento tardio da validade dos CGF. Uma delas é que análise fatorial, antes do desenvolvimento dos computadores e de *software* específicos, era muito difícil de ser realizada com precisão e representava um trabalho que demandava muito tempo. “A simples análise de 30 variáveis era uma tarefa desanimadora que poderia sugerir muitas semanas de trabalho clérigo e repleto de chances de erros de cálculo a cada momento” (p. 13). O estudo de Thurstone, que verificou a adequação do modelo de cinco fatores de McDougall (1932), foi baseado em uma amostra de 1.330 participantes e 60 variáveis, permaneceu irreplicável por muitos anos. Até Cattell (1947; Cattell, 1948) empreender seus estudos nas décadas seguintes, ninguém se dispôs a realizar um estudo desta magnitude.

Uma outra possível razão para o reconhecimento tardio dos CGF é que Thurstone, como muitos outros pioneiros do Modelo, não seguiu adiante suas descobertas, voltando-se para outras atividades – principalmente no campo da inteligência. Provavelmente, se o autor tivesse dedicado anos do seu trabalho e escrito as implicações das suas descobertas, hoje o modelo seria internacionalmente conhecido como “Cinco Fatores de Thurstone” (Digman, 1993).

Alguns anos depois, Fiske (1949), Tupes e Christal (1992) e Borgatta (1964) publicaram resultados de pesquisas com descritores de traços de personalidade que corroboraram e estenderam os achados de Thurstone. No entanto, provavelmente por terem outros interesses de pesquisa, nenhum destes autores levou adiante seus trabalhos na área e as suas publicações iniciais ficaram isoladas.

Um terceiro motivo para a recepção tardia do modelo pode ser identificada pela maneira pela qual os psicólogos, incluindo os interessados no tópico, concebiam o cam-

po da personalidade. Uma revisão nos livros-textos escritos nos últimos 60 anos indica que o campo desenvolveu-se muito na teoria e pouco em termos das pesquisas sistemáticas. Além disso, como foi notado por Carver e Scheier (1988), teoria e pesquisa em personalidade têm sido representadas por duas abordagens muito diferentes. Uma pode ser caracterizada por um interesse nos fenômenos interpessoais, enquanto que a outra ocupou-se com investigação das diferenças individuais. A primeira é uma grande tradição, característica da Europa Continental, da pesquisa da identidade humana; a última segue a tradição dos psicometristas ingleses e americanos. Estas abordagens muito diferentes são sugestivas da distinção de Snow (1959) entre as “duas culturas”: uma com as suas origens na literatura, filosofia e nas artes e a outra com raízes na ciência e tecnologia.

Digman (1993) aponta também que a área de pesquisa da personalidade conhecida como “abordagem fatorial”, dominada pelo trabalho de Cattell (por exemplo, 1947, 1948, 1965), Eysenck (1947; Eysenck, 1970) e, em algum grau, por Guilford (1959) não foi conclusiva para os pesquisadores da personalidade e para os demais pesquisadores – e por um bom motivo. “Existem 16 ou mais fatores? ou somente 3? Seria o fator Extroversão de Cattell o mesmo do sistema de Guilford? Como pode a aplicação de uma técnica padronizada em estatística, como a análise fatorial, produzir sistemas tão diferentes? ... Como podem três investigadores renomados, usando as mesmas técnicas, chegar a três sistemas tão diferentes?” (p. 13).

A partir da década de 50 do século passado, é possível observar-se que, enquanto os livros-textos estiveram devotando espaço para os sistemas de Cattell e Eysenck como representantes das teorias fatoriais, uma série de estudos foi lentamente construindo uma reputação sólida, baseada em dados empíricos, a favor dos CGF. Eles incluem o trabalho

de Fiske (1949), Tupes e Christal (1992), Norman (1963), Borgatta (1964) e Norman e Goldberg (1966). Um interessante aspecto destes trabalhos é que apesar de muitos destes estudos tenham sido conduzidos independentemente, geralmente sem nenhuma concepção prévia dos resultados, chegaram a resultados muito similares.

O estudo de Fiske – um dos mais conclusivos a favor do modelo dos CGF – foi feito em conjunção com o projeto de seleção do *Michigan Veterans Administration* (Kelly & Fiske, 1951). Cattell serviu como consultor para este projeto, no qual 22 das suas escalas de avaliação foram utilizadas. Os candidatos foram avaliados por pares, por avaliadores profissionais, e por eles mesmos. Fiske realizou as análises fatoriais de três conjuntos de correlações e, como Thurstone, encontrou evidências de que uma solução de cinco fatores era adequada. Além disso, em muitos aspectos, a sua interpretação destes fatores não foi muito diferente das interpretações atuais. Apesar do resultado obtido nesta pesquisa, seu impacto na área não foi muito grande.

Outro consultor deste projeto, Tupes, usou subseqüentemente 30 das escalas de Cattell em um estudo para as Forças Aéreas Norte Americanas. A análise dos dados sugeriu que cinco fatores abrangentes seriam suficientes para uma solução fatorial adequada (Tupes & Christal, 1992). Intrigados por tais resultados, estes pesquisadores reavaliaram as correlações de Cattell e Fiske e concluíram que estas apresentavam grande concordância com as análises dos seus dados. Essa concordância não apenas se dava com respeito ao número de fatores, mas o seu conteúdo era virtualmente o mesmo. Tupes e Christal (1992) denominaram estes cinco fatores como *Surgency* (ou *Extroversion*), *Agreeableness*, *Conscientiousness*, *Emotional Stability* e *Culture*.

Depois disso, Norman (1963), usando 20 das escalas de Tupes e Christal (1992), relatou uma replicação bem sucedida de seus resultados. Borgatta (1964), familiar com o estudo de Tupes e Christal, selecionou um conjunto de descritores de comportamentos que foram usados para avaliar as interações de um pequeno grupo de discussão. As análises dos descritores mensurados produziram cinco fatores muito similares em conteúdo aos obtidos por Tupes e Christal, exceto para o fator “cultura”, o qual Borgatta achou melhor representado como inteligência.

Digman (1993) indica que na metade da década de 60 finalmente havia todos os elementos necessários para o desenvolvimento do Modelo: cinco dimensões robustas de traços tinham sido originalmente sugeridas por um teórico introspectivo, McDougall, e foram apoiadas por um estudo pioneiro desenvolvido por um psicometrista muito conhecido, Thurstone. Tais resultados foram corroborados por quatro estudos independentes, sendo que todos tiveram um alto nível de concordância. Apesar disso, até muito recentemente, poucos investigadores conheciam estes estudos e os livros-textos tradicionais os ignoravam completamente. Tal fato provavelmente deu-se pelo entusiasmo testemunhado nas décadas de 60 e 70 com o *behaviorismo* e seu desinteresse por um assunto tão subjetivo quanto a “personalidade” ou a avaliação psicológica. Outro provável fator foi a distância existente entre os psicólogos sociais e os que trabalhavam com a avaliação da personalidade – os primeiros aparentemente dando uma importância muito maior aos fatores situacionais que podem determinar os comportamentos em contraposição aos traços de personalidade que eram trabalhados pelos últimos.

De uma forma geral, pode-se dizer que o modelo dos CGF desenvolveu-se a partir das pesquisas realizadas na área das teorias fatoriais e das teorias de traços de personali-

de, sendo que as últimas contribuíram grandemente para o desenvolvimento da sua base teórica. Já as teorias fatoriais contribuíram grandemente sob o aspecto instrumental e metodológico que, de uma forma gradual, convergiram para uma solução de cinco fatores. Este processo deu-se a partir do avanço das técnicas fatoriais e da computação, da elaboração de métodos mais sofisticados de localização e extração de fatores que acabaram dando respaldo a essa forma de compreensão da personalidade.

O modelo dos CGF se desenvolveu à luz das metodologias empiricistas. Apesar disso, este tem-se mostrado capaz de explicar os resultados obtidos em testes criados a partir de diversos modelos teóricos de personalidade. Esta “tradução” de instrumentos com forte embasamento teórico para o modelo dos CGF tem permitido uma compreensão mais profunda do que representam esses fatores. Também é essa “tradução” que tem permitido uma comparação sistemática de diversos construtos que são avaliados por diferentes instrumentos e a melhor compreensão das suas diferenças e semelhanças.

Outro ponto que tem chamado atenção em relação aos CGF vem de estudos transculturais, que foram realizados para verificar se o Modelo pode ser encontrado em diferentes línguas e sociedades. McCrae e Costa (1997), usando a versão adaptada do NEO-PI-R (um instrumento para a avaliação da personalidade criado a partir do modelo dos CGF) para seis línguas diferentes (Alemão, Português, Hebreu, Chinês, Coreano e Japonês), constataram que, em todas as versões, o instrumento indicou a replicabilidade do modelo dos Cinco Grandes Fatores.

Com base nestes resultados e em um acúmulo substancial de outras evidências, foi proposta a hipótese de universalidade dos Cinco Grandes Fatores. McCrae e Costa (1997) atribuem tal universalidade à existência de um conjunto de características biológicas da

nossa espécie, representadas por traços, ou simplesmente uma consequência psicológica das experiências humanas compartilhadas da vida em grupo. Tal compreensão aproxima-se grandemente ao conceito proposto por Allport (1961) de *traços comuns*, que representam aspectos da personalidade humana que são compartilhados pela grande maioria das pessoas de uma dada cultura. Na verdade, os cinco fatores parecem ser uma forma eficiente de agrupamento de traços comuns muito gerais, observáveis em virtualmente todas as culturas. Se assim for, as diferenças culturais possivelmente estarão representadas numa camada mais baixa deste modelo, nos subfatores das escalas e nas suas especificidades.

Quanto à utilização do modelo em populações específicas, as pesquisas mais recentes têm verificado que o modelo dos CGF é capaz de explicar transtornos de personalidade usualmente identificados na prática clínica. Neste sentido, há um especial interesse em comparar os resultados obtidos nos instrumentos que avaliam a personalidade pelos CGF com diagnósticos de Transtornos de Personalidade identificados nos manuais psiquiátricos. Widiger, Trull, Clarkin, Sanderson, e Costa (2002), por exemplo, elaboraram uma tabela relacionando os transtornos de personalidade listados no DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994) com os Cinco Grandes Fatores e suas sub-dimensões. No Brasil, Nunes, Alves, Tomazoni, e Hutz (2001) realizaram um estudo para verificar a validade de critério da Escala Fatorial de Neuroticismo (Nunes, Alves, Tomazoni, & Hutz, 2001) em um grupo de pacientes com diagnóstico de depressão. Como resultado, foi verificada a capacidade desta escala em diferenciar pacientes com tal diagnóstico de pessoas da população geral. Esses trabalhos chamaram muita atenção da comunidade científica

por ampliarem consideravelmente a aplicabilidade de instrumentos gerados a partir do modelo dos CGF.

De uma forma geral, pode-se dizer que três linhas de pesquisa independentes convergiram até a década de 80 para o modelo CGF. Uma linha representava o interesse renovado na avaliação da personalidade pelas teorias de traços e teorias fatoriais. A segunda envolvia estudos da estrutura da linguagem a partir dos descritores de traços de personalidade. A terceira envolvia o interesse na análise dos múltiplos inventários de personalidade e o Modelo ofereceu a possibilidade de reinterpretá-los coerentemente de uma forma mais simplificada e produtiva (Digman, 1993). Essas três linhas de pesquisas serão mais detalhadas a seguir para que se tenha uma melhor compreensão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos dos CGF.

OS CINCO FATORES DE PERSONALIDADE

São descritos, a seguir, cada um dos fatores do modelo dos CGF. É importante considerar que a nomenclatura em português ainda está sendo discutida pelos pesquisadores do Modelo, podendo ser alterada no futuro.

Fator I: Extroversão.

Este fator refere-se à quantidade e à intensidade das interações interpessoais preferidas, nível de atividade, necessidade de estimulação e capacidade de alegrar-se. Pessoas que são altas em Extroversão tendem a ser sociáveis, ativas, falantes, otimistas e afetuossas. Indivíduos com escores baixos em Extroversão tendem a ser reservados (mas não necessariamente inamistosos), sóbrios, indiferentes, independentes e quietos. Introversos não são necessariamente pessoas infelizes ou pessimistas, mas eles não são dados aos estados de espírito exuberantes que caracterizam os extroversos (Costa & Widiger, 1993).

Fator II: Socialização.

Socialização, assim como Extroversão, é uma dimensão interpessoal e refere-se aos tipos de interações que uma pessoa apresenta ao longo de um contínuo que se estende da compaixão ao antagonismo. Pessoas que são altas em Socialização tendem a ser generosas, bondosas, afáveis, prestativas e altruístas. Ávidas para ajudar aos outros, elas tendem a ser responsivas e empáticas, e acreditam que a maioria das outras pessoas irá agir da mesma forma. Indivíduos que são baixos em Socialização tendem a ser pessoas cínicas, não cooperativas e irritáveis, podendo também ser pessoas manipuladoras, vingativas e implacáveis (Costa & Widiger, 1993).

Fator III: Realização.

Este fator representa o grau de organização, persistência, controle e motivação para alcançar objetivos. Pessoas que são altas em Realização tendem a ser organizadas, confiáveis, trabalhadoras, decididas, pontuais, escrupulosas, ambiciosas e perseverantes. Por outro lado, pessoas que são baixas em Realização tendem a não ter objetivos claros, não são confiáveis e geralmente são descritas como sendo preguiçosas, descuidadas, negligentes e hedonistas (Costa & Widiger, 1993).

Fator IV: Neuroticismo.

Este fator refere-se ao nível crônico de ajustamento emocional e instabilidade. Alto Neuroticismo identifica indivíduos propensos a sofrimentos psicológicos e que podem apresentar níveis elevados de ansiedade, depressão, hostilidade, vulnerabilidade, autocrítica e impulsividade. Neuroticismo também inclui idéias não realísticas, baixa tolerância à frustração e respostas de *coping*¹ não adaptativas (Costa & Widiger, 1993). Pessoas com baixo nível de Neuroticismo tendem a ser mais independentes, podendo chegar à total falta de preocupação com as opiniões alheias, bem como pouco atentas aos riscos físicos e psicológicos aos quais vivenciam no seu dia a dia e podem também apresentar uma baixa auto-crítica.

¹ Estratégias de *Coping*: Conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, utilizadas pelos indivíduos com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas e externas, que surgem em situações de estresse (Lazarus & Folkman, 1984). Para mais informações sobre o construto, acesse o site do Laboratório de Mensuração do Instituto de Psicologia da UFRGS (www.psicologia.ufrgs.br/laboratório).

Fator V: Abertura.

Este fator é menos conhecido que Neuroticismo e Extroversão e é frequentemente referido como *Intelecto*. Porém, Abertura não está diretamente relacionada com inteligência. Este fator refere-se aos comportamentos exploratórios e reconhecimento da importância de ter novas experiências. Indivíduos altos nesta dimensão são curiosos, imaginativos, criativos, divertem-se com novas idéias e com valores não convencionais; eles experienciam uma gama ampla de emoções mais vividamente do que pessoas *fechadas* (baixas em Abertura). Pessoas que são baixas em Abertura tendem a ser convencionais nas suas crenças e atitudes, conservadoras nas suas preferências, dogmáticas e rígidas nas suas crenças; tendem também a ser menos responsivas emocionalmente (Costa & Widi-ger, 1993).

POR QUE CINCO FATORES?

A descoberta dos cinco fatores foi acidental e constitui-se em uma generalização empírica, replicada independentemente inúmeras vezes. Como o modelo não foi desenvolvido a partir de uma teoria, não há, conseqüentemente, uma explicação teórica *a priori* (e satisfatória) dos motivos que levariam a organização da personalidade em cinco (e não quatro, ou sete) dimensões básicas.

Alguns autores não consideram que isso seja uma dificuldade para o modelo. McCrae e John (1992) afirmam que situações similares existem em todas as ciências. Biólogos, por exemplo, identificaram oito classes de vertebrados. A teoria da evolução pode ser usada para explicar o desenvolvimento das classes, mas não há teoria que explique por que os vertebrados se dividem em oito (e não em cinco, ou 11) classes.

Porém, vários autores têm questionado a origem do número de fatores. Como já foi mencionado, o modelo CGF tem suas origens na análise da linguagem utilizada para descrever pessoas. O uso de descritores de traços (geralmente adjetivos) da linguagem natural tem sido defendido como a melhor estratégia para identificar fatores que permitam entender melhor as características de personalidade (Briggs, 1992). Esse posicionamento decorre da hipótese léxica que afirma que "as diferenças individuais mais significativas nas interações diárias das pessoas são codificadas na linguagem" (Goldberg, 1982, p. 204) como já foi discutido anteriormente.

McAdams (1992) observou que os cinco fatores se referem a informações fundamentais que geralmente queremos ter sobre pessoas com quem vamos interagir. Anteriormente, Goldberg (1981) também observou que os cinco fatores sugerem que o desen-

volvimento da linguagem em diferentes sociedades expressa uma preocupação em obter cinco conjuntos de informações sobre pessoas. Aparentemente, pelo menos nas sociedades estudadas, as pessoas parecem querer saber se o estranho, o visitante ou o aprendiz com quem vão interagir é: 1) ativo e dominante ou passivo e submisso; 2) socialmente agradável ou desagradável, amigável ou frio, distante; 3) responsável ou negligente; 4) louco, imprevisível ou normal, estável; 5) esperto ou tolo, aberto a novas experiências ou desinteressado por tudo aquilo que não diz respeito à experiência do cotidiano.

A questão que emerge a seguir diz respeito à universalidade de um sistema baseado numa estrutura lingüística. Seriam essas questões as mesmas em todas as culturas?

Como o modelo CGF é relativamente recente, o número de replicações transculturais ainda é pequeno. Porém, o modelo foi replicado em alemão (Borkenau & Ostendorf, 1990), japonês (Bond, Nakazatu, & Shiraishi, 1975), chinês (Yang & Bond, 1990) e hebraico (Birenbaum & Montag, 1986). Investigações com estudantes de Hong Kong, das Filipinas e dos Estados Unidos também replicaram o modelo CGF (Bond, 1979). Atualmente, está em curso uma tentativa de adaptar o NEO-PI para o português, em Portugal (Paul Costa, comunicação pessoal) e para o Russo (Draguns, Krilova, Oryol, Rukavishnikov, & Martin, 1998). Essa mesma equipe também replicou o modelo CGF com os Nentsy, uma população relativamente isolada que vive no círculo Ártico na Rússia e que tem uma linguagem própria. Nossos estudos têm mostrado que esse modelo também é replicável no Brasil (Hutz & Nunes, 2001; Hutz e cols., 1998; Nunes, 2000; Nunes, Alves, Tomazoni, & Hutz, 2001).

McCrae e John (1992) salientaram que pode haver vantagens adaptativas em ser capaz de identificar nos outros as características que fazem parte dos cinco fatores. Nesta

mesma linha de raciocínio, Buss (1991) argumentou que o modelo CGF pode representar "dimensões importantes do terreno social (e que) seres humanos foram selecionados para percebê-las e agir com relação a elas" (p. 473). Essas suposições, se verdadeiras, explicam por que os cinco fatores devem estar representados na linguagem de todas as culturas. As replicações obtidas em outras culturas tendem, por enquanto, a apoiar a universalidade do modelo CGF.

AValiação DA PERSONALIDADE NO MODELO DOS CINCO GRANDES FATORES DE PERSONALIDADE

É revisado nesse capítulo o desenvolvimento do modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade a partir dos seus conceitos centrais. Para tanto, são levantadas as relações entre as Teorias de Traço, as Teorias Fatoriais e um pressuposto que é utilizado para sistematizar a avaliação da personalidade a partir desses modelos – a hipótese léxica. É possível verificar, com o levantamento histórico desta área da psicologia, o quanto o desenvolvimento teórico, técnico e computacional foram importantes para o desenvolvimento deste Modelo de Personalidade.

A Hipótese Léxica

A avaliação da personalidade a partir das teorias fatoriais está intimamente ligada à linguagem natural e aos princípios básicos das teorias de traços (Allport, 1927, 1961; Allport & Odbert, 1936). Estas teorias postulam que a personalidade pode ser compreendida através de níveis hierárquicos de estruturas que delimitam e modulam o comportamento humano. Embora não haja consenso entre os diferentes autores que trabalham com teorias fatoriais da personalidade quanto às nomenclaturas ou taxonomias destes níveis, todos parecem concordar que a forma mais produtiva de investigação da personalidade dá-se a partir dos *traços de personalidade*.

Allport (1961) definiu *traço* como uma estrutura neuropsíquica que está relacionada com a capacidade dos sujeitos para interpretar muitos estímulos funcionalmente equivalentes e – assim - iniciar e guiar formas equivalentes de condutas adaptativas e expres-

sivas. Diferentemente de características físicas, traços de personalidade são abstrações que não podem ser medidas diretamente.

Eysenck (1953a), por sua vez, apresentou uma definição de traços de personalidade com uma natureza mais operacional: “um traço pode ser definido como um conjunto covariante de comportamentos; aparece assim como um princípio organizador o qual é deduzido da generalidade do comportamento humano” (p. 9).

Uma proposta para a mensuração da personalidade a partir de seus traços apoia-se na hipótese léxica (Allport, 1961; Goldberg, 1981; John, Angleitner, & Ostendorf, 1988), que supõe que todas as diferenças individuais importantes em uma dada sociedade estarão incluídas na linguagem natural falada. Neste caso, em algum ponto na evolução histórica da linguagem, descritores de traços são codificados a partir da criação de termos lingüísticos. Se tal hipótese for verdadeira, o processo oposto pode ser útil aos psicólogos: decodificando estes termos, é possível verificar a forma como estes se agrupam, dando esse processo uma importante indicação de quais e quantas são as dimensões básicas da personalidade.

Goldberg (1981) argumenta que se uma característica de personalidade for saliente, isto é, capaz de gerar diferenças individuais socialmente relevantes, as pessoas vão notar esta característica e, como ela é importante, vão querer falar sobre ela. Em consequência, uma palavra ou expressão terminará sendo inventada para descrever essa característica ou traço. Enquanto essa característica continuar presente em uma dada sociedade, o termo que a designa será mantido na linguagem falada. Desta forma, uma grande quantidade de descritores de traços deve ser codificada na linguagem natural ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Allport argumentou que “esses milhares de palavras originam-se de dois tipos separados de interesse. Em primeiro lugar, podemos estar certos de que os homens experimentam o desejo de denominar o que realmente existe na natureza humana. Se nossos semelhantes não *tivessem* capacidades e disposições, provavelmente não teríamos a tendência para denominá-los. Além disso, até certo ponto os nomes são auto-corretivos, pois não existe vantagem em preservar nomes e crenças errôneas em entidades fantásticas; é vantagem usar nomes que designam estruturas psíquicas reais. Essa é uma das razões pela qual podemos observar nomes de traços²” (p. 439).

Para a operacionalização da hipótese léxica, análises da linguagem devem ser feitas para estabelecer uma taxonomia compreensiva dos traços de personalidade (McCrae & John, 1992). Os primeiros trabalhos sobre os Cinco Grandes Fatores (CGF), como foi citado anteriormente, surgiram com base nestes princípios. Os principais pesquisadores que se utilizaram da hipótese léxica nas suas pesquisas sobre personalidade e que, com o passar das décadas, acabaram convergindo para uma solução de cinco fatores foram Klages, McDougall, Baumgarten, Allport e Odbert, Cattell, Fiske, Tupes e Christal.

Dos autores contemporâneos que contribuíram para o desenvolvimento do modelo dos CGF a partir da hipótese léxica, podemos citar (Norman, 1963). O autor, realizando análises de diferentes conjuntos de dados de (Tupes & Christal, 1992), selecionou as quatro variáveis com as cargas fatoriais mais altas em cada uma das cinco dimensões. Usando estas 20 variáveis para avaliar quatro amostras, ele demonstrou que os mesmos cinco fatores poderiam ser recuperados em todas as amostras. Houve muitas críticas em relação a este estudo, primeiramente por ter utilizado somente os dados finais da pesquisa

² Também chamados “descritores de traços” pela nomenclatura de Goldberg.

de Tupes e Christal (1992). Além disso, a escala construída apresentava um número pequeno de itens, o que reduzia sua fidedignidade. Ainda assim, esse conjunto de variáveis foi usado como marcadores dos CGF em alguns estudos transculturais por Gurthie e Bennet (1971) e por Bond e seus colaboradores (Bond, 1979).

Devido às críticas recebidas, em 1967, Norman (citado por Briggs, 1992) trabalhou na seleção de um grupo abrangente de 2.800 descritores de traços de personalidade. Ele selecionou os adjetivos desta lista usando critérios específicos para eliminar itens de difícil compreensão, vagos, que envolviam gíria ou que apresentavam significados estereotipados. A seguir, os itens foram ordenados em cinco dimensões bipolares e novamente reordenados em categorias semânticas mais específicas para cada uma das 10 posições dos fatores. Ele identificou assim 75 categorias semânticas ao longo de 10 pólos fatoriais descritos por 1.431 adjetivos.

O conjunto de 1.431 itens elaborado por Norman serviu como ponto de partida para tentativas subseqüentes de desenvolver um conjunto adequado de adjetivos marcadores de traços para os CGF. Destes, o mais importante foi o substancial programa de pesquisa de (Goldberg, 1982, 1990). A série de estudos de Goldberg foi baseada em 1.710 adjetivos que incorporaram os 1.431 termos selecionados por Norman. Deste conjunto, Goldberg extraiu um número de medidas que são designadas para satisfazer as necessidades dos pesquisadores em situações específicas (estas medidas variam em número de itens e na sua forma de apresentação, a partir de escalas unipolares ou bipolares). Foram selecionados, através deste trabalho, três grupos de marcadores de traços com características diferenciadas, sendo utilizáveis, portanto, em diferentes formas de mensuração.

Os marcadores de traços representam termos da linguagem natural (usualmente adjetivos) que remetem a conteúdos que supostamente refletem traços de personalidade. Esses termos podem servir como ponto de partida para a construção de escalas para avaliação da personalidade. Contudo, é importante lembrar que conjuntos de marcadores de traços – que representaram virtualmente toda a pesquisa inicial acerca os CGF – não podem ser considerados propriamente instrumentos para a avaliação da personalidade. No entanto, somente estas constituem propriamente medidas de diferenças individuais e permitem uma avaliação de determinados grupos, com características conhecidas, em contextos específicos, para finalidades previamente delineadas.

Goldberg (1992) indica que os descritores de traços são referências aos *traços de personalidade*, desconsiderando o contexto social, clínico ou individual. Em contraste, os critérios que devem ser usados para avaliar a utilidade de escalas de personalidade são completamente diferentes na medida que os indivíduos avaliados estarão inseridos em uma realidade particular e em contextos que serão importantes para a interpretação de suas respostas.

As pesquisas mais recentes acerca do Modelo dos Cinco Grandes Fatores foram elaboradas justamente com esse objetivo: os pesquisadores mudaram seu foco de trabalho da identificação e replicação dos CGF em diferentes culturas e línguas para o desenvolvimento de testes de personalidade tendo como base o Modelo. Assim, é possível identificar uma nova etapa no desenvolvimento dos CGF, em que grandes conjuntos de itens foram desenvolvidos com o objetivo de identificar componentes comportamentais, cognitivos e emocionais dos traços de personalidade anteriormente pesquisados.

A TEORIA DE TRAÇOS DE PERSONALIDADE DE GORDON WILLARD ALLPORT

A vida de Allport

Gordon Allport nasceu em Montezuma, Indiana, em 1897. Era o mais jovem de quatro irmãos. Era um garoto estudioso e tímido, tendo uma infância muito isolada e descrevia a si mesmo como uma criança descuidada, apática e frouxa. Sua mãe era professora e seu pai um físico. Kursou sua graduação em Harvard, mas teve um desempenho mediano até se interessar pelas pesquisas na área de personalidade.

Um episódio que freqüentemente é mencionado nas biografias de Allport ocorreu quando, aos 22 anos, ele viajou para a Europa e encontrou Sigmund Freud. Esse encontro, no entanto, parece não ter sido satisfatório para Allport, na medida que Freud tentou encontrar um significado mais profundo em uma de suas frases. Allport ficou convencido que tal interpretação foi absolutamente equivocada. Essa situação fez com que Allport se convencesse de que a “psicologia profunda”, na sua busca de significados encobertos, pode acabar deixando de lado explicações mais confiáveis, importantes e parcimoniosas.

Allport recebeu o título de Ph.D. em psicologia em 1922 em Harvard, trabalhando com os conceitos da teoria de traços de personalidade. Passou a maior parte da sua carreira dando aula nesta universidade. Sua carreira relacionou-se com o desenvolvimento de sua teoria, com a investigação de questões sociais e com o desenvolvimento de testes de personalidade. Ele casou-se e teve um filho. Morreu de câncer no pulmão em Cambridge, Massachusetts, em 1967.

Uma de suas idéias mais controversas é que adultos psicologicamente saudáveis não são afetados pelos seus eventos da infância. Alguns historiadores acreditam que ele negou a importância da infância por que a sua foi relativamente isolada e ele lutou para livrar-se da sombra de seus irmãos mais velhos. Após sua adolescência, Allport prosperou profissionalmente e parecia realmente ser uma outra pessoa. Isto também é uma contradição na sua teoria pois, de um lado, propõe a existência de traços estáveis e duradouros; por outro, defende que a personalidade adulta pode ser completamente diferente da infância.

Concepção de ciência

Allport julgava que a psicologia não poderia simplesmente ter como objeto de estudo um “homem artificial”, um homem que é considerado um conjunto reduzido de variáveis estimadas de diferentes formas. Deveria, outrossim, descrever e explicar um homem real, com todas as suas particularidades, levando em conta sua complexidade. Allport argumentava que os aspectos psicológicos dos seres humanos provavelmente são tão variados quanto são suas características biológicas e que essas diferenças devem ser levadas em conta pelos cientistas da área.

Allport (1961), apesar de considerar importantes as questões sócio-culturais para a conduta humana, apresentava uma certa resistência às concepções que reduziam a personalidade a uma questão de papéis, relações interpessoais e incidentes no sistema sócio-cultural. Dizia que “por mais importantes que sejam a cultura e a sociedade, não se deve permitir que obscureçam o sistema interno e coerente que é a essência da personalidade. Evidentemente, é verdade que a personalidade se forma e se manifesta num ambiente

social. Apesar disso, é também um sistema limitado e como tal merece ser estudado” (p. 14).

Para Allport (1961), a forma mais adequada de análise da personalidade humana requer a identificação de princípios gerais de desenvolvimento, organização e expressão das características estáveis das pessoas, sem esquecer que a característica mais notável do homem é sua individualidade. Contudo, diferentemente de Eysenck e Cattell, ele buscava identificar estruturas próprias dos sujeitos a partir da relação entre os vários aspectos observados. Dizia: “Infelizmente, a ciência estuda o meu ritmo de pulso e sabe tudo em comparação com o seu, minhas emoções como diferentes das suas, minha altura como desvio em relação à norma; raramente estuda minha altura, meu pulso e minhas emoções como um *padrão* de interação” (p. 24).

Por defender a utilidade do estudo da interação dos diferentes aspectos observados nos indivíduos, Allport foi considerado um grande crítico do método nomotético de investigação da personalidade. Ao referir-se às pesquisas de Eysenck (1952), por exemplo, dizia que para este autor o indivíduo singular é apenas o ponto de intersecção de algumas variáveis quantitativas. Desta forma, mesmo que o investigador tenha informações importantes comparando um dado traço de uma determinada pessoa com o seu grupo, usualmente não verifica a forma com que este traço interage com os demais. “... a pessoa é considerada como um simples ‘ponto de intersecção’, sem estrutura interna, coerência ou animação” (p. 25). Acreditava que a ciência que era defendida pelos pesquisadores nomotéticos, por investigar somente leis amplas, preferencialmente universais, era incapaz de lidar com a individualidade. A individualidade, de acordo com Allport, não pode

ser estudada por uma ciência sustentada pelos métodos nomotéticos, mas apenas pela história, pela arte ou pela biografia, cujos métodos são idiográficos.

Remetendo a uma abordagem proposta por Kluckhohn, Murray e Schneider (1953), Allport defende a posição de que todo homem pode ser visto sob níveis distintos, a saber: a. como todos os homens (aspectos universais), b. como alguns outros homens (normas de grupo), c. como nenhum outro homem (normas idiossincráticas). De uma forma geral, Allport considerava muito difícil encontrar-se normas verdadeiramente universais. Acreditava, isto sim, que seria muito mais factível e útil para a ciência a busca de normas de grupo, que permitem a comparação dos indivíduos com seus semelhantes a partir de um determinado aspecto. Assim, é feito um recorte das características que funcionalmente podem descrever aspectos psicológicos relevantes, capazes de contextualizar um determinado sujeito em sua sociedade. Contudo, de acordo com a concepção de Allport, a psicologia da personalidade não pode se basear apenas em generalidades, nem apenas em individualidades, mas deve ocupar uma posição intermediária: deve tentar compreender o sujeito a partir do conjunto único de suas características e verificar de que forma estas interagem aos valores e práticas usuais da sociedade em que está inserido.

Allport (1961) discorda também da posição de diversos autores que estudam a personalidade a partir da identificação de *tipos psicológicos*. Segundo ele, estas propostas realizam uma excessiva simplificação da personalidade humana, tentando identificar grandes agrupamentos de traços característicos que podem ser utilizados para classificar a personalidade dos indivíduos. Apesar de considerá-las válidas, dizia contudo que esta forma de operacionalização apenas descreve de longe a individualidade das pessoas. Assim, dizer que uma pessoa é introvertida, que também é “oral” (pelo sistema proposto

por Freud), e assim por diante, mesmo que gere uma série de descrições que isoladamente são corretas, não salienta os aspectos que são específicos daquela pessoa.

Concepções ontológicas

Allport apresentava uma visão de homem diferenciada dos *behavioristas* da sua época. Considerava que, quando avaliadas em conjunto, as evidências provenientes das pesquisas desenvolvidas até então não confirmavam que o homem poderia ser compreendido como "um robô de reações". Compreendia estas provas da forma oposta, apresentando o homem como um ser com singular potencial de crescimento. Allport reconhecia que poucas das potencialidades do homem chegam a efetivar-se, e, até que a ciência não as compreendesse adequadamente, esse crescimento não seria possível.

Quanto ao papel da bagagem genética para o desenvolvimento de regularidades comportamentais, cognitivas e emocionais, Allport (1961) destacou a influência das suas combinações para a determinação de estruturas gerais no ser humano. Mesmo defendendo que todo indivíduo é portador de um genótipo singular, dizia que "não podemos esquecer que os genes criam, para todos os representantes do *homo sapiens*, algumas características gerais comuns. Todos têm postura vertical, possuem dois olhos e ouvidos, mãos e pés, e são (mais ou menos) bilateralmente simétricos. Têm os mesmos elementos químicos no corpo, e capacidade para sentir e pensar, falar, imaginar, lembrar, reproduzir. As exceções são raras" (p.21).

Allport salientava, contudo, que também é possível observar-se em todo ser humano uma grande singularidade em termos bioquímicos e fisiológicos. O autor reconhecia, já na sua época, que as glândulas de secreção interna têm uma grande influência no temperamento, na seqüência do crescimento, na motivação, etc. A

temperamento, na seqüência do crescimento, na motivação, etc. A variação do tamanho e peso das glândulas, mesmo dentro dos limites normais é muito grande. As proporções de metabolismo dos indivíduos variam amplamente, e o mesmo ocorre com a sua reação aos remédios, seu consumo de água, sua necessidade de potássio, sódio, etc. Em decorrência dessa amplitude da variabilidade genética, estrutural e bioquímica, “devemos esperar que o temperamento e a motivação - na verdade, todas as funções psicológicas conhecidas - variem amplamente. Algumas pessoas parecem destinadas a encontrar na vida uma amarga responsabilidade; para outras, a vida parecerá leve como champanha” (p. 23).

Allport (1961) identificou um componente biológico que possivelmente apresenta influência sobre os comportamentos humanos. Dizia o autor que uma coisa que motiva a existência humana é a tendência a satisfazer as necessidades biológicas de sobrevivência, às quais referiu-se como *funcionamento oportunista*. Ele notou que o funcionamento oportunista pode ser caracterizado como reativo, orientado pelo passado e, como já foi dito, com um forte componente biológico.

No entanto, ao longo de suas pesquisas, Allport sentiu que o funcionamento oportunista era relativamente sem importância para o entendimento global dos comportamentos humanos. A maioria dos comportamentos humanos, ele acreditava, é motivado por alguma coisa bem diferente – o funcionamento em uma forma expressiva do *self* – as quais ele chamou de *funcionamento próprio*. Esse conceito indica que a maioria das coisas que fazemos na nossa vida é uma forma de sermos quem somos. O funcionamento próprio pode ser caracterizado como proativo, orientado ao futuro e psicológico.

Próprio vem da palavra *proprium*, nome dado por Allport para este conceito central, o *self*. Ele revisou centenas de definições para este conceito e concluiu que talvez fosse necessário dispensá-lo da palavra comum *self* e substituir por algo mais específico. Para melhor ou pior, a palavra *proprium* não chegou a ser amplamente usada por outros pesquisadores.

Conceito de personalidade

Allport, em seu livro “*Pattern and Growth in Personality*” (1961) faz um levantamento das diferentes formas em que é definida a personalidade humana, a partir de variados critérios.

A personalidade compreendida como uma estrutura externa

A partir dessa abordagem, “a personalidade refere-se a um determinado feixe de traços que são socialmente atraentes e eficientes” (p.44). Esta é uma concepção popular de personalidade e agrega um certo juízo de valor à mesma, confundindo personalidade com *reputação*. Assim, no senso-comum, não é infreqüente a avaliação da personalidade de uma pessoa como “forte” ou que um sujeito tem uma “personalidade inquestionável”. Allport lembra que uma pessoa pode ter muitas reputações, mas que apresentará um conjunto razoavelmente estável de traços característicos que serão caracterizados como personalidade.

Allport criticava essas definições, dizendo que não se pode aceitar a afirmação de que uma pessoa tem “mais” ou “menos” personalidade do que outra. No sentido psicoló-

gico, as pessoas que não têm encantos são tão bem dotadas quanto às atraentes, e são igualmente interessantes para a ciência.

A interpretação positivista da personalidade

Allport indicou que alguns psicólogos contemporâneos opõem-se violentamente às definições essencialistas da personalidade. Sustentam que a “estrutura interna” é inacessível à ciência e que, portanto, não pode ser considerada pela mesma como uma explicação viável para a personalidade humana. A partir do ponto de vista positivista, a personalidade interior é um mito, “um simples conceito ligado a um nome próprio”. E acrescenta que, de acordo com essa posição, “a conceituação não pode ultrapassar os métodos científicos que empregamos” (p. 48).

Allport critica ainda alguns autores *behavioristas* que dizem que o conceito de personalidade nunca deveria ser empregado. A partir de tal visão, a personalidade é tida como uma variável interveniente, pois estaria fora dos esquemas de estudo utilizados dentro da concepção estímulo – resposta. Essa era a posição do comportamentalismo positivista extremado da época do autor. Dentro desta concepção, eram estudadas apenas as operações externas, visíveis e controláveis. Allport, diante de tais críticas, responde que quando um biólogo diseca uma planta, não pensa que a estrutura e a fisiologia da planta esteja representada apenas em suas manipulações. Da mesma forma que um astrônomo ou biólogo, os psicólogos tentam compreender um fato existente na natureza. Assim, na medida do possível, “devemos adaptar nossos métodos ao objeto, e não definir o objeto através de nossos métodos incompletos” (p.49).

Definição da personalidade por Allport

Allport (1961) admite que acaba lançando mão de uma definição “essencialista” da personalidade, na medida em que trata o construto como uma unidade “existente na pessoa”, e que tem uma estrutura interna própria. E propõe a seguinte definição:

“A personalidade é a organização dinâmica, no indivíduo, dos sistemas psicofísicos que determinam seu comportamento e seu pensamento característicos” (p.50).

Os termos utilizados por Allport na sua definição de personalidade merecem um detalhamento, na medida que indicam muitas das especificidades da sua teoria. A expressão *organização dinâmica* é utilizada pelo autor porque considera que o problema central da psicologia é a organização mental, ou seja, a formação de padrões ou hierarquias de idéias e hábitos que dirigem dinamicamente sua atividade. Allport considera que a integração e outros processos de organização são necessários para explicar o desenvolvimento e a estrutura da personalidade. Dentro dessa concepção, os quadros psicopatológicos são compreendidos como uma “desorganização” em tais sistemas, que progressivamente podem chegar a uma desintegração³.

O termo *psicofísico* é utilizado pelo autor para indicar que a personalidade não é uma estrutura exclusivamente mental, nem exclusivamente neural (física). Sua organização supõe o funcionamento em uma unidade inseparável de “mente” e “corpo”. Assim, é a partir das condições orgânicas e psicológicas que a personalidade se desenvolve.

O termo *sistema* indica que a personalidade deve ser compreendida como um conjunto de elementos em integração mútua. E acrescenta: “Um hábito é um sistema, e o

³ Esta sentença pode sugerir uma compreensão de que a normalidade e a patologia ocorrem por uma diferença qualitativa nos atributos constituintes da personalidade. Contudo, como será visto mais adiante, Allport defendia uma concepção de psicopatologia que indicava que a mesma era evidenciada em indivíduos com níveis não-adaptativos em seus traços de personalidade, ou seja, apresentava uma concepção quantitativa do psicopatológico.

mesmo ocorre com um sentimento, um traço, um conceito, um estilo de comportamento. Tais sistemas estão latentes no organismo, mesmo quando não ativos. Os sistemas são nossos ‘potenciais para atividade’” (p.50).

O termo *determinam* é utilizado em sua definição para indicar que a personalidade serve como uma estrutura de base para todas as manifestações dos sujeitos. Assim, quando os sistemas psicofísicos são chamados à ação, motivam ou dirigem atividades e pensamentos específicos. “Todos os sistemas incluídos na personalidade devem ser vistos como *tendências determinantes*. Exercem uma influência diretiva em todos os atos expressivos e de ajustamento, através dos quais a personalidade se torna conhecida” (p. 51).

O termo *característicos* foi utilizado por Allport para sublinhar sua extrema valorização às diferenças individuais. Acreditava o autor que todos os comportamentos e pensamentos são característicos das pessoas e se apresentam de uma forma exclusiva. Mesmo os atos e conceitos que aparentemente são compartilhados com as outras pessoas são – em última instância - individuais. A expressão *comportamento e pensamento* é utilizada por Allport para indicar que a personalidade reflete-se em todas as manifestações dos indivíduos, externas ou internas.

Um ponto salientado por Allport é o papel fundamental da personalidade para a adaptação dos indivíduos ao seu meio. O autor diz que a personalidade é central neste processo de ajustamento, pois modula, como já foi referido, as formas de reações comportamentais, emocionais e cognitivas das pessoas. Contudo, sua concepção de personalidade não representa uma posição passiva diante do ambiente, na medida em que as pessoas não apenas se ajustam a este, mas refletem a seu respeito. Além disso, as pessoas procuram – dentro de certos limites – dominá-lo, e, efetivamente, conseguem eventual-

mente modificá-lo de acordo com seus interesses e conveniência. Assim, Allport entendia que esses ajustamentos e as operações que as pessoas conseguem imprimir ao seu ambiente sempre são selecionadas e dirigidas pelos sistemas psicofísicos incluídos em sua personalidade.

Outros Conceitos Relacionados com a Personalidade

Caráter

Allport (1961) indicou que, com certa frequência, os termos caráter e personalidade são utilizados como se significassem a mesma coisa. É possível perceber, no entanto, que os psicólogos europeus parecem preferir *caráter*, enquanto que os americanos preferem *personalidade*. Allport aponta para uma possível razão para essa distinção. “*Persona* significava originalmente máscara; χαρακτήρ, gravar. O primeiro termo sugere aparência, comportamento visível, qualidade superficial; o segundo sugere estrutura básica, profunda (talvez inata) e fixa” (p. 53). Essa diferença entre o significado original dos termos determinou o seu uso por parte dos psicólogos de diferentes correntes teóricas e epistemológicas. Na psicologia americana, em que existe uma ênfase mais clara ao ambientalismo, aos comportamentos manifestos e observáveis, o termo *personalidade* foi mais frequentemente utilizado. A psicologia européia, ao contrário, apresentou a tendência a pesquisar aspectos mais constitutivos e relativamente imutáveis das pessoas, preferindo o termo *caráter*.

Contudo, o termo *caráter* acabou sendo incorporado pelo senso comum, adquirindo uma conotação específica, alheia ao seu sentido original de “gravação”. Assim, quan-

do é dito que uma pessoa tem “bom caráter”, o que está sendo referido são as suas qualidades morais e não os aspectos regulares e constitutivos de suas emoções, cognições e comportamentos.

Allport (1961) diz que é possível, de fato, elaborar um julgamento de valor referente à personalidade como um todo, ou referente a qualquer parte da personalidade. Exemplifica, dizendo que quando é dito que uma pessoa é digna, tal informação se vista de acordo com certos padrões externos, sociais ou morais, são desejáveis. Contudo, para os cientistas da área, o que realmente importa é que as pessoas apresentam determinadas características. “Alguns observadores (e algumas culturas) podem considerá-los dignos ou cativantes; outros podem não aceitar essa valorização. Por essa razão, preferiu definir o *caráter* como *personalidade valorizada*; e a *personalidade* como *caráter não-valorizado*” (p.54).

Esta diferenciação é muito importante, pois define de uma forma clara quais são os limites das pesquisas em personalidade para o autor no que se refere à moralidade. Considerava que o fato das pessoas apresentarem ideais morais, consciência moral e crenças religiosas que as orientam é de grande importância para um estudo de sua personalidade. Contudo, tais aspectos devem ser considerados como fazendo parte de sua estrutura interna, bem como outros conjuntos de características que também acabam guiando e motivando suas ações e sentimentos. Allport também considerava ser importante saber se uma pessoa tem ou não disposição para inibir impulsos, de acordo com um princípio regulador. Mas todas essas tendências fazem parte da personalidade. “O fato de serem percebidas e julgadas favoravelmente não altera a situação. Por isso, preferimos não considerar o caráter como uma região específica da personalidade. Podemos ficar com nossa de-

finição simples de caráter como *personalidade valorizada*. A teoria ética é um domínio importante da filosofia, mas não deve ser confundida com a psicologia da personalidade” (p.55).

Temperamento

Allport (1961) considerava que o temperamento, da mesma forma que a inteligência, representa um dos componentes “não-psicológicos” que são responsáveis pelo desenvolvimento da personalidade. Esses fatores, de acordo com o autor, são influenciados em grande parte pela herança genética dos indivíduos. Segundo Allport, “o temperamento refere-se ao clima químico ou ‘tempo interno’ em que se desenvolve a personalidade. Quanto mais ligada uma disposição estiver aos aspectos inatos, maior probabilidade terá de ser denominada temperamento” (p. 56).

Allport considerava que a personalidade é parcialmente condicionada pelo temperamento. No entanto, julgava que a ciência até então não apresentava os recursos técnicos suficientes para avaliar com segurança em que medida tal influência ocorre e sobre quais traços a hereditariedade apresenta maior ou menor determinação. Ainda assim, o autor sugeria que o temperamento estaria mais intimamente ligado a certos fatores primários, como, por exemplo, a reação das pessoas frente ao perigo, os níveis característicos dos impulsos sexuais que apresentam, seu ritmo geral, etc. Arriscou ainda uma possível explicação fisiológica para estes fatores primários: “parece provável que um fator primário esteja ligado a *impulso e vigor*, ou seu oposto, *apatia*. As constituições com muito impulso e vigor podem ter maiores ritmos de metabolismo e intenso funcionamento da tireóide” (p. 57). Uma série de pesquisas na área da neuropsicologia tem indicado que as

interações entre os mecanismos físico-neurológicos e psicológicos são muito mais complexas do que supunha Allport. No entanto, não deixam de ser interessantes suas proposições sobre o “equilíbrio químico” das pessoas e seus desdobramentos psicológicos.

Assim, Allport (1961) define temperamento como sendo um componente relacionado aos fenômenos característicos da natureza emocional dos indivíduos. São incluídas a susceptibilidade à estimulação, a intensidade e velocidade de resposta, a qualidade de sua disposição predominante, e todas as peculiaridades de flutuação e intensidade de disposição. Tais fenômenos são vistos como dependentes da organização constitucional, e, portanto, originado em grande parte nos fatores hereditários.

O autor salienta em sua obra que não supõe que o temperamento seja imutável ou independente dos fatores situacionais. Tal concepção é interessante pois não coloca o homem em uma posição de absoluta impotência diante de sua bagagem genética. “Da mesma forma que o físico e a inteligência, o temperamento pode ser alterado (dentro de certos limites) por influências médicas, cirúrgicas e de nutrição, bem como no decurso da aprendizagem e das experiências de vida. (...) A alteração é possível, mas não é ilimitada.” (p. 58). Assim, pode-se compreender o temperamento como um componente da personalidade com um nível restrito de modificabilidade ao longo do tempo, representando uma linha de base com os recursos que possibilitarão o desenvolvimento adaptativo do indivíduo.

Traços ou disposições

O conceito de traço é central na teoria de personalidade de Allport. O autor reconheceu, como já foi citado anteriormente, a existência de muitos fatores que determi-

nam o comportamento. Eles formam uma hierarquia desde o mais específico ao mais genérico, como segue: reflexo condicionado, hábito, atitude, traço, eu e personalidade (as relações entre os diferentes níveis propostos por Allport serão discutidas mais adiante). Dentro desta hierarquia, os fatores mais genéricos dominam os mais específicos (Allport, 1937).

Apesar da posição dominante da personalidade na hierarquia de fatores, Allport (1937) acreditava que o nível mais proveitoso do estudo para o teórico da personalidade era o traço. Definiu traço de personalidade ou disposição pessoal como "uma estrutura neuropsíquica que tem a capacidade de fazer com que muitos estímulos se tornem funcionalmente equivalentes, e de iniciar e orientar formas equivalentes (com sentido coerente) de comportamento adaptativo e expressivo" (p. 295). Os traços podem também ser definidos de uma forma mais resumida, como "um amplo sistema de tendências para ação semelhante, e que existe na pessoa que estudamos" (Allport, 1961, p. 420).

Os traços produzem equivalências funcionais e de significados em várias percepções, sentimentos e ações que não são necessariamente similares no mundo real, ou na mente de qualquer outra pessoa. Uma pessoa com a disposição pessoal "medo de terrorismo" pode equiparar Afegãos, Paquistaneses, Muçulmanos, religiosos, professores de culturas não-ocidentais, ativistas sociais, ambientalistas, etc. Assim, ela poderá responder a qualquer um deles da mesma forma, a partir de seus comportamentos agressivos, de evitação, de suas verbalizações, de seus sentimentos em relação a essas pessoas, etc. Em outras palavras, as disposições são consistências concretas e facilmente identificáveis nos comportamentos das pessoas, bem como em suas cognições e emoções.

Na concepção de Allport, os traços são essencialmente únicos a cada indivíduo e

argumenta que é por este motivo que o método idiográficos é mais adequado para uma profunda avaliação da personalidade humana. Contudo, também reconhece que dentro de uma cultura particular existem *traços comuns*, alguns traços que são parte dessa cultura, que todos nesta cultura reconhecem e nomeiam. Na nossa cultura, facilmente é possível diferenciar introvertidos de extrovertidos; liberais de conservadores e todos sabem (aproximadamente) o que eles significam. Mas outra cultura pode não reconhecê-los. O que, por exemplo, significaria os termos liberais e conservadores em outra época ou cultura? Allport salienta também o caráter “grosseiro” que representam os traços comuns. Diz que estes podem ser observados por que as pessoas normais, em determinada área cultural, tendem a desenvolver modos de ajustamento que são grosseiramente comparáveis.

O conceito de traços comuns é de extrema utilidade para a própria operacionalização de formas de avaliação da personalidade. Quando os pesquisadores desenvolvem questionários para avaliar em que medida determinado grupo ou indivíduo apresenta um certo conjunto de traços, esses são basicamente *traços comuns*, ou seja, aqueles aspectos da personalidade os quais a maioria das pessoas que de uma dada cultura podem ser produtivamente comparadas. Allport (1961) afirmou ainda: “... podemos dizer que os traços comuns não se afastam inteiramente das separações naturais da personalidade, pois, mortais semelhantes, em ambientes semelhantes, *devem* desenvolver objetivos semelhantes e métodos semelhantes para atingi-los” (p. 423).

Allport atentava também para o fato de existirem diferentes níveis de traços comuns. Alguns podem ser muito amplos, como introversão e extroversão, pois se referem a uma postura que o homem tem ao longo da sua vida. Outros são mais superficiais, tais

como *pontualidade* ou *delicadeza*.

A relação entre traços e os outros componentes da personalidade

Hábito

Allport utilizou o termo hábito para se referir a um tipo limitado e restrito de tendência determinante. Deu o exemplo do hábito de escovar os dentes que é exigido às crianças. Durante muitos anos, esse hábito permanece isolado, despertado apenas por ordens adequadas dos pais. Ao longo dos anos, contudo, esse comportamento pode deixar de representar apenas um hábito isolado para compor um traço que poderia ser chamado *limpeza pessoal*. Assim, uma pessoa que tenha desenvolvido tal traço, caso se esqueça de escovar os dentes ou se ficar impossibilitado de fazê-lo, irá sentir-se mal pois terá frustrado um traço mais geral de limpeza.

Este exemplo, dado por Allport (1961), indica que os traços representam uma coordenação de hábitos específicos que têm um efeito de adaptação semelhante entre si. Tal coordenação não se dá naturalmente, por simples associação por semelhança, mas “quando a pessoa tem algum conceito geral, ou alguma auto-imagem que provoca a fusão dos hábitos em um sistema mais elevado de organização” (p. 430). Lembra ainda o autor que o processo de formação de traços não se dá somente em decorrência da integração de hábitos, mas também pela influência de fatores constitucionais, como já citados anteriormente: a inteligência, o temperamento e as características fisiológicas da pessoa.

Allport (1961) aponta que o traço é mais generalizado do que o hábito, o que sig-

nifica, em termos práticos, que uma pessoa pode ter um determinado hábito quebrado para que um traço possa ser mantido. Essa situação pode ser observada, por exemplo, em pessoa que apresenta o hábito e o traço de ser polida. Se esta pessoa viajar para algum lugar onde é educado comer de uma dada forma (considerada rude na sua cultura nativa), ela pode abandonar sua forma habitual de comer para manter-se polido dentro desta outra cultura. Assim, para manter a coerência de seu traço de polidez, pode apresentar uma maleabilidade em seus comportamentos habituais, dependendo das situações em que se depara. Assim, o traço é sempre mais generalizado do que um hábito.

Atitude

Allport (1961) salientou que, com uma certa frequência é difícil diferenciar-se *traço* de *atitude*. Questionou se atributos como *patriotismo*, *autoritarismo*, *extroversão*, etc. são traços ou uma atitude diante das coisas do dia a dia. Explicitou então as diferenças entre os conceitos: “(1) uma atitude tem sempre um objeto de referência. Uma pessoa tem uma atitude *com relação* a comunismo ou exploração do Ártico. Um traço é provocado por tantos objetos, que não tentamos especificá-los. Por isso, um traço é geralmente considerado como mais geral (um nível mais elevado de integração) do que uma atitude. (...) (2) Geralmente as atitudes são favoráveis ou desfavoráveis, de aceitação ou de recusa; levam a pessoa a aproximar-se ou a afastar-se de seu objeto” (p. 431).

Allport considera os conceitos de *traço* e de *atitude* como sendo os mais importantes para o estudo da personalidade humana. Salienta, contudo, que como as atitudes são manifestações que surgem diante de configurações específicas do sujeito em seu ambiente, é de maior interesse para a psicologia social. Em contraposição, os traços são de maior

utilidade para os pesquisadores da área da personalidade pois se referem a aspectos estruturais (e, portanto, mais regulares e amplos) dos indivíduos.

Disposições pessoais

Allport (1961) também desenvolveu o conceito de *disposições pessoais*, que são unidades da mesma ordem de complexidade que os traços, mas são vistas – diferentemente dos traços comuns – como especificidades na estrutura de personalidade dos indivíduos. As disposições pessoais, de acordo com o autor, podem ser compreendidas como *traços individuais* ou *traços morfogênicos* e referem-se a quaisquer predisposições generalizadas que realmente existam no sistema neuropsíquico da pessoa singular. O autor salienta que ambas as concepções têm seus usos. Conclui que “para comparações – e quase todos os estudos de personalidade são comparativos – os traços comuns são suficientes. Para o estudo minucioso do indivíduo, devem ser identificadas suas disposições pessoais” (p. 464).

Segundo as concepções de Allport, é possível observar-se disposições pessoais com uma importância diversa dentro da personalidade dos indivíduos. Às vezes, segundo o autor, uma disposição pessoal pode ser tão difusa e tão notável em uma vida, que merece ser denominada *disposição fundamental*. Quase todos os atos parecem relacionados às suas influências. Uma disposição desse tipo não pode permanecer oculta, um indivíduo é conhecido por ela, e através dela fica marcado.

Allport (1961) acrescenta: “uma personalidade excepcional é que possui uma, e apenas uma, disposição fundamental. Geralmente, os focos de uma vida parecem estar em uma dezena de disposições pessoais centrais e diferentes. (...) as *disposições centrais* são

aquelas que listamos ao escrever uma cuidadosa carta de recomendação” (p. 453). Existem também disposições que apresentam-se menos importantes, às quais foram chamadas de *disposições pessoais secundárias*. Estas são menos notáveis, generalizadas, consistentes e raramente levadas a atuar do que as posições centrais. As disposições pessoais secundárias tendem a ser mais periféricas e menos ligadas ao *proprium* do que as disposições pessoais centrais.

Por fim, Allport (1961) salienta que é impossível observar-se diretamente os traços ou as disposições, podendo-se somente inferir a sua existência. “Um ato específico é o produto de muitos determinantes, não apenas de predisposições duradouras, mas também de pressões momentâneas, na pessoa e na situação. Apenas a ocorrência repetida de atos que têm a mesma significação (equivalência de estímulos) torna viável a inferência de traços e disposições pessoais. Tais tendências não estão ativas durante todo o tempo, mas são persistentes mesmo quando latentes e têm limiares relativamente baixos para despertar” (p. 464).

Assim, mesmo que os traços e as disposições modulem e estabilizem o comportamento, estes não são completamente consistentes, e sofrem influência mútua entre si. Assim, Allport compreende que o ajustamento efetivo ao ambiente exige flexibilidade e a apresentação de diferentes tendências determinantes em diferentes situações.

TEORIA DA PERSONALIDADE DE RAYMOND BERNARD CATTELL

A vida de Cattell

Cattell nasceu em Hilltop, Inglaterra, uma cidade próxima de Birmingham, em 20 de março de 1905. Seu pai foi um engenheiro mecânico e trabalhou como projetista de equipamentos militares na I Guerra Mundial. Sua mãe era filha de um industrial de sucesso em Birmingham. As condições financeiras da família os permitiu mudar para a costa sul de Devon quando Cattell tinha seis anos de idade. Sua infância neste belo lugar costeiro o imbuíu de uma forte atração pelo mar e viagens marítimas. Cattell descreveu ter tido uma infância e juventude feliz, tanto em casa quanto na escola, descrição esta incomum para a maioria dos teóricos da personalidade da sua época.

Seus pais eram exigentes sobre os padrões de desempenho que esperavam de Cattell e seus irmãos mas eram permissivos quanto a forma como usavam seu tempo de leitura. Assim, eles passavam boa parte do tempo fora de casa velejando, nadando, explorando cavernas e em atividades lúdicas variadas. Quando Cattell tinha nove anos, a Inglaterra entrou na I Guerra Mundial, evento este que o influenciou profundamente. Durante a guerra, uma mansão próxima a sua casa foi transformada em um hospital e Cattell observou a chegada de comboios de homens feridos transportados diretamente dos campos de batalha da França. Posteriormente, o autor comentou que como resultado dessa experiência, tornou-se incomumente sério para um jovem garoto e consciente da “brevidade da vida e da necessidade de aproveitá-la enquanto possível”. A grande dedicação ao seu trabalho durante a sua vida pode ter tido as suas origens nesta época). Esta determinação do autor pelo seu trabalho pode ter sido reforçada pela competição com seu

irmão mais velho. Ele descreve as dificuldades em tentar estabelecer a sua liberdade de desenvolvimento da presença de um irmão dominante, três anos mais velho. Estas duas situações parecem ter contribuído para a sua excelência como estudante desde jovem, a qual pode ser evidenciada por uma série de prêmios recebidos na sua vida escolar.

Apesar da juventude de Cattell ser descrita como muito confortável, nenhum de seus pais recebeu uma educação formal e, considerando as suas circunstâncias financeiras privilegiadas, não percebiam qualquer necessidade especial na sua história para buscar uma maior escolarização. Também não houve um grande encorajamento, por exemplo, para qualquer talento musical ou artístico. Apesar do seu pai ser um engenheiro mecânico talentoso, mas não formalmente educado, ele era um pensador liberal e parece ter influenciado no interesse pela leitura de seus três filhos.

Enquanto estudava química na Universidade de Londres, Cattell demonstrava preocupação com as idéias sociais e políticas que haviam rompido depois da I Guerra Mundial. Seu amplo e continuado interesse extracurricular pela leitura literária, biográfica e científica provavelmente permitiu o desenvolvimento de um estilo literário e poético que pode caracterizar todos os seus escritos científicos, autobiográficos e sociais.

Em algum momento do desenvolvimento profissional de Cattell, ele escolheu não continuar na área da química e resolveu mudar seu objeto de estudo para o comportamento humano. Ele declarou que para ir além das irracionalidades humanas, era necessário estudar o funcionamento da sua mente.

Alguns dos fatores que parecem ter influenciado na decisão de Cattell foi o fato que estava ocorrendo o nascimento de uma disciplina (não se podia chamá-la ainda de *ciência*) a qual se propunha estudar o comportamento humano. Naquele momento, este

campo nascente pode ser descrito como polarizado por algumas pesquisas utilizando simples experimentos bivariados ou univariados com humanos com uma aplicação social limitada e, por outro lado, um conjunto de teorias intestadas advindas das observações de neuróticos e psicóticos.

Além disso, Cattell foi um cientista devotado ao método científico e ciente do progresso que as ciências naturais alcançaram pela utilização desse método. Ele estava convencido que a economia social tradicional e as estratégias políticas estavam falhando e que uma possível solução poderia advir da investigação científica e sistemática para o entendimento da natureza humana. Assim, Cattell foi atraído para a psicologia e percebeu as inúmeras possibilidades inexploradas da aplicação do método científico para os problemas humanos.

No entanto, o motivo que parece ter influenciado mais na decisão de Cattell foi a sua convicção de que a psicologia só poderia ser estudada como uma ciência séria e que seus achados poderiam por fim ser usados para a solução de problemas humanos. No período em que alcançou seu título de Bacharel em química em Londres, ele conheceu três pesquisadores que estavam desenvolvendo métodos matemáticos e estatísticos para serem utilizados na psicologia: Burt, Fisher e Spearman.

A decisão de Cattell de trabalhar com psicologia na década de 1920 pode ser considerada um tanto quanto corajosa já que haviam poucas oportunidades profissionais na área nesta época. No entanto, Cattell considerou-se um tanto privilegiado por trabalhar com Charles Spearman que estava desenvolvendo o método de análise fatorial para o estudo da aprendizagem e por ter contato com Fisher que estava desenvolvendo a análise da variância. Além disso, conheceu Sir Cyril Burt, que estava interessado nas implicações

sociais e políticas dos achados na área da psicologia. Em 1929, no início da grande depressão mundial, Cattell recebeu o título de Ph.D. e deparou-se com a virtual ausência de oportunidades de pesquisa na área da psicologia. Nos oito anos subseqüentes ele aceitou algumas posições secundárias as quais deram a ele oportunidades limitadas para prosseguir na área da pesquisa.

Ele vinculou-se ao Departamento de Educação da *Exter University*, onde teve que dedicar-se intensamente à área de ensino, vista por ele como tendo uma importância secundária. Ele sempre externalizou sua opinião de que ensino e pesquisa deveriam ser mantidos em separado nos departamentos das universidades com faculdades dedicadas para ambas as áreas. Ele não gostava de ensinar e provavelmente não foi um professor especialmente motivado para trabalhar com grupos, apesar de ter sido um excelente orientador para estudantes de graduação a partir de trabalhos individuais.

Neste período, ele recebeu o grau de Mestre em educação pela universidade de Londres com uma dissertação intitulada “Testes de Temperamento e Perseveração”, que provavelmente foi a sua primeira publicação sistemática sobre a estrutura da personalidade. Ele produziu seu primeiro teste de temperamento um ano depois. Enquanto estava vinculado a Exter, ele também criou uma série de testes de inteligência que foram amplamente utilizados e mais tarde aprimorados por Binet.

Nesta época, personalidade e motivação eram construtos pesquisados de forma incipiente sem nenhuma verificação. As suas origens e desenvolvimento foram explicados individualmente por clínicos que lidavam principalmente com indivíduos neuróticos ou psicóticos. Desde a virada do século, os domínios da personalidade, motivação e mesmo moralidade foram dominados pela abordagem psicanalítica inicialmente apresentada por

Freud e seguida por uma série de modificações conceituais expostas por Jung, Adler, Horney, Fromm e Murray. Estas teorias e suas modificações compartilham muitas características, entre elas a de ser intrigantes para os leigos e em função disso receberam uma grande cobertura em revistas populares e jornais.

A dedicação de Cattell pela ciência e pelos métodos científicos foi constante em toda a sua vida. Ele elaborou formas sofisticadas para identificar os domínios da personalidade e motivação e, subsequentemente, moralidade, a partir do uso de métodos científicos usados pelo seu mentor, Spearman, para verificar os mais amplos domínios da inteligência, habilidade e cognição. O desenvolvimento desses conceitos básicos e o planejamento da estratégia científica para a definição e investigação destes domínios exigiu pouco tempo de Cattell, mas a análise desses dados envolveu o trabalho de toda a vida profissional do autor, com a ajuda de muitos colaboradores e pesquisadores associados (Cattell, 1984).

Cattell refere ter tido a idéia de usar a análise fatorial para a investigação das estruturas do temperamento e motivação a partir da observação do trabalho de Spearman e posteriormente Thurstone na descrição da estrutura das habilidades por esse método (Cattell, 1984).

Acreditava o autor que a ênfase, não somente na medida, mas na mensuração estrutural de unidades funcionais significativas empiricamente estabelecidas foi o credo inicial do trabalho de pesquisa em todos os campos. Nesta base, segundo o autor, seria possível proceder inteligentemente para o entendimento do desenvolvimento da personalidade pela maturação genética e a teoria de aprendizagem (Cattell, 1984).

Isso foi feito a partir do conceito de amostragem de variáveis no campo da personalidade. Os psicólogos que estavam acostumados somente com a testagem de hipóteses ficaram frequentemente completamente confusos por esse uso de criação de hipóteses das novas ferramentas analíticas fatoriais, mas o autor relatava ter conseguido resultados tangíveis por essa estratégia de busca, com Burt em 1933, na investigação das principais dimensões do temperamento.

Em 1937, E. L. Thorndike da Universidade de Columbia aparentemente leu um artigo de Cattell e o convidou para trabalharem juntos em pesquisa. Cattell declarou ter aceito o convite pela sua curiosidade e por considerar importante essa oportunidade de pesquisa. Em seguida, ele tornou-se professor titular na *Clark University* em Massachusetts, onde trabalhou com o desenvolvimento de medidas objetivas do comportamento para avaliação da personalidade e inteligência. Trabalhando nesta instituição, o autor refinou a sua teoria da inteligência fluida versus cristalizada que apresentou na convenção da APA de 1941.

Em 1941 Cattell foi convidado por Gordon Allport para trabalhar na Universidade de Harvard e lá permaneceu por três anos. Esse período foi especialmente importante para o desenvolvimento das suas concepções acerca a personalidade por causa do ambiente estimulante de personologistas criativos como Henry Murray, Robert White e o próprio Allport. Foi em Harvard que Cattell começou a trabalhar com o mapeamento e definição da personalidade e motivação usando o método de análise fatorial o qual já havia sido muito produtivo no estudo das habilidades.

Personalidade, humor e papéis

Cattell (1965) definiu a personalidade como sendo o que “diz o que um homem irá fazer quando colocado em uma dada situação” (p. 25) e acrescentou que a personalidade não está somente relacionada com os comportamentos manifestos, mas também com aqueles encobertos. O autor representou essa idéia partir da fórmula:

$$R = f(S.P)$$

Nesta fórmula, *R* representa a natureza e magnitude de uma resposta comportamental de uma pessoa; *S* é a situação estímulo a qual ele é apresentado e *P* é a natureza da personalidade dessa pessoa. Esse último elemento, segundo o autor, pode ser descrito e mensurado a partir dos *traços da personalidade* e do estado de humor da pessoa no momento em que ocorreu o estímulo.

Cattell (1965) indica que esse modelo tem uma natureza mútua pois a partir dos comportamentos é possível inferir-se a personalidade, enquanto que se já se tem informações sobre os traços da personalidade de uma dada pessoa, é possível inferir, com algum grau de precisão, a sua possível resposta comportamental.

Um ponto central da visão de Cattell (1950) sobre a personalidade é que ela estaria se manifestando de uma forma global nos comportamentos das pessoas e que a o significado de pequenos segmentos do comportamento só pode ser compreendido a partir de uma estrutura mais ampla que considera o organismo inteiro em funcionamento.

O autor salienta que em uma situação experimental é possível realizar-se a apresentação de uma mesma situação a um grupo de pessoas para inferir as diferenças quantitativas dos traços dessas pessoas que modularam as suas respostas. No entanto, nas situa-

ções usuais do dia a dia, as situações são muito complexas e os estímulos variam tanto na sua natureza quanto na sua intensidade.

Cattell (1965) indica que a impossibilidade de observação de todos os fatores envolvidos na situação é uma das principais causas da o mau julgamento da personalidade. Ilustra isso com um exemplo em que um comitê de avaliação ficou inclinado a rejeitar um jovem executivo para trabalhar na sua instituição pelo fato do mesmo ter gritado ao telefone de uma forma inadequada e atordoada. Posteriormente, uma entrevista revelou que o seu escritório estava tendo um incêndio. Em função disso, Cattell propõe que para uma avaliação justa dos traços, seja feita a relação da magnitude da resposta pela magnitude do estímulo, seguindo a fórmula:

$$\frac{R}{S} = f(P)$$

Depois disso, o autor trabalhou com a questão do efeito da mudança de humor sobre o comportamento. “O estado psicológico, diferentemente dos traços, é obviamente muito importante para determinar o comportamento. (...) Instabilidade do humor é um traço, mas estar com um humor particular em um momento particular não é um traço, mesmo que esteja determinando o comportamento. Conseqüentemente, a primeira definição da personalidade deve ser redefinida para ‘Personalidade é o que determina o comportamento em uma situação definida em um humor definido’” (p. 27).

No entanto, essa definição, segundo o autor, permaneceu incompleta na medida em que é possível observar-se que as pessoas podem agir de formas diferentes em função do papel que estão desempenhando. Exemplifica, questionando quais seriam os motivos que poderiam fazer um pai agir asperamente como seu filho quando este age inadequadamente à mesa ao mesmo tempo não faz o mesmo com uma outra criança que está o

visitando. Cattell (1965) comenta que ao assumirem papéis diferentes, como anfitriões, professores, policiais, ou pais, as pessoas agem de formas diferentes o que parece indicar uma personalidade a cada papel.

O autor avançou no tema, indicando que considerava esse tópico basicamente uma questão semântica relacionada com o limite do que é a personalidade e o que são outros elementos psicológicos. Concluiu que é mais simples dizer que os papéis representam uma parte da personalidade em um sentido mais amplo e que o efeito dos papéis devem ser considerados da mesma forma que o humor para a definição dos comportamentos.

Traço de personalidade

Cattell (1950) definiu traço de personalidade como uma estrutura mental que pode ser inferida a partir do comportamento observado para explicar a regularidade ou a consistência neste comportamento. Em 1965, conceituou traço de uma forma ainda mais simples, como “uma tendência de reação relativamente permanente e ampla” (p. 28), e citou três modalidades de traços, a saber: a. *traços de capacidade*, b. *traços de temperamento* e c. *traços dinâmicos*.

Um traço de capacidade é observado na forma como um indivíduo responde à complexidade de uma situação quando está ciente de quais objetivos ele quer alcançar na situação e relaciona-se com a efetividade com a qual o indivíduo atinge esses objetivos. Um traço de temperamento é usualmente estilístico, no sentido que modula o ritmo, a forma, a persistência, etc. das respostas das pessoas. Este tipo de traço cobre uma grande variedade de respostas específicas e é muito relacionado com aspectos constitucionais da

pessoa. Já os traços dinâmicos relacionam-se com as motivações e interesses dos indivíduos, fazendo com que os mesmos ajam ativamente para alcançar alguma meta. “Fala-se de traços dinâmicos quando descreve-se indivíduos como amorosos, ambiciosos, interessados em esportes ou tendo uma atitude anti-autoritária” (Cattell, 1965, p. 28).

São de três tipos os traços dinâmicos importantes no sistema de Cattell (1950): atitudes, *ergs*, e sentimentos. Os *ergs* representam “uma fonte inata de reatividade, como é freqüentemente descrita uma *pulsão*, direcionada para um certo objetivo e acompanhada por uma certa qualidade, mas identificada pela análise fatorial de muitas manifestações motivacionais” (Cattell, 1965, p. 369).

As *atitudes* foram consideradas por Cattell (1965) como sendo a unidade motivacional básica e as definiu como “um interesse no curso da ação, em uma dada situação” (p. 175). O autor reconhece que existem atitudes transitórias, novas atitudes, etc., as quais mudam rapidamente com a situação e que podem, em função de inibições nunca acontecer de tal forma que elas nunca se transformem em comportamentos. No entanto, por uma questão de simplificação, Cattell assume que se está lidando com atitudes padronizadas em um indivíduo que repetidamente as expressa em uma ação apropriada em uma situação de vida mensurável.

Os *sentimentos* foram definidos por Cattell (1965) como sendo um conjunto de ações associadas com as experiências advindas do contato com uma instituição social específica, como a escola, e casa, o país, etc.

Cattell (1965), da mesma forma que Allport (1961) reconhece os *traços comuns*, como inteligência, gregariedade, introversão, como sendo características compartilhadas por virtualmente todas as pessoas em magnitudes diferentes. Também reconhece os *tra-*

ços únicos, que são tão específicos a um indivíduo que possivelmente ninguém mais poderia ser avaliado neste aspecto. Esses últimos são usualmente traços de capacidade ou dinâmicos.

Cattell (1950) propôs ainda outra classificação que diferencia *traços de superfície* e *traços de origem*. Os traços de origem, segundo o autor, relacionam-se propriamente com a estrutura da personalidade e é importante conhecê-los para uma adequada compreensão de como a personalidade se desenvolve e de onde surgem os problemas de adaptação nesse sistema. Afirmou o autor que “a pesquisa está mostrando atualmente que esses traços de origem correspondem às influências unitárias reais – fatores fisiológicos, temperamentais; graus de integração dinâmica; exposição a instituições sociais – sobre os quais muito mais pode ser descoberto depois que forem definidos.” (p. 27). A forma que o autor realizava o estudo dos traços de origem era a análise fatorial, método este em pleno desenvolvimento nessa época e amplamente utilizado pelos pesquisadores da inteligência e personalidade. De uma forma grosseira, é possível dizer que existe uma correspondência entre o traço de personalidade conceituado e pesquisado por Eysenck (1947) e os traços de superfície de Cattell e entre o tipo de Eysenck e o traço fundamental de Cattell.

Os traços de superfície decorrem da interação dos traços de origem e representam agrupamentos de variáveis manifestas que usualmente ocorrem concomitantemente. Uma característica desse tipo de traço é que, por ser influenciado por causas múltiplas, tem uma menor estabilidade. Cattell (1950) indica que os traços de superfície parecem mais válidos e significativos para o observador comum do que os traços de origem, uma vez que correspondem aos tipos de generalização feitos no senso comum.

De uma forma grosseira, é possível dizer que existe uma correspondência entre o traço de personalidade conceituado e pesquisado por Eysenck e os traços de superfície de Cattell e entre o tipo de Eysenck e o traço fundamental de Cattell. Este último é, para os dois autores, mais estável e geral.

O desenvolvimento dos traços

Cattell (1965) argumentava que as evidências acumuladas em estudos sobre aprendizagem animal bem como resultados clínicos em humanos, indicam que os primeiros anos de vida são especialmente importantes para o efeito da aprendizagem. “É possível concluir que muito da formação básica da personalidade ocorre, digamos, antes dos seis ou sete anos de idade. Por outro lado, está claro que a erupção dos impulsos sexuais na adolescência é o combustível para novas aprendizagens e que, combinada com a independência das raízes familiares, pode produzir reajustes substanciais” (p. 29). O autor cita ainda que a aprendizagem da personalidade pode prosseguir ao longo da vida até a velhice e exemplifica com os resultados achados no fator *força do ego*, que indica que a capacidade das pessoas em lidarem com problemas emocionais e subordinar os impulsos a satisfações mais remotas tende a aumentar com a idade.

O autor acreditava que na *aprendizagem emocional*, assim como na aprendizagem cognitiva, o condicionamento apresenta um importante papel. As leis de condicionamento clássico são capazes de explicar principalmente a origem de alguns medos irracionais e preconceitos (Cattell, 1965). No entanto, o autor também considera importante os princípios do condicionamento operante para as mudanças na personalidade. Ele preferia chamar este mecanismo de *aprendizagem por reforço*. Cattell defendeu que, em

uma criança, a aprendizagem por reforço tem um forte papel, mas os reforços são frequentemente tão tênues que o processo não é facilmente identificável. “Em primeiro lugar, os humanos e também alguns mamíferos superiores têm impulsos de auto-assertividade, curiosidade, etc. as quais podem ser tão fortes quanto a fome, sexo e o medo nos animais menos evoluídos. Uma criança pode adquirir o traço de *coragem física* através do reforço auto-assertivo (auto-reforço ou orgulho) de ser mais parecido com o pai” (p. 30).

Assim, Cattell afirma que pelo constante contato com punições e reforços no ambiente familiar, escolar e pelo grupo social, certos padrões da personalidade (ou traços) vão gradualmente se desenvolvendo e se adaptando à cultura social em que as pessoas estão inseridas. No entanto, em alguns casos, um terceiro princípio age no processo de desenvolvimento dos traços da personalidade, que foi chamado por Cattell de *aprendizagem por integração*, que representa a aprendizagem de uma hierarquia ou combinação de respostas as quais irão proporcionar a maior satisfação à personalidade como um todo, não apenas para um impulso. O autor considera que um dos fatores que distingue o comportamento humano do animal é a restrição e subordinação de um impulso para a satisfação de muitos outros, o que é relacionado com o controle do impulso em prol de uma maior satisfação a ser conseguida à longo prazo pela pessoa e que isto pode estar relacionado com o nível de inteligência das pessoas (Cattell, 1965).

Sobre o papel da inteligência na aprendizagem da personalidade, Cattell (1965) indicava que as informações conseguidas até então não eram conclusivas. No entanto, acreditava que tanto na aprendizagem por reforço quanto na aprendizagem por integração as pessoas não necessariamente precisavam agir por tentativa e erro. Muito prova-

velmente as pessoas poderiam ser guiadas por *insights* inteligentes e achava que isso poderia explicar por que as neuroses e desordens mentais tendiam a se apresentar, de forma significativa, menos freqüente em pessoas com altos níveis de inteligência.

No entanto, Cattell (1965) indica que a inteligência acaba não tendo influência sobre a aprendizagem emocional e ajustamento da personalidade que são *subconscientes* e considerava que grande parte da aprendizagem dos traços ocorre por essa via. Por esse motivo, considerava que uma das vantagens da clínica psicanalítica estava na reconstrução do passado e na forma como as pessoas adquirem certas atitudes e formas de respostas, o que é essencial para a promoção do processo de reaprendizagem. “No entanto, os clínicos perceberam que esta reaprendizagem não é simples e têm sido intrigados por uma aparente quebra da segunda lei da aprendizagem, por indicar que pessoas irão frequentemente repetir respostas às quais as levam à punição ao invés do reforço” (p. 31). É importante salientar que Cattell (1965), apesar de reconhecer o papel dos três mecanismos de aprendizagem, também indica o papel de traços mais amplos, como introversão, consciência, inibição, otimismo, etc., os quais apresentam uma influência generalizada sobre o comportamento das pessoas. Esses traços, segundo o autor, dificilmente podem ser explicados pelos princípios da aprendizagem: “Os condicionamentos a muitos medos específicos são capazes de influenciar ou produzir um sentimento geral de medo? Seria o pessimismo apenas o efeito médio de todos os eventos negativos que a pessoa passou?...” (p. 32). Uma das possíveis explicações para esses aspectos seria o papel da hereditariedade na formação da personalidade. No entanto, reconhece que o mais plausível seria pensar que esses traços são parcialmente originados da hereditariedade e

das condições ambientais e que a principal questão seria verificar *o quanto* cada um desses elementos é responsável por cada conjunto de traços.

Sobre esse ponto, defende ainda que “o termo ‘inato’ é evitado, porque tudo o que sabemos é que a origem é fisiológica e está dentro do organismo, o que significará inato apenas em certa fração dos casos. Por outro lado, “um padrão poderia ser fixado na personalidade por alguma coisa externa a ela... tais como os traços de origem, aparecendo como fatores, podem ser chamados de traços de molde ambiental, porque decorrem do efeito modelador das instituições sociais e das realidades físicas que constituem o padrão cultural.” (1950, p. 33 – 34).

Cattell (1965) propôs inúmeros métodos para estudar a influência dos fatores ambientais e constitucionais no desenvolvimento dos traços da personalidade. Na análise dos fatores constitucionais, ele indica que podem ser compreendidos como a. hereditários; b. inatos e c. congênitos. Nem tudo o que é inato (os genes, por exemplo) necessariamente é hereditário pois podem ocorrer mutações entre os pais e os filhos. Da mesma forma, o que é *congênito* (usado para representar “presente no nascimento”) não precisa ser inato, uma vez que efeitos pós-genéticos podem ocorrer no útero. Finalmente, os elementos referidos como constitucionais estão relacionados com uma base fisiológica geral a qual pode sofrer algumas modificações a partir do nascimento.

“Quando os traços variam de uma forma substancial, presumivelmente graças aos efeitos acumulados de muito genes, é possível, contudo, que encontremos também alguma variância observada graças ao ambiente, presumivelmente em decorrência de muitas mudanças ambientais” (p. 34). O autor indica que o método chamado *Multiple Abs-*

tract Variance Analysis (M.A.V.A.) era, na época, o método mais poderoso para a investigação das influências decorrentes dos fatores constitucionais e ambientais.

Apesar de indicar a utilidade deste método, Cattell (1965) indica que até aquele momento haviam poucas medidas confiáveis para a avaliação dos traços da personalidade, sendo estas desenvolvidas por autores como Burt, Eysenck, Gottesman entre outros (incluía-se nesta lista). Dentre os resultados citados pelo autor, pode-se destacar a influência de fatores genéticos em relação à inteligência, que variaram de 20 a 80% além de avaliações de Neuroticismo, que variaram entre 30 a 40%. A amplitude dos resultados achados indica, segundo o autor, a imprecisão associada aos métodos. Fazendo referência a esses estudos, Cattell (1965) critica os modelos psicanalíticos que raramente consideram nas suas explicações, por exemplo, características associadas a neuroticismo a partir de componentes hereditários.

Analisando a influência dos fatores constitucionais sobre o desenvolvimento dos traços, Cattell (1965) indica que a seleção natural age de forma contínua sobre os indivíduos e sociedades. Presumidamente a tendência central e a amplitude de qualquer traço relacionado ao temperamento que se manifeste em um contínuo representam o resultado de uma ininterrupta busca por equilíbrio. “Sociedades complexas *necessitam* uma ampla variedade de temperamentos e habilidades. (...) Consequentemente, comunidades que apresentam traços com uma pequena variabilidade podem falhar na luta pela sobrevivência” (p. 38). No entanto, para o autor, é importante considerar que a constituição hereditária média ótima será diferente de cultura para cultura.

A interação entre a hereditariedade e o ambiente para o desenvolvimento da personalidade

Cattell (1965) indica que, em níveis normais da personalidade, podem ser verificados efeitos consideráveis da hereditariedade, por exemplo, no que chamou de *Thectia* (tendência à timidez ou desembaraço), *força do ego, dominância versus submissão* e à inteligência.

Dependendo da forma na qual a hereditariedade e o ambiente interagem, algumas importantes generalizações são possíveis, uma vez que os seus efeitos se apresentam sistematicamente correlacionados (Cattell, 1965). O autor cita os estudos sobre o fenômeno *imprinting* realizados por Hess, Schneirla e Tinbergen (citados por Cattell, 1965), que indicam que o ambiente tem um efeito muito mais poderoso nos primeiros estágios da vida de um indivíduo e ilustra com o exemplo de um filhote de ganso que tenha sido criado por uma criança ao invés da sua mãe gansa irá permanecer firmemente ligado à criança depois, mesmo que posteriormente tenha contato com a sua mãe. No entanto, a probabilidade deste fenômeno ocorrer depois que o ganso atingir um certo estágio é pequena.

Esse efeito de *imprinting* não ocorre somente em decorrência de acontecimentos nos primeiros estágios da vida de um indivíduo, mas também podem estar relacionados com o início de alguma fase de maturação do mesmo. Cattell (1965) afirma que certos aspectos da perversão sexual são relacionadas com uma forte influência ambiental considerada desviante que ocorre no momento natural da erupção dos interesses sexuais. Complementa o autor: “Quando os psicólogos não conseguem encontrar uma causa

ambiental suficiente para explicar um traço na vida adulta, rasteiam o passado e dizem que deve estar ocorrendo graças a alguns efeitos ambientais do início da infância, eles deveriam sempre estar prontos para suspeitar da possibilidade que de fato esse traço esteja relacionado com uma tendência inata” (p. 49).

Seguindo essa forma de raciocínio, Cattell (1965) critica aqueles ambientalistas que, ao não conseguirem encontrar qualquer associação ambiental na história de vida de uma pessoa que explique um dado traço, automaticamente adotam a explicação de que essa ocorrência deve ser resultante de eventos ambientais no momento do nascimento ou ainda no útero.

Cattell (1965) acreditava que a interação com o ambiente usualmente dá-se por ajustes e tentativas bem sucedidas. Um exemplo usado vem do trabalho de Piaget (citado por Cattell, 1965), que percebeu que uma jovem criança pode subitamente perceber o significado e uso de uma nova ferramenta intelectual. Quando ela aplica essa novidade de forma eficaz, o resultado da sua capacidade para lidar com o ambiente mostra um importante “salto”. Se essa criança tivesse adquirido essa capacidade mais cedo talvez seu desenvolvimento geral na área da inteligência tivesse experienciado uma alavancagem com algumas conseqüências na sua posição relativa em relação aos outros. Este é o tipo de efeito que pode estar relacionado com os 20 % da contribuição ambiental para as diferenças individuais na inteligência. Segundo o autor, efeitos semelhantes podem ser observados no desenvolvimento social e da aprendizagem.

Cattell (1965) indica ainda um terceiro princípio que explica as associações entre a hereditariedade e o ambiente ao reunir as correlações de dezenas de diferentes fatores da personalidade. Como resultado desse processo, verifica-se, segundo o autor, que essas cor-

relações são predominantemente negativas e, para ilustrar esse resultado, usa o exemplo da dominância versus submissão. Neste caso, indica que as pessoas mais dominantes encontraram influências ambientais que os inclina à submissão enquanto que pessoas mais submissas parecem ser encorajados para demonstrar uma assertividade maior. Este princípio, referido pelo autor como a *lei da coerção para a média bio-social*, parece também ser válido para aspectos como inteligência e escrupulosidade, os quais pessoas com baixos níveis são influenciadas a utilizarem-se ou manifestarem em maior medida.

Um quarto tipo de interação entre ambiente e hereditariedade citado por Cattell (1965) é uma tendência dos efeitos do ambiente determinarem a área na qual o traço é manifesto, enquanto que a hereditariedade mais frequentemente governa a sua magnitude. Assim, as oportunidades de ação disponíveis às pessoas depende grandemente das suas condições ambientais, mas o nível de proficiência que elas conseguem atingir, segundo o autor, está relacionado aos seus componentes constitucionais. Este é um importante lembrete de que a relação entre constituição – educação não é uma lei imutável ou fixa, mas que podem mudar com os padrões culturais e extensões das diferenças raciais e genéticas dentro de uma dada população.” (p. 50).

Por fim, na descrição da relação entre hereditariedade e características ambientais, Cattell (1965) comenta a distinção entre traços amplos e gerais como inteligência, dominância, etc. em contraposição de padrões específicos. Esta diferença é particularmente importante com os traços dinâmicos mais universais, como assertividade e impulso sexual, por exemplo. Esses traços podem ser parcialmente determinados pela hereditariedade, mas as adaptações específicas, ou as formas como se manifestam são quase sempre influenciadas por questões ambientais.

Cattell (1965) faz ainda um controverso comentário sobre a importância da relação entre a constituição versus educação para a psicologia clínica. O autor considera importante por parte dos psicólogos o conhecimento de quais traços estão mais relacionados à questão constitucional das pessoas e quais são mais relacionados com as questões ambientais. Devem orientar os tratamentos de forma inteligente, não usando seus esforços na tentativa de mudar características basicamente influenciadas por atributos biológicos. Nesse sentido, faz uma forte crítica a alguns pesquisadores da inteligência: “Seguin, o ‘apóstolo dos idiotas’, acreditava que exercícios mentais poderiam converter imbecis em normais. (...) Mas, aparte do seu esforço perdido, muito mal provavelmente foi feito à personalidade e disposição das infelizes crianças de baixa inteligência pela coerção que sofreram por tentar o impossível” (p. 51).

As diferentes fontes de informações na avaliação da personalidade

Cattell (1950, 1965) acreditava que a avaliação psicométrica da personalidade era especialmente complexa e que a escolha das “variáveis de superfície” a serem observados em uma pessoa era essencial para uma correta inferência sobre a sua estrutura interna. O autor enfatizou veementemente a importância de explorar adequadamente toda a *esfera da personalidade* no início da pesquisa exploratória. E indicou que a mesma pode ser definida de uma forma grosseira como o que as pessoas fazem em um período de vinte e quatro horas, considerando que poderá variar de certa forma em diferentes épocas e culturas.

Cattell (1950, 1965) propôs a avaliação dos comportamentos de diferentes formas:

- (1) por julgamentos feitos por observadores em relação a frequência e intensidade nas

quais tipos específicos de comportamentos ocorrem na pessoa que está sendo observada. (2) por questionários os quais são respondidos pela própria pessoa, a partir da sua observação em relação a si mesmo e introspecção. (3) por testes objetivos, por exemplo, situações definidas apresentadas para que as pessoas reajam a elas, nas quais ela não saiba quais aspectos do seu comportamento estão sendo julgados.

Tecnicamente, Cattell (1965) chamou o primeiro tipo é chamado “dados – L” ou registro de vida pois lida com o comportamento em uma situação da vida diária, real. Idealmente, ele pode incluir comportamentos que podem ser mensurados sem o emprego do julgamento interveniente de um juiz e esses comportamentos específicos podem ser encontrados, por exemplo, no levantamento do número de acidentes automobilísticos que a pessoa sofreu em vinte anos, freqüência de relacionamentos significativos vivenciados, número de sociedades as quais a pessoa faz parte, etc. No entanto, o autor considerava a coleta deste tipo de informações complexa e sugeria que fossem levantadas dos registros de vida da pessoa a partir de uma via secundária, através do julgamento de alguém que conhece bem a pessoa. Assim, uma pessoa pode ser avaliada em uma escala de 1 a 10 por dois ou três observadores em traços como “sociabilidade na escola”, “estabilidade emocional em jogos”, “responsabilidade para fazer os deveres” e assim por diante. A segunda fonte de dados para a mensuração da personalidade, oferecida por questionários, foi chamada por Cattell (1965) “dados – Q”. Depende da introspecção e é propensa a distorção por um auto-conhecimento distorcido, desilusões sobre si mesmo ou uma intenção deliberada de mentir. O autor comenta que apesar de um questionário parecer uma simples série de questões as quais uma pessoa sublinha uma resposta resumida, como “sim”, “não”, “geralmente”, etc., realmente um grande toque de arte entra em jo-

go nas palavras escolhidas pelos psicometristas, bem como na direção das questões, o uso de adjetivos para garantir que todas as alternativas são bem usadas, e assim por diante.

Por fim, Cattell (1950, 1965) indica que o terceiro tipo de evidência usada para acessar a estrutura da personalidade consiste em testes com adjetivos, chamados “dados – T”. Neste caso, são elaboradas situações específicas em que as pessoas são apresentadas e as suas ações são observadas e avaliadas a partir de critérios objetivos, a partir de uma “chave”, não pelo julgamento subjetivo de um psicólogo.

Um importante ponto apresentado por Cattell (1950) é que o resultado das análises fatoriais cruzando as informações conseguidas pelos três métodos descritos acima geram como resultado uma estrutura fatorial semelhante dos dados de avaliação dos comportamentos e dos dados de questionário, mas fatores muito diferentes emergem dos dados do teste objetivo.

O modelo de personalidade de Cattell

Depois de realizar uma quantidade substancial de pesquisas a através do levantamento de dados advindos dos três métodos (dados L, Q, e T), Cattell (1950) organizou essas informações a partir dos resultados conseguidos em análises fatoriais. Nesse trabalho, o autor encontrou resultados a partir dos dados Q que podiam ser compreendidos a partir de 16 fatores. Desses fatores, 12 também eram encontrados em análises fatoriais dos dados L, o que foi considerado por Cattell uma razoável correspondência entre esses dois domínios.

Os fatores extraídos dos *dados Q*, usualmente acessados por Cattell pelo 16-PF (Cattell, Saunders, & Stice, 1950), estão listados abaixo. É importante notar que alguns

termos são de difícil tradução e, por este motivo, foram mantidos na sua forma original, em inglês.

Fator A. Escores altos nesse fator descrevem pessoas que preferem atividades sociais, são expansivas, calorosas, tranqüilas, participantes, etc. Este pólo foi denominado pelo autor de *Affectothymia*. Escores baixos nesse fator descrevem pessoas que preferem atividades solitárias, além de serem reservadas, imparciais, críticas, distantes, rígidas, etc. Esse pólo foi denominado *Sizothymia*. É possível notar a grande semelhança entre os conteúdos cobertos por esse fator e os componentes *Amabilidade* e *Nível de comunicação* do fator Extroversão, dentro do modelo dos CGF.

Fator B. Descreve nível cognitivo ou inteligência.

Fator C. Esse fator foi denominado *Força do ego* versus *Emocionalidade / Neuroticismo* e, segundo o autor, quando identificado em um alto nível em uma pessoa, esta tende a ser emocionalmente estável, madura, persistente, realista em relação aos problemas, é calma, etc. Em contraposição, pessoas baixas nesse fator tendem a ser emocionalmente menos estáveis, apresentam uma incapacidade de tolerar a frustração, são emocionalmente impulsivas, evasivas, instáveis, são mais guiadas pelos seus sentimentos, etc. Essas características podem ser identificadas, dentro do modelo dos CGF com o fator Neuroticismo.

Fator E. Esse fator descreve o nível de dominância versus submissão. Pessoas dominantes tendem a ser auto-assertivas, confiantes, orgulhosas, vaidosas, agressivas, competitivas, briguentas, vigorosas, teimosas, obstinadas, etc. Em contraposição, pessoas submissas tendem a ser inseguras, modestas, reservadas, complacentes, polidas, influen-

ciáveis, brandas, dóceis, etc. Essas características podem ser encontradas no componente *Assertividade* do fator Extroversão dos CGF.

Fator F. Pessoas altas nesse fator tendem a ser animadas, prestativas, alegres, agradáveis, despreocupadas, sociáveis, responsivas, enérgicas, bem-humoradas, falantes, entusiásticas, etc. Esse pólo foi denominado *surgency*. Em contraposição, pessoas localizadas no outro pólo do fator (*Desurgency*) tendem a ser depressivas, pessimistas, reservadas, tranqüilas, fleumáticas, introspectivas, preocupadas, inábeis para relaxar, sóbrias, sérias, etc. Essas características podem ser identificadas tanto com aspectos descritos por Extroversão como certas características de Neuroticismo, dentro do modelo dos CGF.

Fator G. Denominado *Força do Superego*, descreve, em níveis altos, pessoas que tendem a ser perseverantes, determinadas, responsáveis, emocionalmente estáveis, atenciosas às pessoas, etc. enquanto que pessoas identificadas com baixos níveis nesse fator tendem a ser desembaraçadas, volúveis, frívolas, imaturas, relaxadas, indiferentes, instáveis, etc. É importante notar a similaridade nas características descritas por esse fator e o III fator dos CGF, *Realização*.

Fator H. Pessoas com altos níveis nesse fator tendem a ser aventureiras, gostam de atividades sociais, apresentam um grande interesse no sexo oposto, são gregárias, desinibidas, socialmente ousadas, etc., o que Cattell (1950) chamou de *Parmia*. Por outro lado, pessoas baixas nesse fator (*Threctia*) tendem a ser tímidas, acanhadas, inseguras, têm pouco interesse no sexo oposto, são frias, auto-contidas, reservadas, etc. Esse fator estaria englobado por algumas facetas de Extroversão, dentro do modelo dos CGF.

Fator I. Níveis altos nesse fator (*Premisia*) tendem a indicar pessoas exigentes, impacientes, dependentes, imaturas, sentimentais, sensíveis, facilmente ansiosas, gregárias,

ternas, apegadas, etc. Em contraposição, níveis baixos nesse fator (*Harria*) descrevem pessoas emocionalmente maduras, independentes, pouco influenciáveis, auto-suficientes, realistas, autoconfiantes, obstinadas, etc. Os conteúdos avaliados por esse fator, quando comparados aos domínios dos CGF, relacionam-se com Socialização e Realização.

Fator L. Pessoas com altos níveis nesse fator (*Suspiciousness*) tendem a ser desconfiadas, alertas, difíceis de enganar, apresentam sentimentos fortes sentimentos paranoicos, etc. Já pessoas com níveis baixos nesse fator tendem a ser confiantes nos outros, relaxadas, etc. Existe uma possível relação entre este fator do modelo de Cattell (1950) e um componente de Socialização, no modelo dos CGF: nível de confiança (S3 na EFS).

Fator M. Níveis altos desse fator (*Autia*) caracterizam pessoas imaginativas, despreocupadas, boêmias, permitem que seus desejos interiores determinem suas crenças, etc. Enquanto que níveis altos (*Praxernia*) descrevem pessoas práticas, cuidadosas, realistas, com níveis de preocupação considerados adequados para as situações. Esse fator descreve características que podem ser relacionadas com os fatores Abertura e Realização no modelo dos CGF.

Fator N. Níveis altos nesse fator (*Shrewdness*) descrevem pessoas polidas, socialmente conscientes, astutas, manipuladoras, etc. Em contrapartida, níveis baixos (*Artlessness*) descrevem pessoas ingênuas, diretas, despreziosas, sinceras, verdadeiras, etc. Esse fator parece estar agrupando características descritas em Socialização no modelo dos CGF.

Fator O. Pessoas com altos níveis nesse fator (*Tendência à culpa*) tendem a ser apreensivas, depressivas, auto-reproadoras, inseguras, perturbadas e preocupadas. Níveis

baixos nesse fator (*Segurança*) descrevem pessoas que tendem a ser autoconfiantes, seguras, complacentes, serenas, etc.

Além desses fatores, Cattell (1950) encontrou mais quatro fatores exclusivamente nos dados obtidos pelas avaliações com questionários. Esses fatores estão descritos abaixo.

Fator Q₁. Pessoas com níveis baixos nesse fator (*Radicalismo*) tendem a ser liberais, buscam experiências novas, gostam de usar seu tempo com reflexões filosóficas, etc. Níveis altos nesse fator (*Conservadorismo*) descrevem pessoas que tendem a ser tradicionais, religiosas, patriotas, conservadores, rígidas em seus conceitos sociais, etc. As características descritas nesse fator parecem estar muito associados àquelas relacionadas com Abertura nos CGF.

Fator Q₂. Esse fator foi denominado por Cattell (1950) de *Auto-suficiência interna*. Níveis elevados nesse fator (*Auto-suficiência*) descrevem pessoas independentes, engenhosas, decididas e assertivas. Níveis baixos (*Aderência ao grupo*), ao contrário, descrevem pessoas que tendem a ser influenciadas pelo grupo social ao qual fazem parte, seguidoras das suas idéias e princípios e fiéis aos seus princípios. Essas características parecem estar parcialmente associadas com o componente *Assertividade* de Extroversão, bem como *Vulnerabilidade* de Neuroticismo.

Fator Q₃. Pessoas altas nesse fator (*Alto auto-conceito*) tendem a ser controladas, tendem a seguir as suas vontades, preocupam-se com as regras sociais, etc. Níveis baixos nesse fator (*Baixa integração*) descrevem pessoas que tendem a ser indisciplinadas, indulgentes, impulsivas, despreocupadas em relação às regras sociais. As características agrupadas nesse fator podem ser identificadas no componente de Pró-sociabilidade, dentro de Socialização.

Fator Q₄. Identificado como *Tensão Érgica*, esse fator, em altos níveis, descreve pessoas que apresentam a tendência serem tensas, a vivenciarem vividamente o sentimento de frustração, esgotamento, etc. Níveis baixos podem ser encontrados em pessoas que tendem a ser relaxadas, tranqüilas, letárgicas, etc. Essas características, de certa forma, parecem ser bem descritas pelo fator Neuroticismo, dentro do modelo dos CGF.

Cattell (1965) indicou ainda outro importante fator para a avaliação da personalidade:

Fator D. Denominado *Excitabilidade*. Esse fator apresenta algumas semelhanças com o fator C, como a emotividade e impulsividade, as quais manifestam uma qualidade instável, relacionada ao humor, não simplesmente um nível alto de excitação. O fator D se originou de análises que indicaram a existência de um tipo de excitabilidade fundamentalmente distinta, relacionada com uma tensão nervosa, agitação e hipervigilância. Cattell (1965) indicou que, com a utilização do método *M.A.V.A.*, foi possível verificar uma grande influência da hereditariedade a este fator.

Um importante aspecto em relação à forma de análise adotada por Cattell (1950) é que o mesmo defendia o uso de rotações que buscassem fatores oblíquos na realização das análises fatoriais. Argumentava o autor que, em grande parte, os traços de personalidade agem de uma forma simultânea e correlacionada. Assim, a busca de fatores ortogonais poderia gerar resultados artificiais, que não refletem de fato a estrutura da personalidade humana.

Esse argumento, apesar de ter uma lógica consistente, pode ser o principal motivo para a complexidade do modelo da personalidade de Cattell. A partir das descrições dos dezesseis fatores defendidos pelo autor, é possível verificar-se uma forte associação entre

alguns deles e uma dificuldade em perceber-se seus pólos como descrevendo características realmente opostas. Tais problemas parecem não estar completamente resolvidos no modelo dos Cinco Grandes Fatores, mas estão minimizados.

Equação de especificação

Após fazer uma detalhada e extensiva análise sobre a natureza dos traços da personalidade, Cattell (1965) busca integrar essas informações de tal forma que possam responder a sua demanda inicial: conhecendo os traços de uma pessoa, prever, dentro de certos limites, a forma como agirá diante de uma dada situação. Comenta o autor que uma das principais críticas da abordagem de traços é que ela divide a personalidade em pequenas unidades mensuráveis mas não é capaz de integrá-las novamente. Cattell sugere que tal integração é possível por meio de uma fórmula matemática, denominada por ele *equação de especificação* que se apresenta da seguinte forma:

$$R_i = S_1T_1 + S_2T_2 + S_3T_3 + \dots + S_nT_n$$

Essa equação descreve a resposta (R) da pessoa diante da situação *i*, tendo os traços *T* que se relacionam com a situação a partir dos “pesos” *S* (também chamados de índices situacionais). Se um determinado traço é altamente relevante para uma determinada resposta, o *S* correspondente será grande; se o traço diminui ou inibe a resposta, o sinal de *S* será negativo. Os *S*'s também podem ser chamados de cargas, que indicam o grau de envolvimento de cada traço para um dado resultado, e eles podem ser conseguidos pelo processo de análise fatorial (Cattell, 1965).

Cattell (1965) expande a sua equação, incluindo um termo que descreve algum fator específico à situação. Exemplifica a utilização desse termo com um caso em que se está avaliando a capacidade de uma pessoa em jogar tênis. Considera o autor que as suas características pessoais, como inteligência, tenacidade e outras podem ter uma influência sobre a resposta dessa pessoa à essa situação. No entanto, facilmente pode-se pensar que a experiência (ou treino) que essa pessoa teve com o esporte poderá influenciar enormemente esse resultado. Aos termos relacionados com as características da pessoa avaliada, o autor denominou de traços comuns (pois influenciam as suas resposta a todas as situações); a sua experiência com o referido esporte, chamou de traço específico.

A forma da equação implica que cada traço tem um efeito independente e aditivo sobre a resposta. O modelo é extremamente simples e Cattell (1950, 1965) não nega que talvez sejam necessários modelos mais elaborados para que a equação tenha um poder preditivo maior sobre as respostas emitidas pela pessoa. “Pode-se imaginar que os traços podem combinar-se de uma forma mais complexa, como pela multiplicação de seus efeitos, ou pelo efeito catalisador de um sobre outro, e, em um trabalho avançado, estas possibilidades estão sendo investigadas. Mas a ciência começa com as hipóteses ou modelos mais simples e só desiste deles quando existem evidências que sugerem a necessidade de outros modelos. Até o momento, a ação aditiva dos traços na equação de especificação explica os dados muito bem” (p. 80).

A relação entre traços e tipos de personalidade

Cattell (1965) preocupou-se com a abordagem dada na época por vários pesquisadores na área da personalidade sobre o *tipo psicológico*. O autor definiu tipo como sendo

“um padrão geral de traços que são combinados de forma específica que podem ser encontradas com uma frequência suficiente para justificar a utilidade de um rótulo” (p. 54).

O autor considerava que a descrição da personalidade por traços ou por tipos não são sistemas opostos. Os traços são concebidos a partir de abstrações de diferentes tipos da experiência. Reciprocamente os tipos podem e devem ser definidos em termos de traços.

Lembrava Cattell (1965) que o termo foi originalmente utilizado para representar “tipos de espécies”, indicando descontinuidades ou diferenças qualitativas ao invés de quantitativas. No entanto, dentro da psicologia da personalidade, os tipos representam configurações específicas de certos traços da personalidade e, nesse sentido, não são particularmente aptos para a descrição da personalidade da maior parte das pessoas já que poucas delas efetivamente apresentariam essas configurações.

Comentários finais

Cattell, sem sobra de dúvidas, foi um pesquisador que sempre foi guiado por um pensamento científico e buscou formas inovadoras para lidar com seus objetos de estudo. Para conseguir lidar com um número de variáveis tão grande quanto o que foi levantado pelo autor, os pesquisadores associados a ele acabaram buscando métodos considerados de ponta na época. O autor citou Saunders, que utilizou-se de um equipamento da IBM capaz de ordenar variáveis a partir de variadas regras e Baggaley, que teve a sua disposição o computador eletrônico Illiac, adquirido pela Universidade de Illinois. O advento do computador neste momento foi considerado por Cattell essencial, pois tornou os expe-

rimentos multivariados possíveis da mesma forma que o microscópio de Leeuwenhoek abriu para a biologia o mundo dos microorganismos.

Os conceitos, os instrumentos e as técnicas propostas por Cattell foram concebidas em um pequeno período de tempo em que esteve em Exter. No entanto, Cattell dedicou toda a sua vida, com mais de 100 colegas e colaboradores para alcançar, mas não completar seu objetivo de oferecer uma teoria integrada das características humanas intelectuais, temperamentais e motivacionais dentro de um contexto que considera as influências hereditárias e ambientais usando particularmente a análise fatorial e a aplicação da personalidade na psicoterapia.

Muitos dos conceitos e métodos apresentados por Cattell foram essenciais para o desenvolvimento da avaliação da personalidade. Como já foi apresentado anteriormente, foi justamente a partir da reanálise de muitos conjuntos de dados levantados pelo autor que foram obtidas as primeiras evidências consistentes de que um modelo mais simples poderia ser utilizado para explicar a personalidade humana: os Cinco Grandes Fatores.

*A TEORIA FATORIAL DE PERSONALIDADE DE
HANS JURGEN EYSENCK*

A vida de Eysenck

Hans Eysenck nasceu na Alemanha em 4 de março de 1916. Seus pais eram atores e se divorciaram quando ele tinha dois anos de idade. Ele foi cuidado por sua avó materna em Berlim e deixou a cidade quando tinha 18 anos em decorrência da tomada do poder pelos nazistas.

Na Inglaterra, ele continuou sua educação e recebeu seu título de Ph.D. em psicologia pela Universidade de Londres em 1940. Durante a segunda guerra mundial, serviu como psicólogo em um hospital, onde desenvolveu sua primeira pesquisa na área da personalidade. A partir deste trabalho, que envolveu 700 soldados com “neurose de guerra”, Eysenck desenvolveu a versão inicial de seu modelo de personalidade, com dois grandes fatores: Extroversão e Neuroticismo (Gibson, 1981).

Depois da guerra, Eysenck lecionou na Universidade de Londres e foi diretor do Departamento de Psicologia do Instituto de Psiquiatria, associado com o Hospital Bethlehem Royal. Escreveu 75 livros e aproximadamente 700 artigos, tornando-se um dos mais prolíficos escritores da psicologia. Eysenck aposentou-se em 1983 e continuou escrevendo até a sua morte em 4 de setembro de 1997.

Concepção de ciência

Eysenck estudou com Cyril Burt e sofreu influência da tradição britânica em psicologia em seu contato com Galton e Spearman. Ele aplicou os métodos que tinham sido

previamente utilizados para analisar medidas de inteligência (análise fatorial) ao estudo da personalidade. No campo da clínica, Eysenck explorou a terapia comportamental. Apesar de ter tido a reputação de ser um rígido cientista comportamental, foi criticado por considerar o apelo feito por astrólogos e parapsicólogos em, por exemplo, seu livro *Uses and Abuses of Psychology* (Eysenck, 1953b). Neste livro, o autor se propôs a explorar, por métodos científicos, temas considerados metafísicos ou superficiais pela comunidade científica e por esse motivo sofreu fortes críticas.

No entanto, a comunidade científica reconhece que Eysenck trouxe o estudo da personalidade humana à ciência e tentou comunicar os mecanismos psicológicos e fisiológicos complexos ao leigo em uma linguagem simples e compreensível (Gibson, 1981). Como destacado teórico fatorial contemporâneo, Eysenck tendeu para um enfoque rigoroso e operacional. Não deu muito crédito às dimensões da personalidade que foram elaboradas fora do âmbito do método quantitativo. A sua atitude geral, com a qual concorda entusiasticamente a maioria dos que integram o chamado "movimento de modificação do comportamento, ficou bem expressa na seguinte citação (Eysenck & Rachman, 1965): "A teoria da aprendizagem não postula ... causas 'inconscientes' mas considera os sintomas neuróticos, simplesmente hábitos aprendidos; não existe uma neurose subjacente ao sintoma e o que existe é, meramente, o próprio sintoma. *Se o indivíduo se libertar do sintoma (esqueletal ou autonômico), terá eliminado a neurose*" (p. 10).

A influência de Eysenck sobre os trabalhos em personalidade foi substancial e suas pesquisas foram de grande contribuição teórica e metodológica para a área. Sempre foi propenso a um pensamento rígido, sem eliminar valiosos métodos de observação. Aplicou procedimentos quantitativos aos dados advindos do ambiente clínico. Esta é uma

das necessidades clamorosas da pesquisa da personalidade (Marx & Hillix, 1973).

Eysenck (1953a) acreditava que uma adequada compreensão da estrutura da personalidade humana só poderia ser contemplada pelo desenvolvimento simultâneo de um consistente modelo teórico e a sua verificação experimental. Julgava que o estudo da personalidade, que deveria ser um campo unitário de estudo, está dividido em dois. “O que deveria ser uma harmoniosa cooperação entre teoria e experimento é, de fato, por um lado, uma escola experimental que investiga detalhes mínimos, tendo somente uma relevância ínfima sobre a personalidade ou a qualquer orientação teórica plausível. Por outro lado, as escolas teóricas dos tipos ‘dinâmicos’ teorizam processos sem qualquer base empírica e sem qualquer reconhecimento da necessidade de verificação” (p. 1).

Método de pesquisa

Eysenck (1953a) observou que, quando são revisados os conceitos de personalidade, é possível verificar uma irreconciliável oposição entre autores que dão ênfase aos *comportamentos manifestos* e aqueles que dão importância aos *conceitos dinâmicos*. Como um exemplo de definição comportamental, citou Watson (1930) que define personalidade como a soma das atividades que podem ser descobertas pela cuidadosa observação ao longo de um período de tempo capaz de prover informações confiáveis ao pesquisador. Como um exemplo de conceito dinâmico, Prince (citado por Eysenck, 1953a), definiu a personalidade como a soma total de todas as disposições biológicas inatas, impulsos, tendências, apetites e instintos dos indivíduos, e as disposições e tendências adquiridas.

Eysenck (1953a) se posicionou contra a utilização de conceitos dinâmicos da per-

sonalidade. Argumentava que não é possível ter-se acesso direto aos instintos, disposições e impulsos. Estes são conceitos abstratos criados para unificar e fazer inteligível os comportamentos observáveis dos quais eles são abstraídos. Argumentava que sem estes comportamentos observáveis os conceitos não teriam um significado atribuível e, portanto, tudo o que se pode saber sobre o comportamento deve ultimamente derivar das observações do próprio comportamento. Contudo, acreditava que a observação dos comportamentos não é suficiente. “Temos que ter conceitos que denotem aspectos dos comportamentos comuns a um número de situações; a ciência não pode existir sem abstrações baseadas em propriedades comuns. Ambas definições, desta forma, são dependentes entre si; uma definição adequada deve focar tanto fontes empíricas dos dados quanto à natureza teórica dos conceitos trabalhados” (p. 2).

Eysenck (1953a) achava que o trabalho no campo da personalidade não devia confinar-se em apenas um setor, e que era necessário conceber a personalidade em todos os seus aspectos. “A doutrina da ‘personalidade total’ parece ser inteiramente justificada na medida em que declara que abordagens parciais são propensas a levar apenas a um entendimento parcial. As investigações devem ser tão amplamente baseadas quanto for possível, incluindo avaliações de pares, auto-avaliação, testes objetivos de comportamentos, avaliações físicas, medidas autonômicas e outras medidas fisiológicas relevantes, informações biográficas e históricas, e de fato, todo e qualquer tipo de informação factual e objetiva que possa ser usada para suportar ou refutar a hipótese sob investigação. ... nada é mais convincente que o estabelecimento de fatores a partir de materiais experimentais muito divergentes; achar uma concomitante predição entre medidas realizadas de todos estes grupos diferentes de testes é muito mais impressionante do que descobrir covaria-

ção entre as respostas de dois questionários” (p. 319).

Conceito de personalidade

Eysenck (1953a) definiu a personalidade como uma organização relativamente estável e duradoura do caráter, temperamento, intelecto e físico de uma pessoa, a qual determina seus ajustamentos próprios ao ambiente. “Caráter denota um sistema pessoal mais ou menos estável e duradouro de comportamento conativo (‘vontade’); Temperamento, seu sistema mais ou menos estável e duradouro de comportamentos afetivos (‘emoção’); Intelecto, seu sistema mais ou menos estável e duradouro de comportamentos cognitivos (‘inteligência’); Físico, seu sistema mais ou menos estável e duradouro da configuração corporal e seus atributos neuro-endócrinos” (p. 2). Eysenck diz que com esta definição, enfatiza o conceito de *sistema, estrutura* ou *organização*, contrapondo-se, portanto, à doutrina da *especificidade do comportamento*, que praticamente dominou a pesquisa Americana da década de 20 até à década de 60.

A estrutura básica do modelo de personalidade de Eysenck não difere completamente ao de Allport. Ambos trabalham com organizações hierárquicas de coerências comportamentais, cognitivas e afetivas. No modelo de Eysenck, esses níveis, citados do menor nível para o nível máximo, são os seguintes: resposta específica, a resposta habitual, o traço e o tipo. O interesse de Eysenck dirigiu-se, sobretudo, para o estudo dos tipos, mas considerava inviável formar constelações de regularidades no comportamento, representadas pelos tipos, sem que primeiro fossem descobertos os traços.

Os pesquisadores que trabalham com o conceito de traços de personalidade foram criticados de uma forma abrangente por vários pesquisadores, que postulam que não e-

xistem traços amplos e gerais de personalidade, não existem formas gerais e consistentes de conduta e, se elas existissem, não seriam produzidas por consistência de comportamento ou por alguma estrutura interna, mas somente por ligações independentes e específicas entre estímulos e respostas ou hábitos.

Sobre a questão da *especificidade dos comportamentos*, em que é postulado que os comportamentos tendem a se repetir quando as condições que os iniciam são semelhantes, Eysenck (1953a) citou, como forma de resposta, as pesquisas de Hartshorne e May (1928). Esses autores dirigiram um projeto em grande escala, no qual foi dada a centenas de crianças a oportunidade de agir desonestamente em situações em que aparentemente não poderiam ser descobertas, mas que na realidade estavam completamente sob controle experimental. Este estudo foi considerado essencial pelos pesquisadores que trabalhavam com a teoria da especificidade, pois Hartshorne e May encontraram correlações muito baixas entre seus testes. Este resultado indicava que as crianças que eram honestas, ou persistentes, ou cooperativas em dadas situações de testagem não mantinham sempre essas características em outras situações. Tais resultados levaram os autores à conclusão de que os atributos avaliados eram agrupamentos de hábitos específicos e não traços gerais, interpretação esta que foi muito aceita como uma prova final a favor da teoria da especificidade.

Eysenck (1953a) propôs-se a reexaminar e discutir pormenorizadamente esses resultados, levantando, assim, algumas dúvidas em relação às interpretações dadas aos mesmos:

- a. Eysenck examinou a conclusão que os autores tiveram, a partir da observação de que crianças que se comportam de uma forma desonesta em uma situação não necessari-

amente se comportam da mesma forma em outra situação, que honestidade não seria, portanto, um traço geral, mas específico em relação às situações. Eysenck salienta que tal conclusão assume que as situações avaliadas fazem demandas semelhantes na hipotética honestidade da criança, uma visão a qual não pode ser evidenciada no experimento. Uma criança pode falhar em um teste difícil de inteligência e passar em um que seja fácil e o fato dela acertar um e errar outro não indica que ela está se comportando de uma maneira inconsistente. Os pesquisadores que defendem a existência de traços gerais não negariam, neste caso, a existência de graus de tentação, ou graus de imoralidade entre atos diferentes. Portanto, tal argumento não pode ser considerado contra as implicações da teoria da "generalidade".

- b. Hartshore e May (1928) observaram também que algumas crianças apresentam os traços postulados, por exemplo, honestidade ou persistência, enquanto que outras foram consistentes em nunca apresentá-los (indicando uma regularidade nestas crianças). Contudo, a grande maioria das crianças apresentou as características típicas dos traços em alguns momentos e não em outros. Assim, o traço, da forma como é concebido, pode ser supostamente aplicável somente em alguns casos. Eysenck (1953a) questionou tal conclusão com um argumento similar ao utilizado em "a". Disse o autor que a inteligência não é aplicável somente àqueles que nunca falham em nenhum item ou àqueles que falham em todos os itens. Se a honestidade for concebida como um constituinte contínuo, então os mais honestos devem, de fato, nunca fraquejar e sempre serão honestos; graus intermediários de honestidade devem refletir-se na ação de ser desonesto quando a tentação é forte ou quando a imoralidade envolvida é leve, e de não ser desonesto quando a tentação é fraca ou a imoralidade é forte.

- c. Ainda sobre o problema da baixa consistência observada no comportamento das crianças, Eysenck disse: “conceitos sócio-éticos claramente não são inatos; eles são adquiridos a partir da aprendizagem social. As crianças mais jovens não tiveram tempo suficiente para integrar a aprendizagem originada de uma variedade de fontes em um conjunto mais geral de regras, alguns padrões os quais elas podem aplicar a uma variedade de situações; a integração deve estar hipoteticamente incompleta nas crianças mais jovens e progride conforme ela avança em idade” (p. 7).

A partir destes argumentos, Eysenck (1953a) defende que se pode pensar na existência da generalidade do comportamento. Acredita o autor que uma criança que é honesta em uma situação, ou persistente, ou cooperativa tende a manter essas características em outra situação, apesar da predição observada ser muito longe dos parâmetros ideais. “Nossa tarefa é, então, investigar o *grau* de generalidade manifesta na conduta humana, e construir um modelo teórico que represente adequadamente os fatos da mesma forma que eles tenham sido estabelecidos pela verificação experimental. (...) É necessário termos em mente que apesar de Hartshore e May terem falhado em demonstrar que a conduta humana é completamente específica, eles demonstraram conclusivamente que está distante de ser tão geral quanto tendíamos a imaginar, e é muito mais fortemente determinada por situações específicas nas quais elas ocorrem do que pensávamos até então. Tais dados servem como uma contenção aos defensores da teoria da especificidade, da mesma forma que serve para conter os que defendem a teoria da generalidade; o problema deixa de ser teórico e torna-se, ao invés, quantitativo e empírico” (p. 8).

A estrutura hierárquica da personalidade

Eysenck (1953a) indica que dois conceitos são centrais na busca de um modelo para a descrição e organização da personalidade – os conceitos de *traços* e *tipos*. O autor dá uma forte ênfase a esses níveis da organização da personalidade pois, a partir deles, é possível ter-se uma compreensão da mecânica do comportamento consistente e congruente. O autor concorda com a definição de traço de (Allport, 1937, 1961) e acrescenta que a noção de *traço* está intimamente ligada com o conceito de *correlação*. “Estabilidade, consistência, ocorrência repetida de ações – todos estes termos, quando traduzidos em uma linguagem mais rigorosa e definida operacionalmente, refere-se a covariação de um número de comportamentos (...) Um traço pode ser definido como um conjunto covariante de comportamentos; aparece assim como um princípio organizador o qual é deduzido da generalidade do comportamento humano” (p. 9).

Sobre o conceito de tipo, Eysenck (1953a) considerava precipitadas as discussões sobre a forma como os tipos distribuem-se na população geral, representados pelas figuras 1, 2 e 3. Nessa discussão, alguns autores defendem a concepção de que os tipos podem ser compreendidos por classificações mutuamente exclusivas e com pontos de divisão claros, a partir dos quais as pessoas podem ser segregadas (Figura 1). Esta lógica pode ser evidenciada na maioria dos manuais psiquiátricos que utilizam modelos categóricos. Nestes, as pessoas apresentam ou não certos quadros (depressão, ansiedade, transtornos variados, etc.), não sendo concebidos níveis intermediários dessas características.

Outros autores usam o conceito de tipo de uma forma virtualmente equivalente ao de traço, compreendendo um “tipo” como um nível extremo de um conjunto de características (traços), que são observados ao longo de um contínuo com uma distribuição

normal (Figura 2). Um terceiro uso propõe que tipos verdadeiros diferem-se de traços, na medida que apresentam uma distribuição multimodal, nas quais as pessoas se agrupam em certos pontos que aproximadamente representam traços puros (Figura 3).

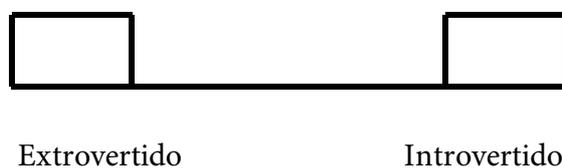


Figura 1 – A distribuição do tipo a partir de um modelo dicotômico

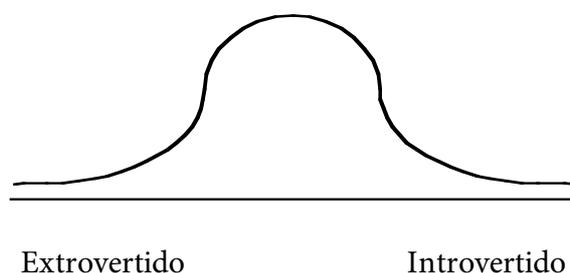


Figura 2 – A distribuição do tipo a partir de uma curva normal

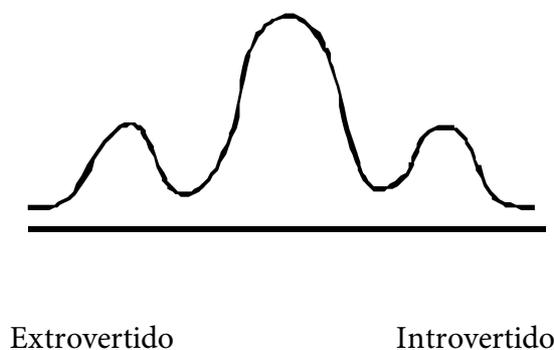


Figura 3 – A distribuição do tipo a partir de uma curva multimodal

O autor, apesar de considerar tais discussões válidas, acredita que elas não refletem de forma alguma as teorias e as hipóteses dos autores que tiveram grande influência na criação das tipologias “modernas”, como Jung e Kretschmer. E explica: “sobre o ponto

de vista de Jung, cada indivíduo possui ambos os mecanismos de introversão e de extroversão, e é somente a força relativa de um, quando comparada com outro, que cria o tipo... uma alternância rítmica entre essas duas funções psíquicas caracteriza o curso normal da vida... circunstâncias externas e disposições inatas freqüentemente favorecem um mecanismo e impedem ou restringem o outro. Isto naturalmente leva à dominância de um dos mecanismos. Se esta dominância, por qualquer motivo, torna-se crônica, então é possível evidenciar-se um *tipo*” (p. 11). Contudo, enfatiza que muito raramente uma dominância completa de um dos mecanismos pode ser observada em uma pessoa. Eysenck (1953a) interpreta a descrição de Jung em termos de tipos ideais, por exemplo, de indivíduos completamente introvertidos ou extrovertidos, mas ele enfatiza repetidamente que estes são abstrações, que dificilmente serão encontrados nos experimentos reais.

O conceito de tipo proposto por Kretschmer (citado por Eysenck, 1953a), claramente complementar ao de Jung, chama a atenção de Eysenck por ser preciso, definido operacionalmente e relacionado com os aspectos gerais da biologia. Segundo este autor, agrupamentos de características surgem repetidas vezes e, quando são estudados objetivamente, é possível perceber-se que estes são concentrações de traços correlacionados que são essenciais na biologia e na medicina clínica. Esses agrupamentos não são simples correlações de observações mas agrupamentos de correlações.

Eysenck define então tipo como um grupo de traços correlacionados seguindo a mesma lógica da sua definição de traços de personalidade. De acordo com seu ponto de vista, a diferença entre os conceitos de *traços* e *tipos* não se encontra na continuidade ou falta de continuidade da variável hipotetizada, nem na sua forma de distribuição (como

visto nas Figuras 1, 2 e 3), mas em uma maior inclusividade do conceito de tipo.

Sobre os diferentes níveis hierárquicos propostos em seu modelo (apresentados na figura 4), Eysenck (1947) declara: “estamos lidando com quatro níveis de organização de comportamentos. No nível mais baixo, temos as respostas específicas, S.R.₁, S.R.₂, S.R.₃, ... S.R._n. Estes são atos, tais como as respostas a um teste experimental ou às experiências do dia a dia, as quais são observadas alguma vez, e podem ou não ser características do indivíduo. Em um segundo nível, temos o que é chamado de respostas habituais, H.R.₁, H.R.₂, H.R.₃, ... H.R._n. Estas são respostas específicas que tendem a ser recorrentes em situações cujas circunstâncias são similares; por exemplo, se o teste é repetido, uma resposta similar é dada, ou se uma situação de vida repete-se, o indivíduo reage de uma forma similar. Este é o nível mais baixo da organização; falando grosseiramente, a quantidade de organização presente aqui pode ser mensurada pela sua fidedignidade, ou seja, a probabilidade de que a repetição do comportamento seja consistente. Em um terceiro nível, temos a organização das ações habituais em traços T₁, T₂, T₃, ..., T_n. Estes traços – irritabilidade, persistência, rigidez, etc. – são construtos teóricos, baseados nas inter-correlações observadas de um número de diferentes respostas habituais (...); Em um quarto nível, temos a organização dos traços em tipos gerais. Esta organização também é baseada em correlações observadas, contudo, em correlações entre os vários traços que caracterizam os tipos. Assim, em nosso exemplo, persistência, rigidez, subjetividade, timidez, irritabilidade e vários outros traços poderiam formar uma constelação de traços com inter-correlação entre eles, assim formando um construto de maior ordem, o tipo” (p.14).

Um fato interessante, citado por Eysenck, é que seu modelo de organização da

personalidade é derivado diretamente da produção científica de psicólogos como Jung, Kretschmer e Allport. No entanto, nenhum destes autores apresenta uma opinião muito positiva das técnicas psicométricas, particularmente da análise fatorial. Contudo, este modelo hipotético de personalidade, deduzido da experiência clínica e de importantes *insights* psicológicos, encaixa-se quase que completamente com o modelo estatístico, elaborado a partir das análises fatoriais.

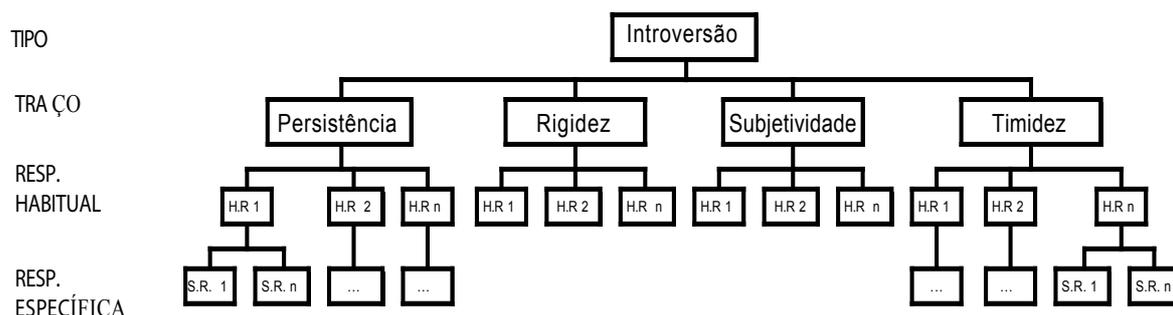


Figura 4 – O modelo hierárquico de personalidade de Eysenck

Especificidades do autor

Eysenck deu uma contribuição metodológica muito importante, a partir de sua proposta de um *método de análise do critério* (Eysenck, 1950). O método consiste na assunção de que o analista fatorial deve começar suas pesquisas com dois grupos, sobre os quais se sabe que diferem em algum fator hipotético subjacente. Os sujeitos normais e psicóticos estudados por Eysenck fornecem um exemplo. Quando se obtêm medidas dos dois grupos, só se pode supor, justificadamente, que se relacionem com o fator hipotético aquelas medidas que discriminam entre os grupos. Se for usada a análise de critério de Eysenck, ela assegura que o investigador planejará cuidadosamente a sua investigação: “(...) o investigador não pode, simplesmente, administrar uma pilha fortuita de testes a

um montão de sujeitos selecionados ao acaso e deixar que os fatores caiam onde caírem” (Eysenck, 1953a, p. 317).

Eysenck (1953a) insistia que era necessária uma ampliação da base na qual o trabalho em personalidade é conduzido, não somente aos métodos de avaliação, mas também quanto à população testada. “A interpretação dada a um fator derivado de uma população de estudantes pode mudar consideravelmente se os mesmos testes forem dados aos mineradores desempregados de carvão ou aos criminosos de uma penitenciária. (...) sem provas claras que estes testes ou itens tenham altas saturações nestes fatores, realmente discriminam em um alto grau de significância entre sujeitos com diferentes atributos psicológicos. Isto significa que *grupos critério* devem sempre ser incluídos no delineamento experimental para testar a interpretação dos fatores encontrados; se tal possibilidade de validação não existe, outros métodos devem ser usados para reduzir a excessiva subjetividade encontrada nas interpretações fatoriais na literatura” (p. 320).

Críticas ao autor

Eysenck foi uma figura controversa dentro da pesquisa e na clínica psicológica. Foi um psicólogo clínico que caracterizou a psicoterapia como uma forma indistinta de arte e pôs seriamente em dúvida se ela acarretará algum bem (Eysenck, 1952). Recebeu fortes críticas de outros pesquisadores que se utilizaram do mesmo rigor de Eysenck para analisar sua produção científica. Sérias interrogações têm sido formuladas sobre os aspectos teóricos e empíricos da sua pesquisa. Foi freqüentemente assinalado que as provas nas quais foram embasadas suas asserções são tipicamente escassas; também tem sido criticado por ignorar interpretações alternativas dos seus dados, na ausência de controles ade-

quados para eliminar tais fatores (Jensen, 1958, p.300).

Eysenck se manifestou tão disposto a eliminar um conceito como a aceitá-lo; contudo, não foi, em absoluto, um antiteórico. Se essas técnicas resultassem numa integração mais completa dos fatores relativamente fragmentários que até agora têm sido isolados e testados, elas terão dado uma contribuição sumamente significativa para a teoria da personalidade (Marx & Hillix, 1973).

SEÇÃO II

Nesta seção, são apresentados os métodos empregados para os processos de construção e validação das escalas EFE e EFS para o Brasil, bem como seus estudos preliminares de normatização. Este trabalho representa a continuação lógica do projeto que está sendo realizado no Brasil desde meados da década de 1990 (Hutz & Nunes, 2001; Hutz e cols., 1998; Nunes, 2000; Nunes, Alves, Tomazoni, & Hutz, 2001; Nunes e cols., 2003), com o objetivo de desenvolver e validar um instrumento brasileiro completo para a avaliação da personalidade humana dentro do modelo dos Cinco Grandes Fatores (CGF). Os marcadores de traços que foram produzidos para utilização no Brasil (Hutz e cols., 1998) são importantes para o desenvolvimento de uma série de pesquisas e, especialmente, para a análise fatorial conjunta de múltiplos inventários. No entanto, não constituem propriamente um teste de personalidade capaz de avaliar as diferentes facetas dos construtos avaliados por estas dimensões e não permitem a adequada discriminação de indivíduos com perfis psicológicos diferenciados.

Foi necessário, então, decidir quais fatores seriam priorizados no processo de construção das escalas para avaliação dos CGF no Brasil. Como não há, obviamente, nenhum argumento teórico que indique uma hierarquia de importância para as dimensões dos CGF, tal resolução envolveu a utilização de um critério técnico e ao mesmo tempo pragmático: a utilidade clínica dos instrumentos de avaliação para os fatores no Modelo. Dessa forma, após uma consulta à literatura científica internacional, o fator Neuroticismo foi escolhido como primeira opção e os fatores Extroversão e Socialização foram escolhidos para um segundo momento.

Como produto desta primeira fase de trabalho, foi produzida a Escala Fatorial de Neuroticismo (EFN) (Hutz & Nunes, 2001; Nunes, 2000), sendo este o primeiro instrumento comercializado para a avaliação de uma dimensão da personalidade no modelo dos Cinco Grandes Fatores no Brasil. Este instrumento apresenta qualidades psicométricas adequadas bem como indicações robustas de validade de construto, concorrente e de critério (Nunes e cols., 2001).

É importante ressaltar que o processo fracionado de elaboração e validação de instrumentos psicológicos não é metodologicamente o mais recomendado pois exige uma etapa de coleta e análise de dados complementar, na qual devem ser administrados os itens de todas as subescalas simultaneamente. Como resultado desta fase, existe a possibilidade que itens que inicialmente eram alocados em subescalas específicas sejam associados a outros agrupamentos.

No entanto, a complexidade e o custo financeiro envolvidos na condução de um processo de validação global impossibilitam a sua realização. Parece importante notar, no entanto, que mesmo a construção do teste mais conhecido para a avaliação da personalidade no modelo CGF, o NEO-PI (Costa & McCrae, 1992), iniciou, como seu nome indica, com escalas para apenas três dimensões (neuroticismo, extroversão e abertura para novas experiências – *openness*, em inglês).

O objetivo do presente estudo foi desenvolver escalas para a avaliação de Extroversão e Socialização. Esta escolha não representa, obviamente, um julgamento sobre a relativa importância dos fatores. Não faz sentido imaginar que uma dimensão da personalidade possa ser mais importante do que outra exceto em algum contexto específico. Porém, há várias razões para continuar o processo de construção das escalas com essas

duas dimensões.

Em primeiro lugar, há uma razão de ordem prática para tal escolha que consiste na maior facilidade para a produção de itens para essas dimensões. Estes dois fatores já foram muito estudados pela comunidade científica e geraram um grande número de publicações e instrumentos, não apenas no modelo CGF, mas também no modelo de personalidade de Eysenck, por exemplo. Por esse motivo, é conceitualmente mais simples produzir itens com validade de conteúdo para essas escalas. Além disso, estes fatores parecem ser fundamentais para o estudo de uma série de variáveis e processos nos quais os pesquisadores têm interesse, como resiliência, vulnerabilidade de grupos em situação de risco, padrões não adaptativos nas interações interpessoais, etc. É possível verificar-se também a especial utilidade de instrumentos para a avaliação de Extroversão e Socialização para aplicações clínicas, uma vez que uma série de transtornos de personalidade, usualmente identificados por modelos categóricos, apresenta componentes que podem ser descritos dimensionalmente por estes fatores.

Para dar início à construção das escalas EFE e EFS, foi preciso levar em consideração que os fatores do modelo CGF são complexos e podem ser desdobrados em subescalas. Uma revisão na literatura internacional (O'Connor & Dyce, 2002; Widiger, Trull, Clarkin, Sanderson, & Costa, 2002) permitiu identificar que os componentes usualmente relacionados à escala de socialização são confiança nos outros, altruísmo, franqueza, aquiescência, modéstia e ternura. As escalas de extroversão usualmente são compostas por componentes como sociabilidade, amistosidade, assertividade, calorosidade, gregariedade e o quanto uma pessoa procura diversão (*joy-seeking*) (Costa & McCrae, 1992). Para a construção dos itens foi necessário considerar-se essas facetas dos fatores para que

nenhum aspecto dos construtos deixasse de ser contemplada.

A primeira seção deste documento foi dividida em dois estudos, organizados pelo tipo de validade a ser verificada: I. a construção e avaliação psicométrica dos fatores Extroversão e Socialização e a análise da sua estrutura interna a partir de análises fatoriais (validade de construto); e, II. a administração das escalas construídas em populações com características de personalidade diferenciadas (validade de critério).

ESTUDO 1

CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS QUALIDADES

PSICOMÉTRICAS DAS ESCALAS EFE E EFS

Introdução

O primeiro passo para a construção dos instrumentos para a mensuração dos fatores E (Extroversão) e S (Socialização) dos CGF exigiu uma extensa pesquisa na literatura corrente sobre os construtos avaliados (Hutz & Nunes, 2001; O'Connor & Dyce, 2002; Widiger, Trull, Clarkin, Sanderson, & Costa, 2002). Como foi referido anteriormente, as diferentes subdimensões destes construtos foram amplamente estudadas para que as suas faces fossem devidamente representadas nos instrumentos elaborados.

Os itens foram construídos na forma de assertivas que descrevem atitudes, crenças e sentimentos e as escalas de respostas são do tipo Likert de 7 pontos, nas quais os participantes devem registrar o quão adequadas são as sentenças para descrevê-los.

Elaboração dos Itens e Instruções

Um grande conjunto de referências sobre os CGF foi examinado em um momento inicial para que fossem conhecidas profundamente todos os aspectos englobados pelos fatores Extroversão e Socialização nos CGF (Goldberg, 1990; Widiger, Trull, Clarkin, Sanderson, & Costa, 2002). A partir desta revisão na literatura, foi listada uma série de traços de personalidade que deveriam ser representados pelos itens criados para avaliar os Fatores E e S.

Os primeiros itens de E e S foram elaborados a partir do estudo de levantamento

dos Marcadores de Traços dos CGF no Brasil (Hutz e cols., 1998). Não foi suficiente, contudo, a mera transformação dos adjetivos selecionados no referido estudo na forma de assertivas, pois tais termos representavam traços de personalidade de uma forma muito ampla (o adjetivo “expansivo”, por exemplo). Muitos dos descritores de traços de E e S, contudo, referem-se a atributos psicológicos estudados direta ou indiretamente por outros instrumentos psicológicos (em escalas de sociabilidade, de extroversão, etc.). Assim, um conjunto de itens do instrumento foi elaborado a partir das descrições de tais construtos nos instrumentos que são usualmente utilizados para avaliá-los. Para tanto, foram selecionados comportamentos, interpretações e relatos relacionados com os descritores de traços e assertivas foram construídas de tal forma que pudessem ser avaliadas a partir de escalas de concordância.

Uma outra fonte de itens foi utilizada a partir da observação de que vários estudos listados na literatura internacional (O’Connor & Dyce, 2002; Trull & McCrae, 2002; Widiger & Frances, 2002; Widiger, Trull, Clarkin, Sanderson, & Costa, 2002) têm verificado a relação entre a avaliação da personalidade pelos CGF e a descrição de transtornos de personalidade a partir de sistemas categóricos, como o DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994). É possível verificar nesses estudos que relações consistentes têm sido encontradas entre tais sistemas e alguns transtornos listados no DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994) são parcialmente contemplados pelos traços de personalidade agrupados nos fatores E e S. Foram eleitos então alguns transtornos de personalidade que apresentavam uma relação mais estreita a esses fatores. Assim, foram utilizados como referência para a elaboração de itens de Extroversão, os sintomas do Transtorno de Personalidade Histriônica, Transtorno de Personalidade Esquizóide e Transtorno de Per-

sonalidade de Esquiva. Alguns itens para a escala de Socialização foram elaborados a partir dos sintomas típicos de Transtorno de Personalidade Paranóide, Antissocial, Narcisista e Dependente.

Uma ressalva deve ser feita, no entanto, em relação à amplitude dos traços cobertos pelos itens construídos a partir dos sintomas dos quadros acima enumerados. Claramente, estes quadros não podem ser compreendidos exclusivamente por uma única dimensão dos CGF. Muitos dos sintomas descritos como característicos do Transtorno de Personalidade Histriônica, por exemplo, podem ser explicados por altos níveis de Extroversão e Neuroticismo e baixos níveis de Socialização. Da mesma forma, muitos dos sintomas típicos do Transtorno de Personalidade Obsessivo-compulsivo podem ser explicados por altos escores no fator Realização e Neuroticismo e baixos níveis em Extroversão. Ainda assim, pode-se afirmar que alguns itens construídos a partir desse método representam adequadamente determinados fatores dentro do modelo dos CGF. Para que fossem retidos nas escalas apenas os itens que relacionam-se claramente com as dimensões investigadas na versão preliminar das escalas, foi solicitado a juízes que fizessem uma avaliação dos mesmos quanto à sua pertinência nos fatores E ou S.

Uma outra observação deve ser feita em relação a esses itens. Como eles foram elaborados a partir de descrições de sintomas relacionados a transtornos de personalidade, a ocorrência dos mesmos na população geral é modesta e seu conteúdo pode gerar um estranhamento dos respondentes. Assim, de antemão esperava-se uma baixa aderência a esses itens, fato este que reduziria a sua variância e possivelmente reduziria a probabilidade de que os mesmos apresentassem uma carga fatorial alta em dimensões basicamente compostas por itens não direcionados para a avaliação de aspectos psicopatológicos. Esse

aspecto indicou a necessidade de um cuidado extra no momento da condução das análises fatoriais das escalas construídas. Os procedimentos analíticos realizados serão detalhados adiante.

Apesar da grande variedade de traços que foram cobertos com os itens elaborados a partir dos marcadores de traços compilados para o Brasil (Hutz e cols., 1998) e de certos quadros contidos no DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994), restaram ainda alguns aspectos descritos na literatura internacional a respeito dos Fatores E e S que não estavam contemplados até então. Assim, uma terceira fonte de itens foi utilizada para a realização de tal complemento. Trata-se de um projeto internacional de pesquisa em personalidade, denominado *International Personality Item Pool* (<http://ipip.ori.org/ipip/index.htm>) que foi elaborado com o objetivo de “prover um rápido acesso a medidas de diferenças individuais, todas de domínio público, para serem desenvolvidas conjuntamente entre cientistas de todo o mundo. Além disso, o *site* pode incluir dados para a execução de reanálises; poderá também servir como um fórum para a disseminação de idéias em Psicometria bem como achados de pesquisas”.

Para a utilização dos itens disponibilizados na página do projeto IPIP, vários conjuntos de itens foram traduzidos para a língua portuguesa, buscando-se utilizar uma linguagem de fácil compreensão, na medida em que a população-alvo das escalas não tem necessariamente que apresentar um alto nível cultural: adolescentes e adultos com ensino médio incompleto. A seguir, os itens foram submetidos à apreciação de quatro juízes familiarizados com o modelo dos CGF para verificar se após a sua tradução eles se relacionavam aos fatores aos quais originalmente foram criados.

Após a elaboração da primeira versão dos itens para as escalas de Extroversão e So-

cialização, estes foram apresentados para onze pessoas, com diferentes níveis culturais e áreas de atuação (2 pessoas com segundo grau completo; 3 estudantes de psicologia; 2 estudantes de nível superior em cursos variados e 4 pesquisadores na área da avaliação psicológica) para avaliar a compreensão dos itens pelos mesmos. Com esse procedimento, foi verificado que alguns eram confusos, incompreensíveis, ambíguos ou apresentavam problemas variados na sua construção. As questões que apresentaram problemas foram reelaboradas ou eliminadas. Após este trabalho, cada escala ficou com 140 itens.

A escolha por elaborar as escalas com o mesmo número de itens ocorreu por alguns motivos: a. permitiu a utilização de um mesmo modelo de folha de respostas, garantindo uma economia no trabalho de editoração e um processo simplificado de impressão de material; b. proporciona uma tarefa mais uniformizada no momento das aplicações coletivas, uma vez que permitem as mesmas instruções e carga de trabalho aos examinandos; e c. permitem a utilização de uma única base de dados para ambas as escalas, facilitando-se assim o procedimento de digitalização das respostas e a localização de erros e inconsistências (ver detalhes na descrição dos *procedimentos para limpeza da base de dados*).

As instruções para aplicação das escalas também foram discutidas com os juízes, pois deveriam primar pela sua clareza e precisão. Assim, a sua redação final ficou:

“Você está recebendo um caderno que contém frases que descrevem sentimentos, opiniões e atitudes. Por favor, leia atentamente cada uma das sentenças e pense o quanto você se identifica com elas. A seguir, marque na folha de respostas, no local apropriado, a sua resposta a cada item. Para tanto, siga as instruções abaixo:

Para cada item, você tem a opção de marcar de “1” a “7”. Se você acha que a frase o descreve muito bem, marque o “7” na grade de respostas. Se você acha que a sentença

absolutamente não o descreve adequadamente, marque “1”. Se você considerar que a frase o descreve “mais ou menos”, marque “4”.

Leve em conta que quanto mais você acha que a frase é apropriada para descrevê-lo, maior deve ser o valor a ser marcado na escala (respostas 5, 6 e 7); quanto menos você identificar-se com a descrição feita, menor será o valor a ser registrado na escala (respostas 1, 2 e 3). Note que todos os valores da escala podem ser marcados.

Não existem respostas certas ou erradas. É importante que as suas respostas sejam sinceras. Responda a todos os itens e, por favor, não risque ou escreva no caderno de aplicação.”

Para permitir um melhor entendimento dos participantes sobre a forma como deveriam responder à escala, um exemplo “neutro” foi elaborado, no caso, “gosto de dormir” e, a seguir, indicou-se como deviam ser as respostas em função de diferentes interpretações. Neste momento, foi salientado que todos os valores da escala de respostas podem ser utilizados, incluindo os valores 2, 3, 5 e 6.

Adicionalmente, foi elaborado um roteiro de aplicação das escalas como objetivo de garantir a padronização no processo de coleta de dados. Esse roteiro foi encaminhado a todas as pessoas que se propuseram a participar dessa fase do processo e sofreu pequenos ajustes para garantir a sua compreensibilidade.

MÉTODO

Estudo piloto

Após a elaboração dos itens, foi realizado um estudo piloto com o objetivo de identificar aqueles que apresentavam problemas na sua construção ou que fossem muito semelhantes entre si. Para tanto, os itens de Extroversão e Socialização foram separados em duas escalas, sendo que a sua ordem de apresentação foi aleatória para que os itens que avaliavam as suas subdimensões não ficassem agrupados.

Para a realização da coleta de dados do estudo piloto, uma Universidade do interior do Rio Grande do Sul (URCAMP) foi procurada e, a partir do contato com as unidades de ensino, foram disponibilizadas turmas de diversos cursos. As coletas de dados para as escalas EFE e EFS ocorreram separadamente (as turmas que respondiam ao EFE não respondiam ao EFS e vice-versa) para que o tempo de aplicação não se tornasse excessivo. Nesta coleta, a EFE foi administrada em 62 estudantes de ambos os sexos (79,0% de mulheres e 21,0% de homens), com idades variando entre 17 e 45 anos ($M = 23,4$ e $DP = 5,9$). Já a EFS foi aplicada em 65 estudantes de ambos os sexos (90,8% de mulheres e 9,2% de homens), com idades entre 18 e 43 anos ($M = 24,9$ e $DP = 5,9$).

Em um primeiro momento, foi realizada a análise das questões não respondidas (*Missing Value Analysis*) para verificar se haviam itens que se destacassem quanto à sua ocorrência. No entanto, tal prova mostrou-se inconclusiva, na medida em que virtualmente todos os participantes responderam a todos os itens.

A seguir, foi elaborada uma tabela contendo a correlação entre os itens. Por meio dessa, foram verificados e marcados os itens que apresentavam correlações muito altas

entre si (acima de 0,80). Com essa informação, foi possível localizar-se pares e subsequentemente grupos de itens que avaliavam virtualmente o mesmo conteúdo.

Foi feito também o levantamento da consistência interna das escalas, a partir do cálculo de seu *Alpha de Cronbach* e a correlação dos itens com a escala total. Essa última informação permitiu localizar quais itens apresentavam uma correlação muito baixa com a escala total, dando uma indicação preliminar de que estavam inadequados para avaliar o construto relacionado aos fatores Extroversão e Socialização dos CGF.

Com essas informações, foram eliminados aqueles itens que apresentavam correlações muito altas com outro(s) item(s) e que tinham uma menor correlação com a escala total. O objetivo do primeiro procedimento foi eliminar itens redundantes das escalas de Extroversão e Socialização, que pouco colaborariam para a adequada avaliação dos construtos. Pelo segundo procedimento, foram identificados os itens que apresentavam pouca associação com Extroversão ou Socialização. A versão preliminar das escalas EFE e EFS foi construída então com as informações obtidas no estudo piloto. Essas escalas apresentam 110 itens, o que pode ser considerado excessivo para a avaliação de um aspecto único da personalidade. No entanto, foi decidido não se eliminar muitos itens pelos critérios apresentados pois o tamanho da amostra do estudo piloto era reduzida. Com isso, procurou-se evitar que itens bons fossem condenados por esse critério.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DA ESCALA FATORIAL DE SOCIALIZAÇÃO

Definição e descrição da amostra

Para uma adequada verificação das qualidades psicométricas da EFS, foi necessário definir uma amostra que contemplasse algumas variáveis cuja influência sobre as escalas deveria ser investigada. Assim, de uma forma ideal, a amostra deveria ter uma distribuição dos participantes em função do sexo, idade, região do país, nível de escolarização, estado civil, atividade profissional, etc.

No entanto, é importante esclarecer que, em função de dificuldades financeiras, logísticas, de distribuição de material, de treinamento de pessoal, etc., a obtenção de uma amostra de uma forma ideal foi absolutamente impossibilitada. Assim, a amostra coletada ficou restrita ao alcance de pesquisadores que se propuseram a ajudar no processo de validação (ver lista de colaboradores no anexo J). Com isso, foram verificadas acentuadas diferenças na distribuição dos participantes nos subgrupos anteriormente pensados.

No final do processo, a amostra coletada para a avaliação das qualidades psicométricas da EFS foi composta por 1.100 participantes de ambos os sexos, sendo que 29,9% eram homens e 70,1% mulheres (Tabela 1)⁴. O maior grupo da amostra foi composto por estudantes secundaristas (40,7%), sendo seguido por estudantes do curso de psicologia (38%). Uma grande parcela do grupo avaliado indicou ser solteira (90,6%) e com idade variando de 14 a 64 anos (média de 21,38 e desvio padrão de 5,84 anos). No entanto, é importante indicar a grande ocorrência de valores não informados nas variáveis contex-

⁴ Todos os percentuais referidos nessa seção foram calculados sobre os casos válidos da amostra. Para um detalhamento maior sobre as características da amostra, verificar as tabelas correspondentes a cada variável.

tuais. Isso ocorreu principalmente com as variáveis *curso* (32,3%) e *ocupação* (35,4%).

As tabelas 2 a 4 indicam, respectivamente a distribuição da amostra em função do Estado, Curso e Estado Civil.

A coleta de dados no estado da Bahia foi realizado pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Avaliação e Mensuração da Faculdade Ruy Barbosa. Esse grupo é composto, além do seu coordenador, por estudantes de graduação em psicologia que foram treinados em metodologia de pesquisa, aspectos teóricos dos CGF e nos métodos de coleta de dados utilizados para a realização deste projeto⁵. A coleta de dados nos demais estados foi conduzida por professores e pesquisadores na área de avaliação que se propuseram a colaborar com essa fase do projeto. A relação dos aplicadores com o curso de psicologia explica o acentuado número de participantes desse curso.

O número mínimo de participantes deste estudo foi calculado com o objetivo de gerar soluções fatoriais estáveis. Para tanto, foi utilizado o critério usualmente referido como “razão itens/sujeito”. De acordo com este critério, para que se possa realizar uma Análise Fatorial confiável, é importante que a amostra seja de *pelo menos* cinco vezes o número de itens da escala a ser avaliada. Uma vez que a Escala Fatorial de Socialização, na sua primeira versão, era composta por 110 itens, o número mínimo de participantes devia ser de 550 estudantes. Apesar dessa indicação, por não se conhecer o exato efeito das variáveis contextuais já citadas (sexo, idade, região, etc.), foi feita a opção de aumentar-se esse número mínimo de participantes. Com isso, se de fato fosse verificado um efeito significativo de uma ou mais dessas variáveis, isso exigiria análises fatoriais independentes para cada grupo para que fosse investigado se as dimensões internas da escala

⁵ A listagem de todos os alunos que participaram até o momento do LAM encontra-se no anexo D.

são consistentes.

Foi solicitado aos participantes deste estudo consentimento informado, obedecendo as regras de conduta ética na pesquisa com seres humanos (Anexo A). Aos estudantes que desejaram, foi oferecida uma devolução da avaliação realizada a partir de seus questionários. Para tanto, foi pedido que preenchessem um campo específico, onde registraram seu número de matrícula ou CPF, possibilitando assim a posterior identificação do questionário correspondente. Todas as medidas necessárias para assegurar o sigilo e a confidencialidade dos dados foram tomadas.

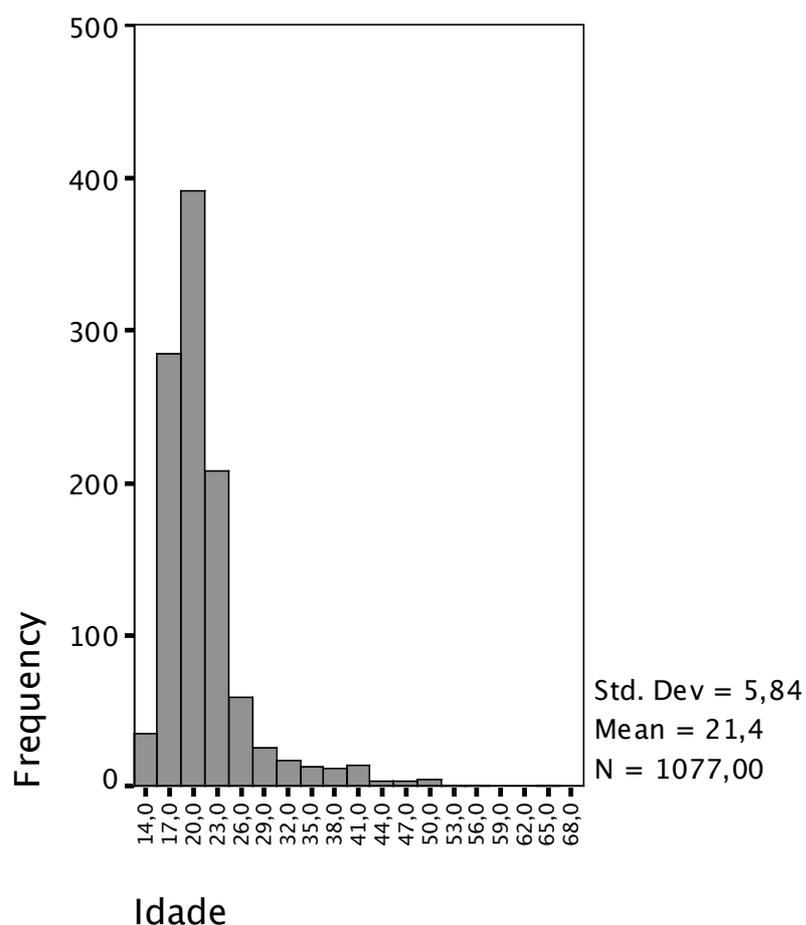


Figura 5. Distribuição da Idade da Amostra da EFS

Tabela 1. Distribuição da amostra por sexo

	Categoria	Freq.	%	% válido
Válidos	M	325	29,5	29,9
	F	762	69,3	70,1
	Total	1087	98,8	100,0
Não informado		13	1,2	
Total		1100	100,0	

Tabela 2. Distribuição da Amostra por Estado

	Categoria	Freq.	%	% válido
Válidos	BA	406	36,9	41,9
	RS	253	23,0	26,1
	SC	8	,7	,8
	SP	137	12,5	14,1
	PB	165	15,0	17,0
	Total	969	88,1	100,0
Não informado		131	11,9	
Total		1100	100,0	

Tabela 3. Distribuição dos Participantes em Função do Curso

	Categoria	Freq.	%	% válido
Valid	Psicologia	283	25,7	38,0
	Administração	44	4,0	5,9
	Direito	15	1,4	2,0
	Segundo grau	303	27,5	40,7
	Odontologia	60	5,5	8,1
	Enfermagem	1	,1	,1
	Engenharia	1	,1	,1
	Farmácia	2	,2	,3
	Fisioterapia	2	,2	,3
	Historia	1	,1	,1
	Educação Física	1	,1	,1
	Terceiro grau completo	6	,5	,8
	Economia	26	2,4	3,5
Total	745	67,7	100,0	
Missing	System	355	32,3	
Total		1100	100,0	

Tabela 4. Distribuição da Amostra por Estado Civil

	Categoria	Freq.	%	% válido
Válidos	Solteiro	960	87,3	90,6
	Casado / união livre	83	7,5	7,8
	Separado	14	1,3	1,3
	Viúvo	3	,3	,3
	Total	1060	96,4	100,0
Não informado		40	3,6	
Total		1100	100,0	

Procedimentos de coleta de dados

Em um primeiro momento, foi necessário o treinamento dos aplicadores para garantir que o processo de coleta de dados seguisse rigorosamente os mesmos procedimentos. O treinamento realizado com os estudantes do Laboratório de Avaliação e Medidas (LAM) consistiu, inicialmente, em uma simulação de aplicação a qual estes foram os respondentes. A seguir, foi repassado aos estudantes os passos para tal aplicação (Anexo IV), indicando as possíveis dificuldades encontradas em cada momento. Por fim, foi solicitado aos estudantes que conduzissem um processo simulado de aplicação.

Outra estratégia adotada para garantir que a condução da coleta de dados seguisse os passos pré-estipulados foi exigir que os estudantes sem experiência em coleta de dados acompanhassem pessoas experientes nesse processo e só então conduzissem o processo. As aplicações foram realizadas por duas pessoas, sendo uma responsável pela coordenação do processo e outra pelo apoio (ajuda na distribuição dos materiais, informação extra aos respondentes, etc.).

A coleta de dados foi coletiva, sendo usualmente realizada nas salas de aula das instituições de ensino procuradas (escolas de ensino médio públicas e privadas; universidades públicas e privadas, cursos preparatórios para concursos, etc.). Os estudantes foram

avaliados com a devida autorização dos coordenadores de cursos e professores, além de assinarem o termo de consentimento informado.

Nas instituições de ensino superior, preferencialmente foram escolhidas turmas de disciplinas que reuniam estudantes de vários cursos com o objetivo de se obter uma amostra diversificada quanto aos cursos avaliados. Os estudantes, após serem informados dos objetivos do estudo, que a sua participação era voluntária e da garantia de sigilo das respostas, receberam o caderno com os itens, a folha de respostas e instruções de preenchimento.

As instruções fornecidas seguiram um roteiro pré-estabelecido (ver anexo IV) e foram lidas e detalhadas pelos aplicadores. Foi solicitado aos participantes que lessem os itens com atenção e que respondessem individualmente às questões. Também foi informado que não havia respostas certas ou erradas e que realmente era importante que os participantes dessem sua opinião sincera às situações, sentimentos e atitudes descritas nos itens. Àquelas turmas que apresentaram dificuldades para a compreensão dos itens, foi dada a orientação para que os deixassem em branco.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Limpeza da base de dados

Este procedimento teve o objetivo identificar inconsistências na base de dados utilizada para a análise e foi realizado em várias etapas. Em um primeiro momento, foram verificados os valores mínimos e máximos em cada item da EFS. Com esse procedimento, foi possível verificar-se erros de digitação mais grosseiros, como a troca do valor “5” por “8”, o toque duplo nas teclas numéricas, etc. Após a localização dessas ocorrências, as respostas corretas foram verificadas nos questionários originais e redigitadas.

Outra etapa no processo de limpeza da base de dados envolveu a identificação da escala para aqueles protocolos em que o campo apropriado não foi preenchido. Essa foi uma situação de baixa ocorrência na base de dados geral (3% dos casos), mas foi considerado importante a inclusão desses casos quando havia a possibilidade de identificação. A estratégia utilizada para a realização deste processo foi identificar-se nas escalas de Extroversão e Socialização itens com padrões de respostas bem definidos e com respostas tipicamente extremas. Para tanto, foram localizados itens cujas médias tenham sido inferiores a 2 ou superiores a 6 com um desvio padrão igual ou inferior a 1,5 (anexos V e VI, respectivamente).

Vale ressaltar que as definições dessas regras foram arbitrárias e seguiram unicamente um processo lógico. A partir dessa estratégia, foram criadas duas variadas, denominadas *pro_efe* e *pro_efs* que indicavam respectivamente o nível de aderência dos res-

pondentes a essas escalas formadas por itens “tipificados”⁶. Para verificar a capacidade destas variáveis na identificação das escalas preenchidas, estas foram calculadas para todos as pessoas que haviam registrado corretamente a variável *Escala*, comparando-se com os escores de *pro_efe* e *pro_efs*. Os resultados encontrados foram muito positivos, indicando que as variáveis criadas eram boas predictoras para a identificação das escalas.

Na tabela 5 é possível verificar-se que nos casos em que as variáveis criadas puderam ser calculadas, estas indicaram adequadamente qual escala havia sido respondida em 98,2% dos casos válidos dos protocolos. É importante esclarecer que a rotina escrita em SPSS não pôde fazer os cálculos para aqueles protocolos em que ao menos um dos itens envolvidos estivessem sem respostas.

Após a elaboração das variáveis de validade e da sua eficácia, aqueles protocolos cuja identificação da escala não estavam preenchidos (e que puderam ser calculadas as variáveis de validade) foram identificados tendo como base essas informações.

Tabela 5. Identificação das escalas

	Categoria	Freq.	%	% válido
Válido	Não previu	35	1,6	1,8
	Previu	1960	89,7	98,2
	Total	1995	91,3	100,0
Não informado		190	8,7	
Total		2185	100,0	

Outro procedimento que foi igualmente importante para a verificação da integridade dos dados foi a “limpeza” das informações contextuais (sexo, idade, estado civil,

⁶ Como é possível de ser observado na fórmula utilizada e descrita no Anexo X, os valores calculados poderiam variar de 0 (quando os participantes indicassem respostas no sentido contrário ao esperado) até 1 (quando as respostas dadas fossem absolutamente de acordo com o esperado). Assim, pode-se dizer que as variáveis elaboradas calculavam a probabilidade que o respondente tenha preenchido às escalas elaboradas.

etc.). Nessa etapa, foram cruzados dados relacionados para estimar-se a qualidade da digitação (como instituição e estado, idade e estado civil, etc.). Com esse procedimento, foi possível verificar quais protocolos apresentavam inconsistências e estes foram redigidos. Valores não previstos também foram localizados e corrigidos.

Com esses procedimentos, a base de dados foi considerada consistente e passível de ser analisada a partir dos tratamentos estatísticos apropriados para verificação da validade de construto e para o levantamento das propriedades psicométricas das escalas e seus itens.

Análise dos valores não informados

A idéia principal deste procedimento foi verificar se haviam itens com problemas de construção relacionados com linguagem de difícil compreensão ou ambiguidade. Como já foi relatado anteriormente, no momento da aplicação, foi dada a instrução aos respondentes para que deixassem em branco aqueles itens que tivessem dúvidas. Assim, havendo a ocorrência muito alta de valores não informados, seria possível inferir-se sobre a sua inapropriada construção.

Essa estratégia, em princípio, não é capaz de gerar informações que levem a decisões sobre a exclusão de itens, mas, quando utilizada em conjunto com resultados de análises fatoriais podem ser importantes para a decisão de quais itens devem ser retidos na escala final. A verificação das ocorrências de respostas não informadas na base de dados da EFS indicaram que a maioria dos itens apresentou uma frequência pequena desses casos. A tabela 6 relaciona os itens que tiveram um número de respostas não informados igual ou superior a 20. Os percentuais indicados na terceira coluna da tabela foram calculados.

lados sobre o número total de protocolos respondidos, ou seja, 1.100. Essas informações serão discutidas a seguir, comparando-se com os resultados da análise fatorial e da análise da distribuição das respostas nos itens.

Tabela 6. Listagem dos Itens com Maior Ocorrência de Respostas Não Informadas

Item	Freq.	%
12	31	2,8
21	31	2,8
66	29	2,6
77	27	2,5
91	31	2,8
93	43	3,9
95	34	3,1
98	35	3,2

Análise fatorial e a verificação da dimensionalidade da Escala Fatorial de Socialização

A primeira etapa da verificação das dimensões internas da EFS foi confeccionar um gráfico referido na literatura como *scree plot*, no qual os *eigenvalues* dos fatores são colocados no eixo Y de um gráfico cujo eixo X é o número dos fatores. A utilização desse gráfico para orientar os pesquisadores sobre o número de fatores a serem extraídos em um conjunto de dados foi proposto por Cattell . De acordo com o autor, o último fator a ser extraído pode ser visualizado em um gráfico *scree plot* como sendo aquele localizado no ponto de inflexão da curva desenhada. A figura 6 foi elaborado a partir do procedimento sugerido.

Pode-se perceber na figura 6 que há uma descontinuidade na curva no momento em que é representado o terceiro fator. Isto significa que este é o ponto em que há uma mudança mais significativa na direção da curva que representa os pontos do gráfico (quando a curva deixa de ser vertical para ser horizontal). Esta seria uma representação visual do ponto de inflexão da curva – justamente aquele de deveria ser identificado pela regra de Cattell (1966). Para a verificação da dimensionalidade da EFS, foram extraídas

soluções fatoriais com 3, 4, 5 e 6 fatores, sendo que, pela regra de Cattell, a solução preferida deveria ser a de 3 dimensões. Como a maior parte dos itens criados supostamente representava o mesmo construto (o Fator Socialização), considerou-se mais adequada a adoção da rotação *Direct Oblimin*, específica para a extração de fatores correlacionados.

Uma questão que deve ser indicada é que, apesar de existirem inúmeras regras para a identificação do número de fatores a serem extraídas em uma análise fatorial, nenhuma delas é inquestionável ou pode ser considerada conclusiva sobre a questão. Um aspecto que parece ser essencial, no entanto, é a compreensibilidade dos fatores extraídos. Não parece lógico, afinal, a retirada de fatores que, mesmo apresentando qualidades psicométricas aceitáveis, não fazem sentido no sistema teórico que embasou a elaboração dos itens. Assim, a estratégia adotada foi a procura da solução fatorial que fizesse sentido dentro das regras psicométricas (fatores com alta consistência interna, que explicassem uma parcela interessante da variância total, compostos por itens com alta carga fatorial, etc.) e que tivessem sentido dentro do sistema utilizado.

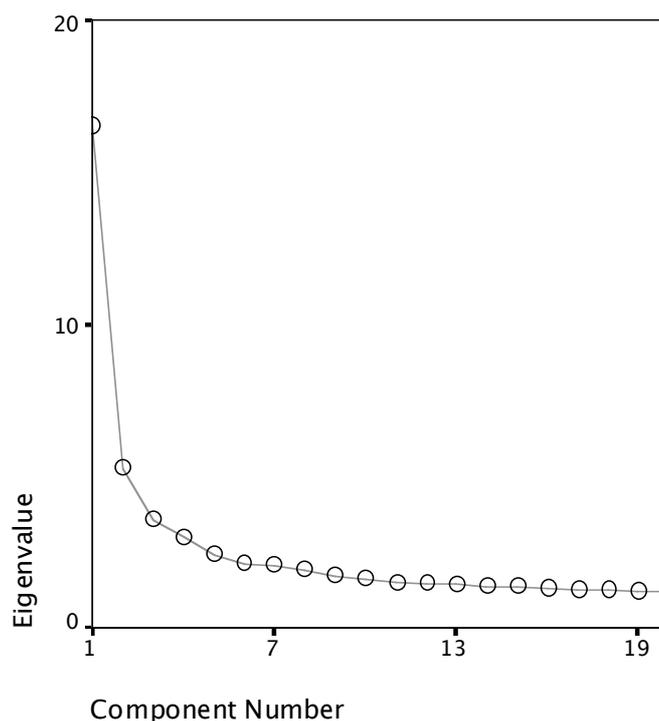


Figura 6. *Scree plot* da EFS

Todas as soluções fatoriais foram verificadas levando-se em conta a pertinência dos fatores encontrados (em termos de conteúdos) e características psicométricas das dimensões identificadas. De uma forma geral, as soluções com quatro ou mais fatores mostraram-se insatisfatórias ou por separarem conteúdos muito similares (como auto e hetero-agressividade) ou por apresentarem agrupamentos compostos por itens que não tinham sentido lógico. A solução encontrada com três fatores mostrou-se mais robusta, simples e com características psicométricas adequadas. Como regra para inclusão dos itens nos fatores, foi determinado que teriam que apresentar no mínimo 0,35 de carga fatorial. Usualmente a linha de corte utilizada é de 0,30 mas, como o objetivo era criar uma escala reduzida e composta somente por itens mais relacionados aos construtos ava-

liados, essa opção pareceu ser justificada. Não houve a ocorrência de itens com cargas fatoriais acima da linha de corte em mais de um fator.

Nas tabelas 7 a 9 são apresentados os fatores extraídos, seus itens, seus conteúdos e carga fatorial. Os fatores apresentaram, respectivamente, *eigenvalues* de 16,56; 5,28 e 3,59 que explicaram 15,06%; 4,80% e 3,27% da variância total. Após a montagem das subescalas da EFS, foi verificada a correlação entre elas (tabela 10). Todas as correlações foram moderadas e estatisticamente significativas, indicando que a escolha do método de rotação *direct oblimin* foi adequado.

Os fatores extraídos, S1, S2 e S3 foram denominados, respectivamente, *Amabilidade*, *Pró-sociabilidade* e *Desconfiança*. É importante registrar que para o cálculo dos escores gerais da escala, os escores dos subfatores foram calculados de tal forma que apontassem para um alto nível de Socialização. Assim, S1 permaneceu com a sua orientação original (indicando *amabilidade*), S2 foi invertido (de tal forma que escores altos indicassem comportamentos *pró-sociais*) e S3 também foi invertido (indicando nível de *confiança*). Essas informações são essenciais para uma correta compreensão dos resultados apresentados nas análises que seguem.

Tabela 7. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala S1

Item	Conteúdo	S1
1	Respeito os sentimentos alheios.	0,35
6	Sou atencioso com as pessoas.	0,50
11	Sou amável com as pessoas.	0,49
14	Sou uma pessoa sensível.	0,42
17	Demonstro minha gratidão aos outros.	0,53
20	Gosto de ajudar os que estão com dificuldades.	0,61
23	Esforço-me para tornar-me uma pessoa melhor.	0,50
28	Preocupo-me com aqueles que estão numa situação pior que a mi-	0,53
33	ha. Preocupo-me com todos.	0,46
36	Tento incentivar as pessoas.	0,47
44	Sofro quando encontro alguém que está com dificuldades.	0,50

49	Demonstro meus sentimentos.	0,46
50	Busco harmonia para a minha vida.	0,47
51	Conseguo fazer as pessoas sentirem-se à vontade.	0,55
52	Costumo sentir-me empolgado com as coisas.	0,40
53	Sou uma pessoa agradável.	0,53
54	Tenho um "coração mole".	0,54
57	Gosto de ajudar as pessoas.	0,68
59	Sou generoso(a).	0,58
61	Sou uma pessoa sincera.	0,44
63	Importo-me com os sentimentos dos outros.	0,60
65	Preocupo-me em agradar as pessoas.	0,53
69	Dou bons conselhos para as pessoas.	0,56
70	Sou romântico(a).	0,51
72	Gosto de agradar aos outros.	0,65
86	Respeito o ponto de vista dos outros.	0,45
90	Costumo perguntar como os outros estão.	0,46
92	Faço qualquer coisa pelas pessoas.	0,43
97	Tenho um grande interesse pelas pessoas.	0,50
100	Sou muito educado com os outros.	0,44
102	Tento fazer com que as pessoas sintam-se bem.	0,70
106	Procuo compreender as pessoas.	0,65
107	Sou uma pessoa bondosa.	0,57

Este fator agrupa itens que descrevem o quão atenciosas, compreensivas e empáticas as pessoas procuram ser com as demais. Além disso, indica o quão agradáveis as pessoas buscam ser com os outros, observando suas opiniões, sendo educadas com elas e se importando com as suas necessidades. Widiger e cols. (1993) e O'Connor e Dyce (1993) indicam que casos com Transtorno de Personalidade Antisocial e Narcisista, usualmente, não identificam-se com esses itens. Em contrapartida, pessoas com Transtorno de Personalidade Dependente apresentam essas características de forma marcante.

Tabela 8. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala S2

Item	Conteúdo	S2
5	Faço coisas consideradas perigosas.	0,53
9	Participaria de alguma fraude para progredir na vida.	0,34
15	Acredito que tenho bebido muito ultimamente.	0,49
18	Divirto-me contrariando as pessoas.	0,48
19	Pressiono os outros para que façam o que quero.	0,46
21	Uso as pessoas para conseguir o que desejo.	0,38
26	Critico abertamente os outros.	0,40
31	Gosto de uma boa discussão.	0,36
32	Gosto de piadas que agridem as pessoas.	0,44

35	Respeito as leis e regras sociais.	-0,32
47	Tenho prazer em discutir com as pessoas.	0,44
56	Respeito autoridades.	-0,34
66	Excito-me quando sei que alguém pode estar vendo-me fazer se-	0,36
80	Gosto de quebrar regras.	0,58
81	Os meus amigos dizem que bebo demais.	0,49
82	Gosto de viver em perigo.	0,60
89	Posso agredir fisicamente as pessoas quando fico muito irritado.	0,37
91	Dirijo em alta velocidade para ter a sensação de perigo.	0,46
93	Gosto muito de ter relações sexuais incomuns.	0,52
94	Costumo enganar as pessoas.	0,37
98	Gosto de fazer sexo em situações arriscadas.	0,53
104	Gosto de contar vantagens de mim.	0,37
110	Sou agressivo com os outros.	0,43

Este fator agrupa itens que descrevem comportamentos de risco, concordância ou confronto com leis e regras sociais, moralidade, auto e hetero-agressividade, padrões de consumo de bebidas alcoólicas, etc. Widiger e cols. (1993) e O'Connor e Dyce (1993) indicam que casos com Transtorno de Personalidade Anti-social e Narcisista apresentam uma grande identificação com essas características. McCormick e Smith (1995) indicaram que adictos a variadas substâncias (lícitas ou não) apresentam um nível muito alto de ocorrência dos comportamentos descritos nesta escala. Loukas, Krull, Chassin, e Carle (2000) apontaram para a relação entre altas frequências desses comportamentos em adictos ao álcool.

Tabela 9. Listagem dos Itens que Compuseram a Escala S3

Item	Conteúdo	S3
16	Desconfio de todos.	0,51
22	Confio no que as pessoas dizem.	-0,48
24	Sou vingativo.	0,43
39	Acredito que as pessoas têm uma natureza ruim.	0,52
40	Acho que os outros podem tentar prejudicar-	0,62
48	Acho que os outros zombam de mim.	0,56
55	Acredito que as pessoas têm boas intenções.	-0,45
58	Não confio completamente em ninguém.	0,46
64	Guardo ressentimentos.	0,38
73	Tenho alguns inimigos.	0,46
75	Difícilmente perdôo.	0,5
83	Acredito na bondade humana.	-0,37
87	Tenho amigos de total confiança.	-0,38

Esta escala agrupa itens que descrevem o quanto as pessoas confiam nas pessoas e acreditam que elas não as prejudicarão. Casos com escores muito baixos nessa escala frequentemente relatam uma constante percepção de que as pessoas podem estar tentando prejudica-las em variados contextos, tendem a ser muito ciumentas em relação aos seus casos amorosos e têm uma acentuada dificuldade desenvolver intimidade com outros (ver o Estudo II).

Widiger e cols. (1993) e O'Connor e Dyce (1993) verificaram que casos com Transtorno de Personalidade Paranóide, Esquizotípico e Borderline apresentam um nível muito baixo de identificação com esses conteúdos. Em contrapartida, pessoas com Transtorno de Personalidade Histriônica e Dependente tendem a apresentar um nível muito acentuado de confiança nas demais pessoas.

Tabela 10. Correlação as subescalas da EFS

Componentes	S1	S2	S3
S1	1.00	0.25	0.27
S2	0.25	1.00	0.21
S3	0.27	0.21	1.00

S1= Amabilidade

S2= Pró-sociabilidade

S3=Confiança

O próximo passo para a análise das qualidades psicométricas da Escala Fatorial de Socialização foi a verificação da consistência interna das suas subescalas. A tabela 11 apresenta o Alpha de Cronbach das subescalas S1, S2 e S3 bem como da EFS completa. É possível observar-se que a consistência interna das subescalas, apesar de serem bem abreviadas em relação ao seu número de itens, apresenta valores considerados adequados na literatura psicométrica (Pasquali, 1999, 2001).

Tabela 11. Consistência Interna das Subescalas da EFS

Fator	No. Itens	Alpha de Cronbach	No. Participantes
S1	33	0,91	1.002
S2	23	0,84	968
S3	14	0,80	1.058
EFS	70	0,92	882

Com a verificação de que a Escala Fatorial de Socialização e suas subescalas apresentam características psicométricas adequadas para a avaliação de seus construtos, foram analisados possíveis efeitos de variáveis sócio-demográficas para indicar a necessidade de, no futuro, elaborar tabelas de normatização diferenciadas. As variáveis *Estado Civil*, *Escolaridade* e *Idade* não apresentaram uma influência estatisticamente significativa com a escala. Para avaliar diferenças de sexo e uma possível interação com Estado do respon-

dente, foi realizada uma análise GLM para medidas repetidas. Para tanto, um fator geral de socialização foi gerado pela definição de três níveis (S1, S2 e S3) e os fatores entre os sujeitos foram as variáveis sexo e Estado. Essa análise indicou que, independentemente, as variáveis sexo e Estado do respondente geram perfis diferenciados para Socialização. No entanto, quando essas variáveis são combinadas, não há diferença estatisticamente significativa. A diferença encontrada entre os Estados é muito pequena e a significância estatística decorre do tamanho da amostra não tendo implicações clínicas, o que fica claro ao se calcular o tamanho do efeito para a escala geral ($d = 0,06$). A tabela 12 apresenta as médias e medianas por sexo para cada escala da EFS.

Tabela 12. Médias e Mediana e Desvio-Padrão das subescalas e escala geral da EFS por

sexo

	Homens (n=323)				Mulheres (n=758)			
	S1	S2	S3	SOC	S1	S2	S3	SOC
Média	5,60	5,35	4,83	15,78	5,90	5,88	4,93	16,71
Mediana	5,64	5,48	4,86	15,86	6,00	6,00	5,00	16,91
Desvio Padrão	0,77	0,88	0,98	2,05	0,67	0,72	0,95	1,76

S1= Amabilidade

S2= Pró-sociabilidade

S3=Confiança

A correlação entre a variável *idade* do respondente e os escores observados nas escalas da EFS foram calculados (Tabela 13). Apesar de serem significativas as correlações entre a *Idade* com S1, S3 e da escala total, o valor dessas associações é muito baixo e não parece justificar a elaboração de tabelas normativas para diferentes faixas etárias.

Tabela 13. Correlação Entre a Idade e as Escalas da EFS (n=1071)

	S1	S2	S3	SOC
IDADE Pearson Correlation	,059	,041	,12**	,10**

** Correlação é significante para um nível de 0.01.

Verificadas essas questões, foram confeccionados gráficos com a distribuição das respostas de ambos os sexos (figuras 7 a 14).

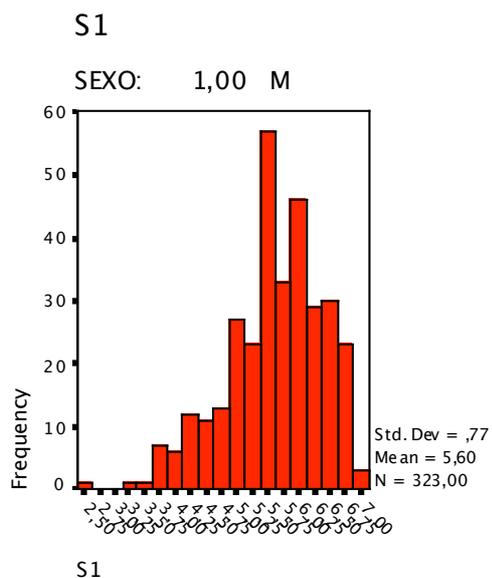


Figura 7. Distribuição das Respostas da Escala S1 para Homens

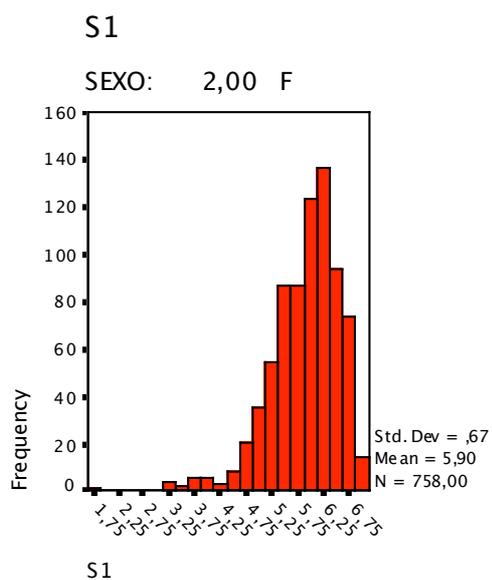


Figura 8. Distribuição das Respostas da Escala S1 para Mulheres

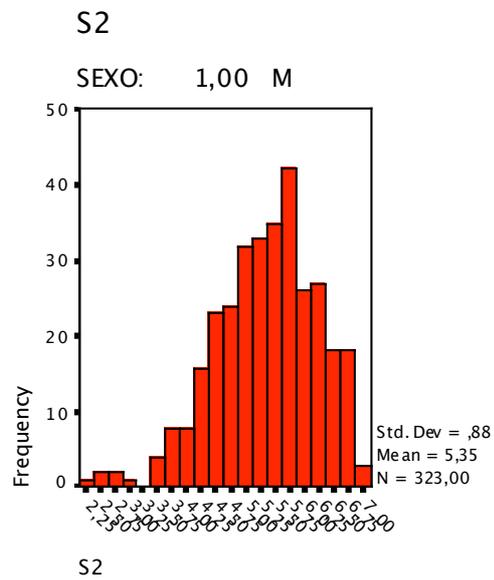


Figura 9. Distribuição das Respostas da Escala S2 para Homens

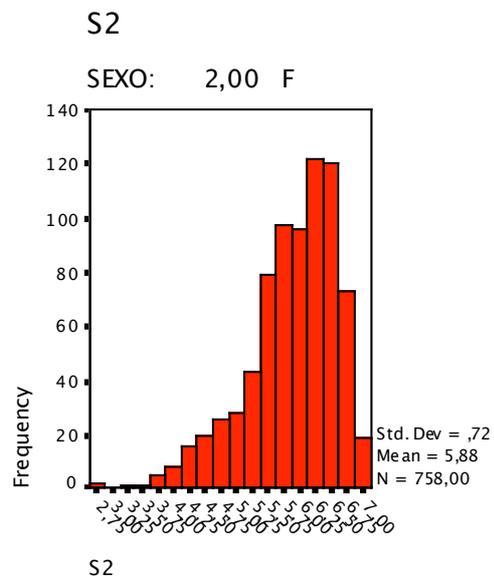


Figura 10. Distribuição das Respostas da Escala S2 para Mulheres

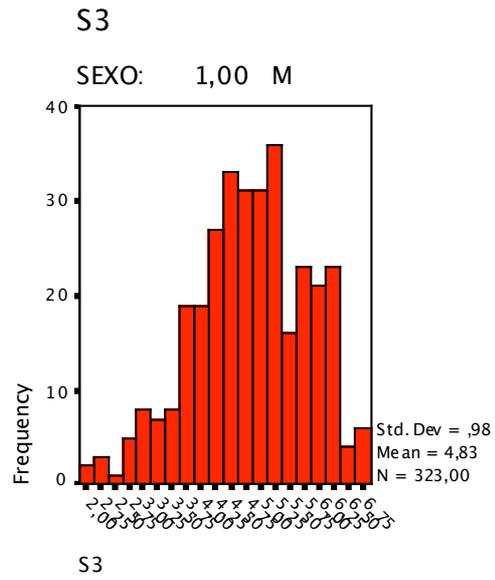


Figura 11. Distribuição das Respostas da Escala S3 para Homens

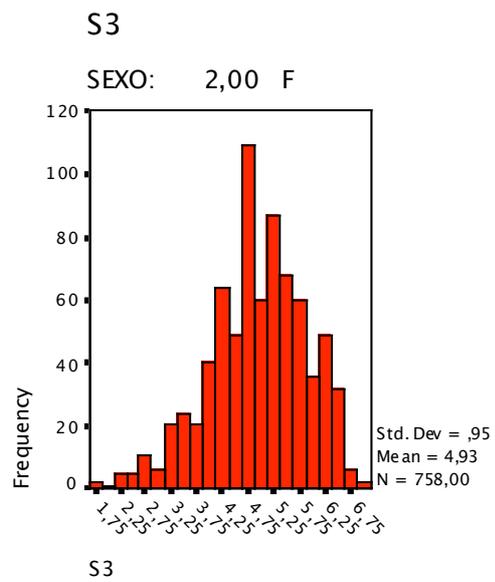


Figura 12. Distribuição das Respostas da Escala S3 para Mulheres

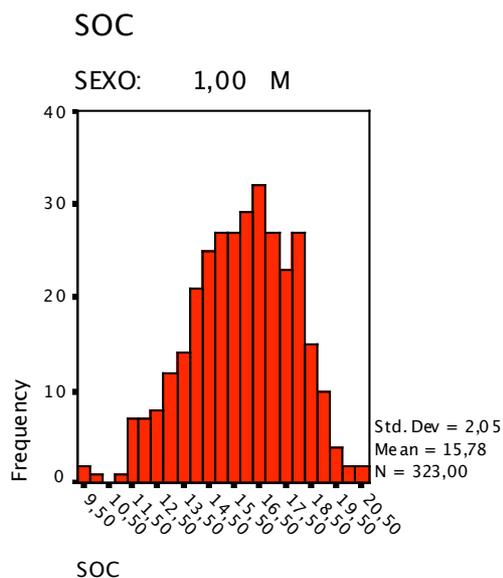


Figura 13. Distribuição das Respostas da Escala Total para Homens

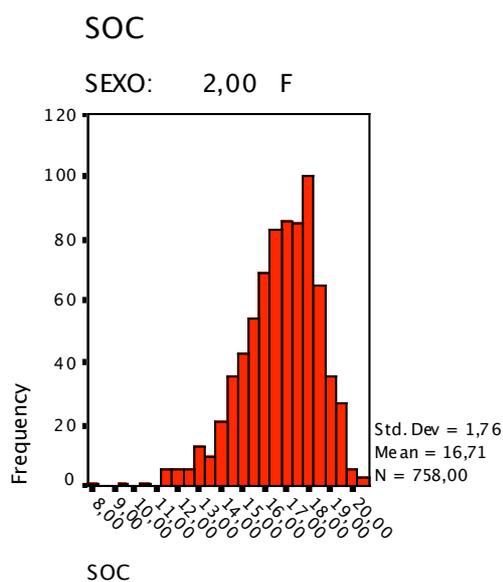


Figura 14. Distribuição das Respostas da Escala Total para Mulheres

Tabelas normativas preliminares foram elaboradas levando-se em conta a forte interação do sexo dos respondentes e os níveis esperados nas subescalas da EFS. Vale ressaltar que claramente faz-se necessária a ampliação da amostra com o objetivo de apro-

ximar o número de homens e mulheres na amostra geral. Também é importante notar-se a concentração de participantes em quatro estados brasileiros. Outro ponto a ser observado é que a amostra de estudantes secundaristas foi completamente coletada no estado da Bahia, não sendo, em absoluto, representativa da população de estudantes desse nível em todo Brasil. As tabelas 14 e 15 permitem a conversão das médias dos escores obtidos nas subdimensões da Escala Fatorial de Socialização para pontos percentílicos.

Tabela 14. Tabela de Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por Homens

		S1	S2	S3	SOC
N	Válidos	323	323	323	323
	Inválidos	0	0	0	0
Percentis	5	4,13	3,83	3,00	12,16
	10	4,51	4,17	3,53	13,05
	15	4,81	4,39	3,86	13,63
	20	5,00	4,61	4,00	14,07
	25	5,18	4,78	4,21	14,41
	30	5,36	5,00	4,36	14,71
	35	5,44	5,09	4,43	15,10
	40	5,48	5,17	4,57	15,29
	45	5,55	5,30	4,71	15,54
	50	5,64	5,48	4,86	15,86
	55	5,76	5,57	5,00	16,21
	60	5,89	5,67	5,10	16,46
	65	6,00	5,74	5,21	16,67
	70	6,06	5,83	5,36	16,99
	75	6,18	6,00	5,57	17,41
	80	6,30	6,13	5,79	17,71
	85	6,42	6,30	5,96	17,95
90	6,55	6,48	6,14	18,28	
95	6,67	6,69	6,27	19,01	

Tabela 15. Tabela de Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por Mulheres

		S1	S2	S3	SOC
N	Válidos	758	758	758	758
	Inválidos	0	0	0	0
Percentis	5	4,70	4,43	3,21	13,46
	10	5,09	4,83	3,64	14,48
	15	5,27	5,17	4,00	14,93
	20	5,39	5,38	4,21	15,40
	25	5,52	5,48	4,36	15,69
	30	5,61	5,61	4,50	15,99
	35	5,73	5,70	4,64	16,23
	40	5,82	5,83	4,71	16,45
	45	5,93	5,91	4,86	16,69
	50	6,00	6,00	5,00	16,91
	55	6,09	6,09	5,07	17,13
	60	6,18	6,17	5,21	17,34
	65	6,25	6,26	5,36	17,57
	70	6,33	6,30	5,45	17,81
	75	6,36	6,43	5,57	18,00
	80	6,43	6,48	5,73	18,18
	85	6,55	6,57	5,93	18,40
	90	6,64	6,70	6,14	18,69
	95	6,79	6,83	6,43	19,25

As análises realizadas no presente estudo indicam que a escala construída apresenta boas características psicométricas, com sub-dimensões freqüentemente listadas na literatura internacional (Widiger & Trull, 1992), que apresentam uma alta consistência interna e associam-se entre si de acordo com os resultados já verificados nas pesquisas na área. É necessário fazer uma ressalva, contudo, no sentido de lembrar que os dados foram colhidos a partir de uma amostra de conveniência, que não é capaz de representar adequadamente a população brasileira. O estudo realizado deve ser ampliado para amostras em todas as regiões do país e em diversas classes sociais e culturais para produzir tabelas nacionais de normatização.

Seria também importante realizar a aplicação simultânea das escalas para a avaliação de Extroversão (Nunes, 2005), Socialização (Nunes, 2005) e Neuroticismo (Hutz &

Nunes, 2001; Nunes, 2000) em contextos clínicos e organizacionais para verificar a sua utilidade nesses contextos.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DA ESCALAS FATORIAL DE EXTROVERSÃO

Definição e descrição da amostra

Para uma adequada verificação das qualidades psicométricas da EFE, foi necessário definir uma amostra que contemplasse algumas variáveis cuja influência sobre as escalas deveria ser investigada. Assim, de uma forma ideal, a amostra deveria ter uma distribuição dos participantes em função do sexo, idade, região do país, nível de escolarização, estado civil, atividade profissional, etc.

No entanto, é importante esclarecer que, em função de dificuldades financeiras, logísticas, de distribuição de material, de treinamento de pessoal, etc., a obtenção de uma amostra de uma forma ideal foi absolutamente impossibilitada. Assim, a amostra coletada ficou restrita ao alcance de pesquisadores que se propuseram a ajudar no processo de validação (ver lista de colaboradores no anexo J). Com isso, foram verificadas acentuadas diferenças na distribuição dos participantes nos subgrupos anteriormente pensados.

No final do processo, a amostra coletada para a avaliação das qualidades psicométricas da EFE foi composta por 1.084 participantes de ambos os sexos, sendo que 37,3% eram homens e 62,7% mulheres (Tabela 16)⁷. O maior grupo da amostra foi composto por estudantes do curso de psicologia (34,8%), sendo seguido por estudantes secundaristas (17,9%). A tabela 18 apresenta a distribuição dos participantes em função do seu curso. Uma grande parcela do grupo avaliado indicou ser solteira (89,5%) e com idade variando de 14 a 55 anos (média de 22,14 e desvio padrão de 6,42 anos. Ver figura 15). No

⁷ Todos os percentuais referidos nessa seção foram calculados sobre os casos válidos da amostra. Para um detalhamento maior sobre as características da amostra, verificar as tabelas correspondentes a cada variável.

entanto, é importante indicar a grande ocorrência de valores não informados nas variáveis contextuais. Isso ocorreu principalmente com as variáveis *curso* (24,9%) e *ocupação* (33,9%).

A coleta de dados no estado da Bahia foi realizado pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Avaliação e Mensuração da Faculdade Ruy Barbosa. Esse grupo é composto, além do seu coordenador, por estudantes de graduação em psicologia que foram treinados em metodologia de pesquisa, aspectos teóricos dos CGF e nos métodos de coleta de dados utilizados para a realização deste projeto⁸. A coleta de dados nos demais estados foi conduzida por professores e pesquisadores na área de avaliação que se propuseram a colaborar com essa fase do projeto. A relação dos aplicadores com o curso de psicologia explica o acentuado número de participantes desse curso.

O número mínimo de participantes deste estudo foi calculado com o objetivo de gerar soluções fatoriais estáveis. Para tanto, foi utilizado o critério usualmente referido como “razão itens/sujeito”. De acordo com este critério, para que se possa realizar uma Análise Fatorial confiável, é importante que a amostra seja de *pelo menos* cinco vezes o número de itens da escala a ser avaliada. Uma vez que a Escala Fatorial de Extroversão, na sua primeira versão, era composta por 110 itens, o número mínimo de participantes devia ser de 550 estudantes. Apesar dessa indicação, por não se conhecer o exato efeito das variáveis contextuais já citadas (sexo, idade, região, etc.), foi feita a opção de aumentar-se esse número mínimo de participantes. Com isso, se de fato fosse verificado um efeito significativo de uma ou mais dessas variáveis, isso exigiria análises fatoriais independentes para cada grupo para que fosse investigado se as dimensões internas da escala

⁸ A listagem de todos os alunos que participaram até o momento do LAM encontra-se no anexo I.

são consistentes.

Foi solicitado aos participantes deste estudo consentimento informado, obedecendo as regras de conduta ética na pesquisa com seres humanos (Anexo D). Aos estudantes que desejaram, foi oferecida uma devolução da avaliação realizada a partir de seus questionários. Para tanto, foi pedido que preenchessem um campo específico, onde registraram seu número de matrícula ou CPF, possibilitando assim a posterior identificação do questionário correspondente. Todas as medidas necessárias para assegurar o sigilo e a confidencialidade dos dados foram tomadas.

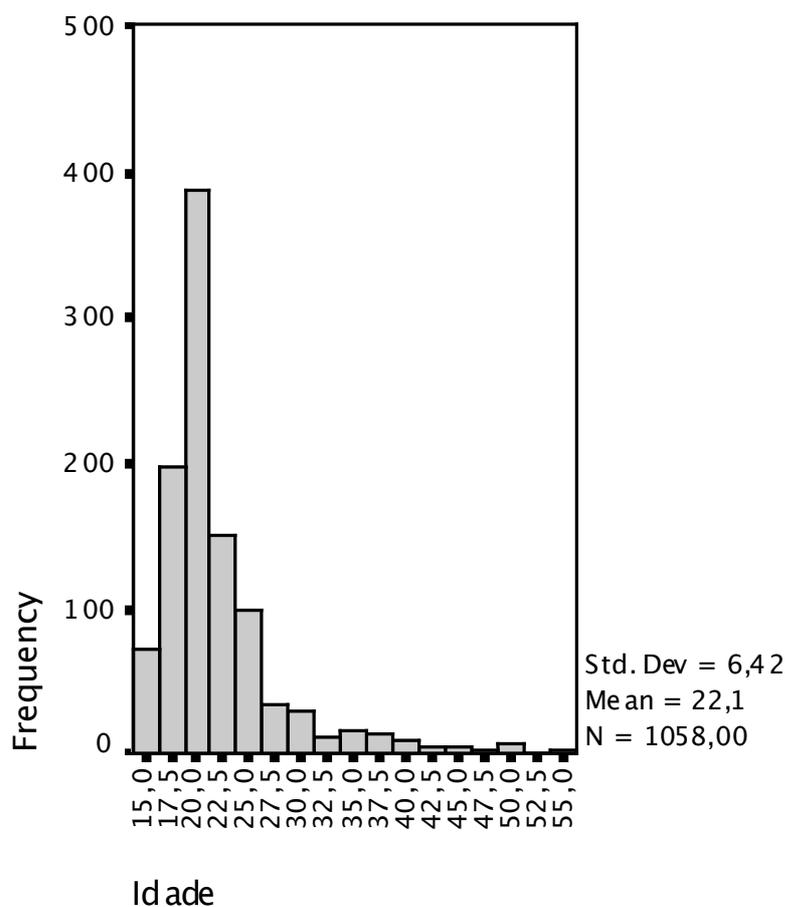


Figura 15. Distribuição da Idade da Amostra da EFE

Tabela 16. Distribuição da Amostra por Sexo

	Categoria	Freq.	%	% válido	% acumulado
Válidos	M	399	36,8	37,3	37,3
	F	670	61,8	62,7	100,0
	Total	1069	98,6	100,0	
Não informado		15	1,4		
Total		1100	100,0		

Tabela 17. Distribuição da Amostra por Estado

	Categoria	Freq.	%	% válido	% acumulado
Válidos	BA	392	36,2	37,9	37,9
	RS	358	33,0	34,7	72,6
	MG	96	8,9	9,3	81,9
	SC	71	6,5	6,9	88,8
	SP	116	10,7	11,2	100,0
	Total	1033	95,3	100,0	
Não informado	System	51	4,7		
Total		1084	100,0		

Tabela 18. Distribuição dos Participantes em Função do Curso

	Categoria	Freq.	%	% válido	% acumulado
Válidos	Psicologia	283	26,1	34,8	34,8
	Administração	45	4,2	5,5	40,3
	Direito	49	4,5	6,0	46,3
	Ciências da computação	1	,1	,1	46,4
	Pedagogia	1	,1	,1	46,6
	Segundo grau	146	13,5	17,9	64,5
	Odontologia	55	5,1	6,8	71,3
	Enfermagem	24	2,2	2,9	74,2
	Farmácia	17	1,6	2,1	76,3
	Fisioterapia	15	1,4	1,8	78,1
	Educação física	1	,1	,1	78,3
	Arquitetura	1	,1	,1	78,4
	Economia	21	1,9	2,6	81,0
	Nutrição	13	1,2	1,6	82,6
	Biblioteconomia	1	,1	,1	82,7
	Engenharia	125	11,5	15,4	98,0
	Biologia	15	1,4	1,8	99,9
	Ciências sociais	1	,1	,1	100,0
	Total	814	75,1	100,0	
	Não informado	System	270	24,9	
Total		1084	100,0		

Tabela 19. Distribuição da Amostra por Estado Civil

	Categoria	Freq.	%	% válido	% acumulado
Válidos	Solteiro	901	83,1	89,5	89,5
	Casado / união livre	93	8,6	9,2	98,7
	Separado	12	1,1	1,2	99,9
	Viúvo	1	,1	,1	100,0
	Total	1007	92,9	100,0	
Não informado		77	7,1		
Total		1084	100,0		

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Em um primeiro momento, foi necessário o treinamento dos aplicadores para garantir que o processo de coleta de dados seguisse rigorosamente os mesmos procedimentos. O treinamento realizado com os estudantes do Laboratório de Avaliação e Medidas (LAM) consistiu, inicialmente, em uma simulação de aplicação a qual estes foram os respondentes. A seguir, foi repassado aos estudantes os passos para tal aplicação (Anexo IV), indicando as possíveis dificuldades encontradas em cada momento. Por fim, foi solicitado aos estudantes que conduzissem um processo simulado de aplicação.

Outra estratégia adotada para garantir que a condução da coleta de dados seguisse os passos pré-estipulados foi exigir que os estudantes sem experiência em coleta de dados acompanhassem pessoas experientes nesse processo e só então conduzissem o processo. As aplicações foram realizadas por duas pessoas, sendo uma responsável pela coordenação do processo e outra pelo apoio (ajuda na distribuição dos materiais, informação extra aos respondentes, etc.).

A coleta de dados foi coletiva, sendo usualmente realizada nas salas de aula das instituições de ensino procuradas (escolas de ensino médio públicas e privadas; universi-

dades públicas e privadas, cursos preparatórios para concursos, etc.). Os estudantes foram avaliados com a devida autorização dos coordenadores de cursos e professores, além de assinarem o termo de consentimento informado.

Nas instituições de ensino superior, preferencialmente foram escolhidas turmas de disciplinas que reuniam estudantes de vários cursos com o objetivo de se obter uma amostra diversificada quanto aos cursos avaliados. Os estudantes, após serem informados dos objetivos do estudo, que a sua participação era voluntária e da garantia de sigilo das respostas, receberam o caderno com os itens, a folha de respostas e instruções de preenchimento.

As instruções fornecidas seguiram um roteiro pré-estabelecido (ver anexo IV) e foram lidas e detalhadas pelos aplicadores. Foi solicitado aos participantes que lessem os itens com atenção e que respondessem individualmente às questões. Também foi informado que não havia respostas certas ou erradas e que realmente era importante que os participantes dessem sua opinião sincera às situações, sentimentos e atitudes descritas nos itens. Àquelas turmas que apresentaram dificuldades para a compreensão dos itens, foi dada a orientação para que os deixassem em branco. O objetivo dessa estratégia foi verificar, pela verificação da ocorrência de valores não informados quais apresentavam-se menos compreensíveis para os diferentes grupos avaliados.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Limpeza da base de dados

Este procedimento teve o objetivo identificar inconsistências na base de dados utilizada para a análise e foi realizado em várias etapas. Em um primeiro momento, foram verificados os valores mínimos e máximos em cada item da EFE. Com esse procedimento, foi possível verificar-se erros de digitação mais grosseiros, como a troca do valor “5” por “8”, o toque duplo nas teclas numéricas, etc. Após a localização dessas ocorrências, as respostas corretas foram verificadas nos questionários originais e redigitados.

Outra etapa no processo de limpeza da base de dados envolveu a identificação da escala para aqueles protocolos em que o campo apropriado não foi preenchido. Essa foi uma situação de baixa ocorrência na base de dados geral (3% dos casos), mas foi considerado importante a inclusão desses casos quando havia a possibilidade de identificação. A estratégia utilizada para a realização deste processo foi descrito neste documento, na descrição da *limpeza dos dados* da Escala Fatorial de Socialização. Este procedimento foi realizado simultaneamente para ambas as escalas e, por esse motivo, já está completamente descrito no texto acima referido.

Análise dos valores não informados

A idéia principal deste procedimento foi verificar se haviam itens com problemas de construção relacionados com linguagem de difícil compreensão ou ambigüidade. Como já foi relatado anteriormente, no momento da aplicação, foi dada a instrução aos respondentes para que deixassem em branco aqueles itens que tivessem dúvidas. Assim,

havendo a ocorrência muito alta de valores não informados, seria possível inferir-se sobre a sua inapropriada construção.

Essa estratégia, em princípio, não é capaz de gerar informações que levem a decisões sobre a exclusão de itens, mas, quando utilizada em conjunto com resultados de análises fatoriais podem ser importantes para a decisão de quais itens devem ser retidos na escala final. A verificação das ocorrências de respostas não informadas na base de dados da EFE indicaram que a maioria dos itens apresentou uma frequência pequena desses casos. A tabela 20 relaciona os itens que tiveram um número de respostas não informados igual ou superior a 20. Os percentuais indicados na terceira coluna da tabela foram calculados sobre o número total de protocolos respondidos, ou seja, 1.084. No caso da EFE, o único item que apresentou uma ocorrência relativamente alta de respostas não preenchidas foi o item 61, *gosto muito de ter relações sexuais incomuns*. Vale notar que, comparativamente, a Escala Fatorial de Socialização apresentou um número mais elevado de itens com uma ocorrência de 20 ou mais respostas não preenchidas.

Tabela 20. Listagem dos Itens com Maior Ocorrência de Respostas Não Informadas

Item	Freq.	%
61	34	3,2

Análise fatorial e a verificação da dimensionalidade da Escala Fatorial de Extroversão

A primeira etapa da verificação das dimensões internas da EFE foi confeccionar um gráfico referido na literatura como *scree plot*, no qual os *eigenvalues* dos fatores são colocados no eixo Y de um gráfico cujo eixo X é o número dos fatores. A utilização desse gráfico para orientar os pesquisadores sobre o número de fatores a serem extraídos em

um conjunto de dados foi proposto por Cattell (1966). De acordo com o autor, o último fator a ser extraído pode ser visualizado em um gráfico *scree plot* como sendo aquele localizado no ponto de inflexão da curva desenhada. A figura 16 foi elaborada a partir do procedimento sugerido.

Pode-se perceber na figura 16 que há uma descontinuidade na curva no momento em que é representado o quinto fator. Isto significa que este é o ponto em que há uma mudança mais significativa na direção da curva que representa os pontos do gráfico (quando a curva deixa de ser vertical para ser horizontal). Esta seria uma representação visual do ponto de inflexão da curva – justamente aquele de deveria ser identificado pela regra de Cattell (1966). Para a verificação da dimensionalidade da EFE, foram extraídas soluções fatoriais com 3, 4, 5 e 6 fatores. Como a maior parte dos itens criados supostamente representava o mesmo construto (o Fator Extroversão), considerou-se mais adequada a adoção da rotação *Direct Oblimin*, específica para a extração de fatores correlacionados.

Como regra para inclusão dos itens nos fatores, foi determinado que teriam que apresentar no mínimo 0,35 de carga fatorial. Usualmente a linha de corte utilizada é de 0,30 mas, como o objetivo era criar uma escala reduzida e composta somente por itens mais relacionados aos construtos avaliados, essa opção pareceu ser justificada. Não houve a ocorrência de itens com cargas fatoriais acima da linha de corte em mais de um fator.

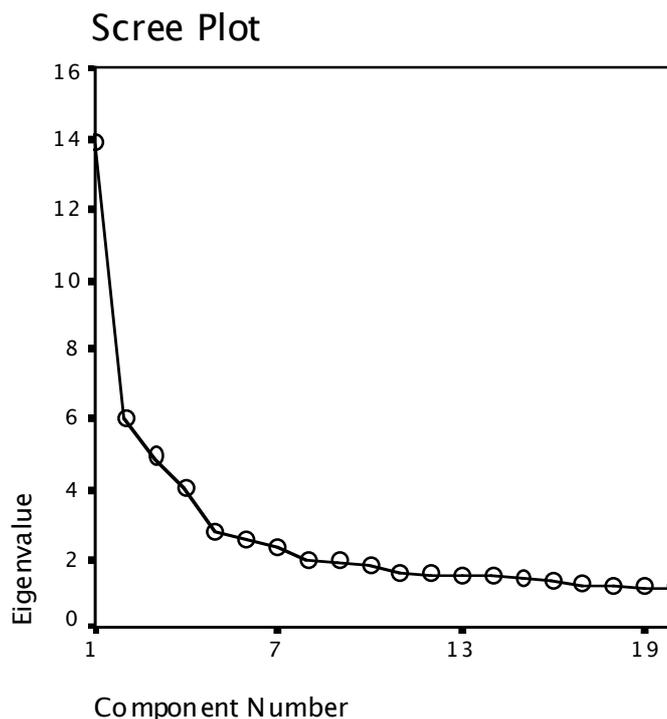


Figura 16. *Scree plot* da EFE

Todas as soluções fatoriais foram verificadas levando-se em conta a pertinência dos fatores encontrados (em termos de conteúdo) e características psicométricas das dimensões identificadas. De uma forma geral, as soluções de três e quatro fatores mostraram-se insatisfatórias por apresentarem, principalmente nos itens com menor carga fatorial, uma incompatibilidade de sentido destes com o conteúdo geral dos demais itens. As soluções com seis ou mais fatores resultaram em fatores que diferenciavam-se por pequenas sutilezas, indicando que as soluções produzidas estavam excessivamente fragmentadas.

O melhor resultado foi conseguido quando foram extraídos cinco fatores, que indicaram componentes denominados Comunicação, Atividade, Assertividade, Interação Social e um quinto fator onde foram agrupados itens relacionados com Abertura que, de

Este fator descreve pessoas que buscam ativamente situações que permitam interações sociais como festas, atividades em grupo, etc. Pessoas com altos escores nessa escala tendem a ser gregárias e esforçam-se para manter contato com as pessoas conhecidas. O'Connor e Dyce (2002) e Widiger et al (2002) descreveram que pessoas com Transtorno da Personalidade Histriônica apresentam esses comportamentos muito frequentemente enquanto que pessoas com Transtorno da Personalidade Anti-social tendem a identificar-se especificamente com os itens de busca por divertimento. Pessoas com Transtorno da Personalidade Esquizotípica, Esquizóide e de Evitação tendem a apresentar um nível muito baixo de aderência a esses itens.

Tabela 25. Correlação entre as subescalas da EFE

Componentes	E1	E2	E3	E4
E1	1.00			
E2	0.10	1.00		
E3	0.09	0.01	1.00	
E4	0.23	0.13	0.11	1.00

O próximo passo para a análise das qualidades psicométricas da Escala Fatorial de Extroversão foi a verificação da consistência interna das suas subescalas. A tabela 26 apresenta o Alpha de Cronbach das subescalas E1, E2, E3 e E4 bem como da EFE completa. É possível observar-se que a consistência interna das subescalas, apesar de serem bem abreviadas em relação ao seu número de itens, apresenta valores considerados adequados na literatura psicométrica (Pasquali, 1999; Pasquali, 2001).

Tabela 26. Consistência Interna das Subescalas da EFE

Fator	No. Itens	Alpha de Cronbach	No. Participantes
E1	19	0,90	1.032
E2	14	0,78	1.037
E3	10	0,78	1.066
E4	14	0,83	1.041
EFE	57	0,91	958

Com a verificação de que a Escala Fatorial de Extroversão e suas subescalas apresentam características psicométricas adequadas para a avaliação de seus construtos, foi necessário verificar quais variáveis apresentam influência sobre as mesmas. As pesquisas com a validação da Escala Fatorial de Neuroticismo (Hutz & Nunes, 2001; Nunes, 2000) indicaram que o sexo do respondente apresentou uma forte influência sobre os resultados observados tanto na escala geral quanto nos seus subfatores, o que justificou a elaboração de tabelas específicas para homens e mulheres. As variáveis *Estado*, *Estado Civil*, *Escolaridade* e *Idade* não apresentaram uma influência estatisticamente significativa com a escala. Assim, para verificar-se a influência do sexo e Estado do respondente, foi realizada uma análise GLM para medidas repetidas. Para tanto, um fator geral de Extroversão foi gerado pela definição de quatro níveis (E1, E2, E3 e E4) e os fatores entre os sujeitos foram as variáveis sexo e Estado. Essa análise indicou que a variável sexo do respondente gerou perfis diferenciados para Extroversão enquanto que a variável Estado não apresentou diferença significativa para o resultado de Extroversão. As duas variáveis quando combinadas, não geram diferenças estatisticamente significativas sobre Extroversão. A diferença encontrada entre sexos é muito pequena e a significância estatística decorre do tamanho da amostra não tendo implicações clínicas. Isso fica claro ao se observar o ta-

manho do efeito para a escala geral ($d=0,11$) e a Tabela 27, onde são apresentadas as médias e medianas por sexo para cada fator.

Tabela 27. Médias e medianas das subescalas e escala geral da EFE por sexo

	Homens (n=399)					Mulheres (n=699)				
	E1	E2	E3	E4	EFE	E1	E2	E3	E4	EFE
Média	4,4	3,8	5,1	5,0	18,2	4,4	3,5	4,9	5,1	17,9
Mediana	4,4	3,8	5,1	5,1	18,3	4,4	3,5	4,9	5,2	18,1
Desvio Padrão	1,11	0,94	0,92	0,92	2,70	1,14	0,92	0,98	0,95	2,77

E1= Comunicação

E2= Altivez

E3= Assertividade

E4= Interações Sociais

A correlação entre a variável *idade* do respondente e os escores observados nas escalas da EFE foram calculados (Tabela 28). Apesar de serem significativas as correlações entre a *Idade* e E1 e E4, o valor dessas associações é muito baixo e não parece justificar a elaboração de tabelas normativas para diferentes faixas etárias.

Tabela 28. Correlação Entre a Idade e as Escalas da EFE (n=1057)

	E1	E2	E3	E4	TOTAL
IDADE	,106**	-,031	,047	-,109**	,013

** Correlação significativa para $p < 0,01$.

Verificadas essas questões, foram confeccionados gráficos com a distribuição das respostas de ambos os sexos (figuras 17 a 26).

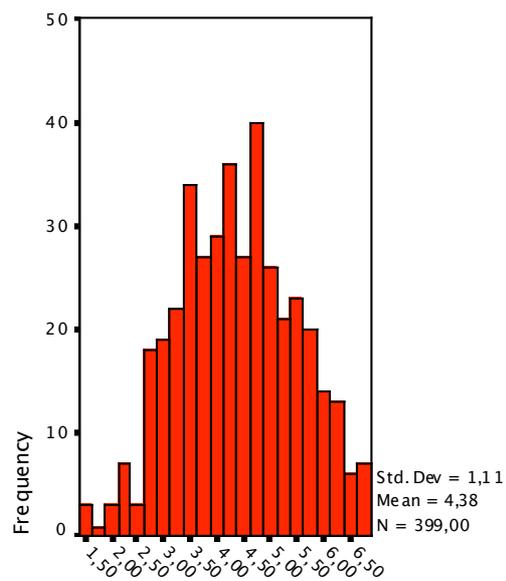


Figura 17. Distribuição das Respostas da Escala E1 para Homens

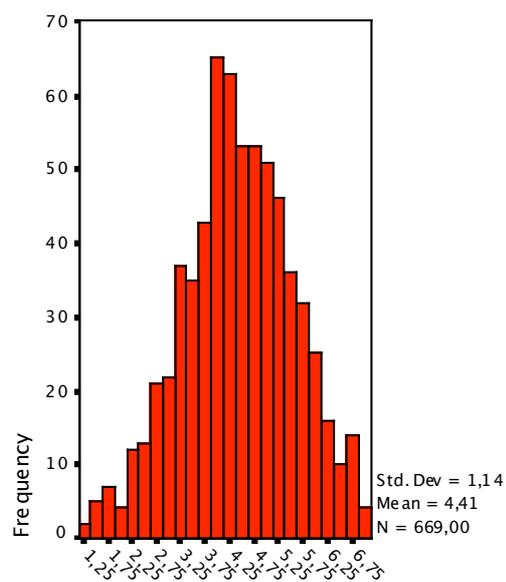


Figura 18. Distribuição das Respostas da Escala E1 para Mulheres

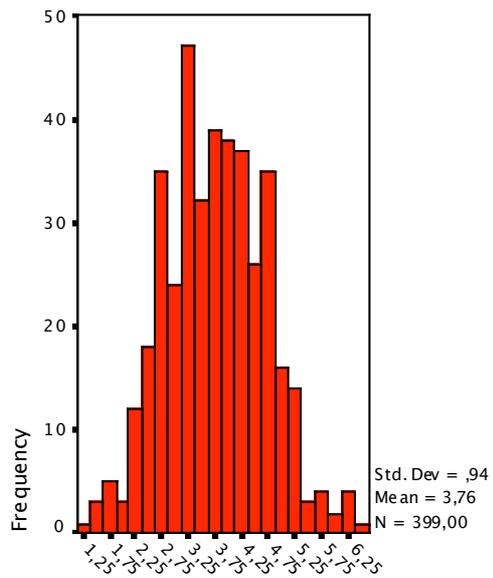


Figura 19. Distribuição das Respostas da Escala E2 para Homens

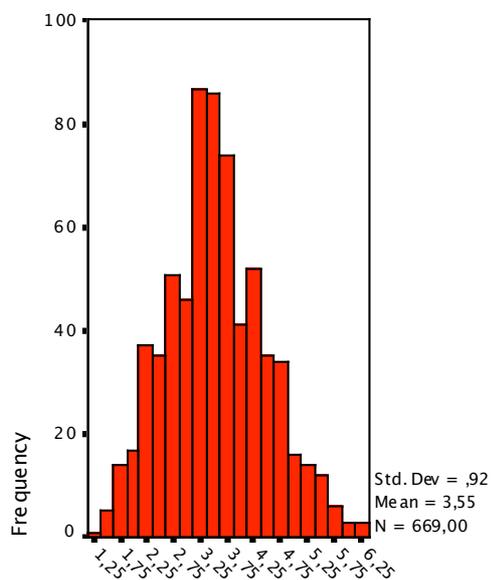


Figura 20. Distribuição das Respostas da Escala E2 para Mulheres

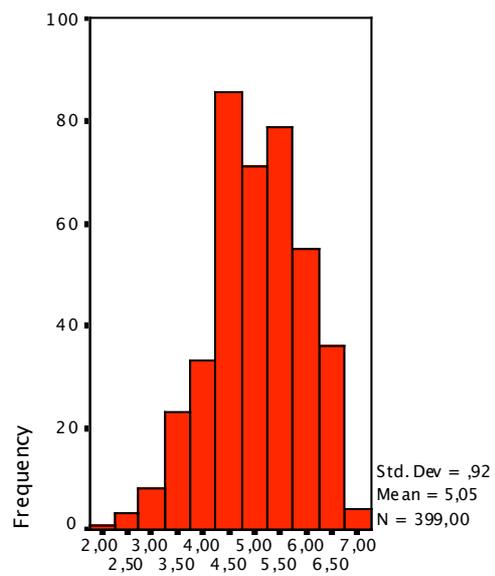


Figura 21. Distribuição das Respostas da Escala E3 para Homens

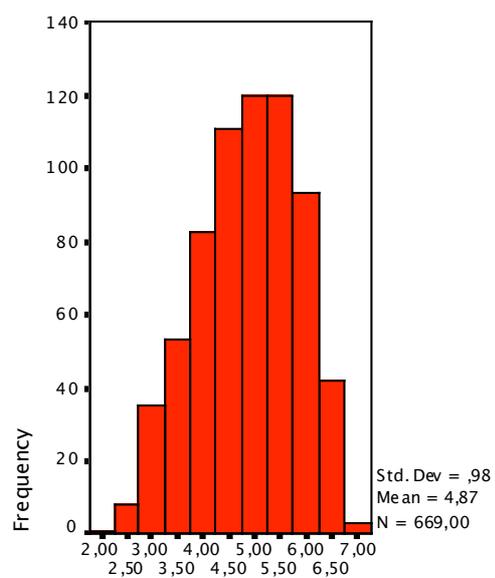


Figura 22. Distribuição das Respostas da Escala E3 para Mulheres

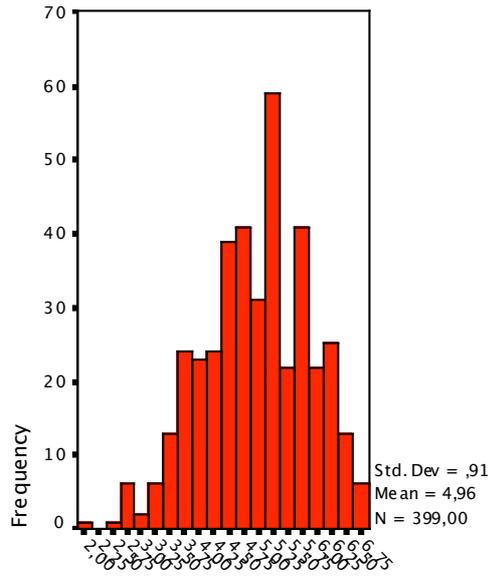


Figura 23. Distribuição das Respostas da Escala E4 para Homens

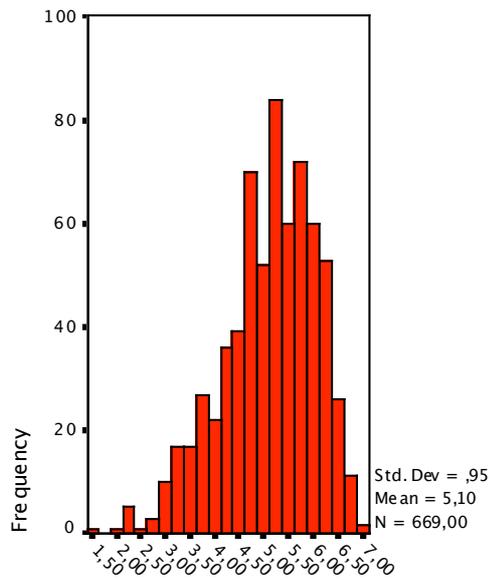


Figura 24. Distribuição das Respostas da Escala E4 para Mulheres

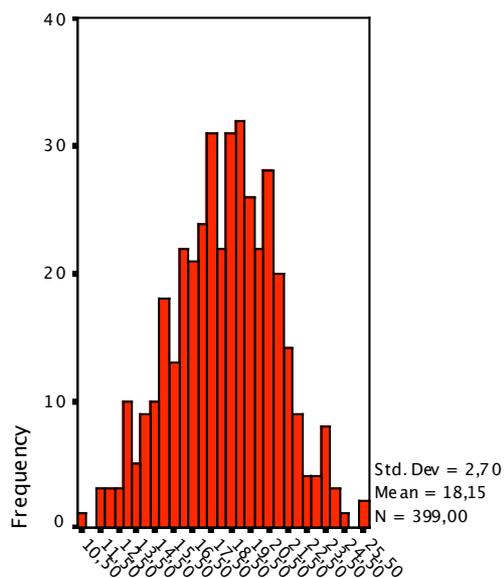


Figura 25. Distribuição das Respostas da Escala Total para Homens

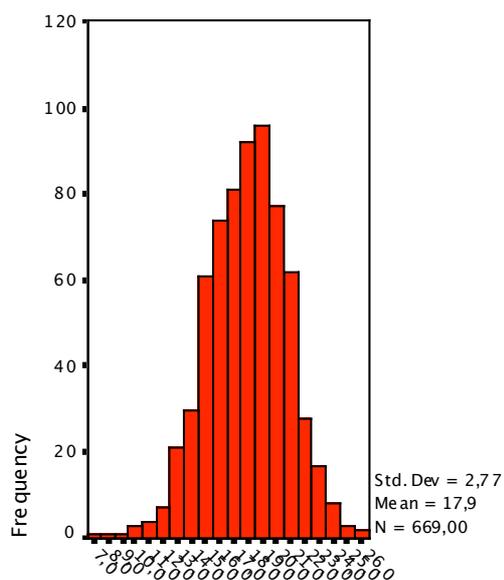


Figura 26. Distribuição das Respostas da Escala Total para Mulheres

Tabelas normativas preliminares foram elaboradas levando-se em conta a forte interação do sexo dos respondentes e os níveis esperados nas subescalas da EFE (com exceção de E1). Vale ressaltar que claramente faz-se necessária a ampliação da amostra com

o objetivo de aproximar o número de homens e mulheres na amostra geral. Também é importante notar-se a concentração de participantes em cinco estados brasileiros. Outro ponto a ser observado é que a amostra de estudantes secundaristas foi completamente coletada no estado da Bahia, não sendo, em absoluto, representativa da população de estudantes desse nível em todo Brasil. As tabelas 29 e 30 permitem a conversão das médias dos escores obtidos nas subdimensões da Escala Fatorial de Extroversão para pontos percentílicos. Para simplificar a disposição das tabelas, mesmo sabendo-se que para a escala E1 não há diferenças nos escores de homens e mulheres, seus pontos percentílicos são apresentados nas tabelas abaixo.

Tabela 29. Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por Homens

		E1	E2	E3	E4	TOTAL
N	Válidos	399	399	399	399	399
	Não informados	0	0	0	0	0
Percentis	5	2,63	2,36	3,40	3,43	13,23
	10	2,95	2,57	3,80	3,71	14,55
	15	3,21	2,79	4,20	4,00	15,17
	20	3,42	2,93	4,30	4,14	15,93
	25	3,53	3,07	4,40	4,36	16,37
	30	3,74	3,21	4,60	4,50	16,84
	35	3,89	3,36	4,70	4,64	17,17
	40	4,05	3,43	4,80	4,79	17,62
	45	4,26	3,57	4,90	4,86	17,89
	50	4,37	3,79	5,10	5,07	18,26
	55	4,53	3,93	5,20	5,14	18,67
	60	4,68	4,00	5,30	5,29	18,89
	65	4,84	4,14	5,50	5,36	19,30
	70	4,95	4,29	5,60	5,50	19,69
	75	5,21	4,43	5,70	5,64	20,03
	80	5,42	4,57	5,90	5,79	20,42
	85	5,63	4,71	6,10	5,93	20,92
	90	5,89	4,93	6,30	6,14	21,41
	95	6,26	5,29	6,50	6,36	22,48

Tabela 30. Pontos Percentílicos para a Amostra Composta por Mulheres EFE

		E1	E2	E3	E4	TOTAL
N	Válidos	669	669	669	669	669
	Não informados	1	1	1	1	1
Percentis	5	2,47	2,04	3,10	3,29	13,34
	10	2,89	2,36	3,40	3,79	14,49
	15	3,24	2,57	3,80	4,07	15,07
	20	3,47	2,79	4,00	4,36	15,55
	25	3,63	2,93	4,20	4,54	16,02
	30	3,84	3,07	4,40	4,71	16,48
	35	4,00	3,18	4,50	4,86	16,86
	40	4,16	3,36	4,60	5,00	17,31
	45	4,26	3,43	4,80	5,11	17,73
	50	4,42	3,50	4,90	5,21	18,08
	55	4,53	3,57	5,10	5,36	18,42
	60	4,68	3,71	5,20	5,43	18,74
	65	4,87	3,79	5,40	5,57	19,04
	70	5,05	4,00	5,50	5,71	19,41
	75	5,21	4,14	5,60	5,86	19,77
	80	5,42	4,29	5,80	5,93	20,18
	85	5,63	4,50	5,90	6,07	20,77
	90	5,89	4,79	6,10	6,21	21,36
	95	6,32	5,21	6,35	6,43	22,42

Limites e associações entre Extroversão, Socialização e Neuroticismo

Após a verificação das propriedades psicométricas das escalas EFS e EFE, foi realizada a aplicação simultânea dessas escalas e a EFN em um grupo formado por estudantes universitários do curso de psicologia (n=40), clientes de uma clínica para tratamento da adicção (n=22), policiais militares (n=15) e mulheres atendidas em uma maternidade (n=10). Todos os grupos avaliados tinham seu funcionamento na cidade de Salvador, BA, e essa amostra foi escolhida para a realização de estudos preliminares de validade de critério (Estudo 2). Com exceção do grupo de estudantes universitários, que responderam às três escalas, as demais pessoas responderam somente a dois instrumentos. Esses grupos estão descritos mais detalhadamente no Estudo 2.

Uma tabela contendo a correlação de todas as subescalas da EFS, EFE e EFN foi confeccionada (Tabela 31) para verificar se as relações referidas na literatura internacional entre esses componentes da personalidade também seriam observadas nessa amostra (Lucas, Diener, Grob, Suh, & Shao, 2000; D. Watson & Clark, 1997). Uma questão que tem sido considerada central nas definições dos Cinco Grandes Fatores relaciona-se com os limites conceituais entre os aspectos compreendidos como Socialização e Extroversão. (Lucas, Diener, Grob, Suh, & Shao, 2000), indicam que apesar de quase um século de estudo sobre Extroversão, os psicólogos estão ainda em dúvida sobre as características que a definem. Questionam-se os autores: “Extroversão representa uma tendência ser sociável, ou é uma tendência para vivenciar emoções positivas? É o extrovertido um indivíduo fundamentalmente dominante e auto-confiante, ou ele ou ela é uma pessoa afável?” (p. 454).

Apesar das diferenças nas definições dos autores que trabalham com o conceito de Extroversão, no mínimo seis facetas têm sido citadas de uma forma recorrente como pertencentes a esse construto (D. Watson & Clark, 1997), cujos conteúdos referem-se a:

1. Aventura (sentimentos de busca de excitação e desejo de mudança);
2. Afiliação (sentimentos de gregriedade e proximidade às pessoas);
3. Afetividade positiva (sentimentos de alegria e entusiasmo);
4. Energia (sentimentos de vivacidade e energia);
5. Ascendência (sentimento de dominância ou exibicionismo) e
6. Ambição (valorização do sucesso e persistência).

Depue e Collins (1999) apresentam um modelo mais sucinto de Extroversão, argüindo que existem três características centrais de extroversão: “afiliação (gostar e valorizar contatos sociais íntimos, ser dócil e afável), atividade (ser socialmente dominante, gostar de assumir papéis de liderança, ser assertivo, exibicionista e ter um senso de capacidade na busca de objetivos)” (p. 491), bem como impulsividade, a qual atualmente eles têm argumentado que deve ser deixado fora do domínio de Extroversão.

Um ponto que tem gerado discussões entre os autores é a interpretação da Sociabilidade. Depue e Collins (1999) definem sociabilidade como afiliação, refletindo o quanto as pessoas gostam e valorizam relacionamentos interpessoais próximos e o quanto são afáveis e afetivas. Lucas e cols. (2000) discordam dessa definição, indicando a necessidade de diferenciação entre gostar de situações sociais e gostar de relações interpessoais íntimas. Esses autores referem o primeiro aspecto como sociabilidade e o segundo como afiliação, indicando a necessidade da avaliação específica desses componentes. Argumentam que é necessário diferenciar se certos indivíduos gostam de certas situações simplesmente por que elas envolvem a interação com outras pessoas ou se vêem essas situações

como oportunidades de estreitar seu laços com essas pessoas (relacionado com S1). Para diferenciar esses aspectos, Lucas e cols. (2000) elaboraram uma escala para avaliar Interação Social, indicando as preferências das pessoas por atividades sociais de tal forma que se diferenciam das medidas tradicionais de Extroversão. O foco desta escala é avaliar se as pessoas sentem prazer com as situações principalmente na medida que elas provém oportunidades para a interação social. A escala E4 da EFE foi construída para avaliar principalmente os aspectos referidos por esses autores como Interação Social. É possível verificar na tabela 31 que, de fato, existe uma baixa correlação positiva significativa entre E4 e S1 ($r=0,32$; $p<0,05$), o que indica que pessoas que procuram situações que proporcionem um contato social mais intenso também tendem a apresentar uma capacidade de empatia bem como preocupam-se com os outros e tentam ajudá-los quando necessário.

Outro ponto que tem sido discutido acerca dos subdomínios de Extroversão é sobre a faceta denominada por Lucas e cols. (2000) de *ascendência*. Esse componente é comparável com a escala de Ascendência de Watson e Clark (1997), e com a faceta de Assertividade de Depue e Collins (1999) que a definem como “dominância social e o gosto por papéis de liderança, assertividade, exibicionismo e um senso subjetivo de capacidade para alcançar os objetivos” (p. 492). Na EFE, esses componentes apresentam-se nas escalas de Atividade (E2) e Assertividade (E3).

Essa faceta tem sido avaliada por alguns autores (Costa & McCrae, 1992) como dois componentes distintos, denominados *assertividade* e *modéstia* sendo alocados, respectivamente nos fatores Extroversão e Socialização. Na construção das escalas fatoriais de Extroversão (EFE) e Socialização (EFS), esses fatores foram agrupados no fatores Extroversão, seguindo a lógica apresentada por Lucas e cols. (2000). Os resultados observa-

dos na Tabela 31 indicam que o componente Atividade (E2) apresenta uma correlação moderada, positiva e significativa com o escore geral de Extroversão ($r=0,43$; $p<0,01$) sem apresentar uma correlação significativa com qualquer componente de socialização ou com o seu escore geral, o que vai ao encontro com as propostas de Lucas e cols. (2000) de que esse componente fica melhor alocado dentro do fator Extroversão.

Um outro dado importante observado na tabela 31 é a forte associação entre os componentes de Neuroticismo com aqueles abarcados por Socialização e Extroversão. O subfator de Socialização que apresentou a maior correlação (negativa) com Neuroticismo foi S3, *confiança*, o que indica que pessoas que apresentam níveis mais altos de vulnerabilidade (N1), desajustamento psicossocial (N2), ansiedade (N3) e depressão (N4) tendem a confiar menos nas pessoas. Um outro aspecto interessante nesta tabela foi a alta correlação negativa entre Depressão (N4) e Amabilidade (S1), indicando que pessoas mais deprimidas tendem a se preocupar menos com as demais e se engajam menos ativamente em comportamentos de ajuda às pessoas ($r= -0,62$; $p<0,001$).

O componente de Extroversão que mais se relacionou com Neuroticismo foi E1, *nível de comunicação*, que apresentou uma correlação negativa e significativa com vulnerabilidade ($r= -0,75$; $p<0,001$) e depressão ($r= -0,58$; $p<0,01$). Também foi encontrada uma alta correlação negativa entre E3, *assertividade* e N4, depressão ($r = -0,52$; $p < 0,05$), indicando que pessoas que apresentam níveis mais elevados de depressão apresentam uma dificuldade maior em tomarem decisões, de resolverem ativamente os problemas que enfrentam e de apresentarem suas opiniões claramente às pessoas. Vale salientar que apesar dessas associações terem um sentido lógico claro, a amostra utilizada para esta aná-

lise é muito reduzida, de tal forma que outras associações podem ser encontradas quando o n for ampliado.

Tabela 31. As Correlações Entre as Subescalas da EFS, EFE e EFN

		S1	S2	S3	SOC	E1	E2	E3	E4	EXTRO	N1	N2	N3	N4
S2	Correlação	,42(**)												
	N	66												
S3	Correlação	,34(**)	,285(*)											
	N	66	66											
SOC	Correlação	,78(**)	,74(**)	,73(**)										
	N	66	66	66										
E1	Correlação	,13	-,19	,33(*)	,12									
	N	44	44	44	44									
E2	Correlação	,13	-,25	,13	,01	,03								
	N	44	44	44	44	60								
E3	Correlação	,24	-,15	,03	,05	,34(**)	,22							
	N	44	44	44	44	60	60							
E4	Correlação	,32(*)	-,23	,11	,09	,50(**)	,18	,52(**)						
	N	44	44	44	44	60	60	60						
EXTRO	Correlação	,29	-,28	,22	,10	,74(**)	,43(**)	,75(**)	,82(**)					
	N	44	44	44	44	60	60	60	60					
N1	Correlação	-,03	-,30	-,42(*)	-,32	-,75(**)	,12	-,34	,02	-,42				
	N	32	32	32	32	19	19	19	19	19				
N2	Correlação	-,50(**)	-,71(**)	-,36(*)	-,64(**)	-,35	,25	-,08	,08	-,08	,48(**)			
	N	32	32	32	32	19	19	19	19	19	44			
N3	Correlação	-,02	-,24	-,62(**)	-,39(*)	-,41	,28	-,05	,05	-,10	,72(**)	,40(**)		
	N	32	32	32	32	19	19	19	19	19	44	44		
N4	Correlação	-,62(**)	-,38(*)	-,58(**)	-,70(**)	-,58(**)	-,18	-,52(*)	-,39	-,64(**)	,47(**)	,60(**)	,57(**)	
	N	32	32	32	32	19	19	19	19	19	44	44	44	
NEUROT	Correlação	-,28	-,44(*)	-,62(**)	-,58(**)	-,67(**)	,17	-,29	-,04	-,37	,87(**)	,67(**)	,89(**)	,76(**)
	N	32	32	32	32	19	19	19	19	19	44	44	44	44

Comentários finais

As análises realizadas no Estudo I indicam que a escala construída apresenta boas qualidades psicométricas, com sub-dimensões frequentemente listadas na literatura internacional (Widiger e cols., 2002; O'Connor & Dice, 2002), que apresentam uma alta consistência interna e associam-se entre si de acordo com os resultados já verificados nas pesquisas na área. É necessário fazer uma ressalva, contudo, no sentido de lembrar que os dados foram colhidos a partir de uma amostra de conveniência, que não é capaz de representar adequadamente a população brasileira. O estudo realizado deve ser ampliado para amostras em todas as regiões do País e em diversas classes sociais e culturais para que se possa gerar tabelas nacionais.

Também é importante frisar que a simples constatação de que um dado instrumento psicológico apresenta boas qualidades psicométricas não é suficiente para se garantir a utilidade do mesmo. Através de análises fatoriais foi evidenciado que o instrumento apresenta sub-dimensões que fazem sentido teórico (validade de construto), mas é necessário ainda investigar se o instrumento é capaz de discriminar grupos com características diferenciadas em relação ao aspecto avaliado (validade de critério). No estudo II, são apresentados os resultados iniciais da validade de critério da EFS e EFE.

ESTUDO 2

ESTUDOS INICIAIS DE VALIDADE DE CRITÉRIO DAS ESCALAS EFE E EFS

Introdução

A avaliação da validade de critério das escalas EFE e EFS é de extrema importância, pois é esse tipo de estudo que permite verificar se os instrumentos criados são capazes de discriminar grupos com diferentes características psicológicas. Uma grande quantidade de pesquisas (Ben-Porath & Waller, 1992; Costa & Widiger, 1993; McCrae, 1991; Sharpe & Desai, 2001; Widiger & Trull, 1992) têm sido realizadas internacionalmente utilizando o NEO-PI-R (Costa & McCrae, 1992), que é um instrumento construído inicialmente para avaliar a “personalidade normal”, para a identificação de possíveis quadros psicopatológicos.

Costa e McCrae têm argumentado veementemente que os Cinco Grandes Fatores podem ser úteis em contextos clínicos. Mais especificamente, McCrae propõe três motivos pelos quais tais medidas podem ser usadas em tais contextos: (1) elas avaliam estilos emocionais, interpessoais e motivacionais que podem ser de interesse aos clínicos; (2) elas oferecem um panorama compreensível do indivíduo que não pode ser obtido com a maioria dos instrumentos clinicamente orientados; (3) elas provêm informações suplementares que podem ser úteis na seleção do tratamento e prognóstico dos casos.

Um dos benefícios óbvios do uso de instrumentos para a avaliação da personalidade normal em quadros psicopatológicos é que eles são frequentemente baseados em modelos dimensionais em oposição dos modelos categóricos, comumente usados para a

avaliação clínica (Sharpe & Desai, 2001; Widiger & Frances, 2002). Neste sentido, as evidências que têm sido levantadas a partir dessas pesquisas indicam que a personalidade humana pode ser compreendida a partir de um grande conjunto de traços que se dispõem em um contínuo. Dentro desse contínuo, níveis intermediários tendem a ser mais adaptativos do que níveis extremos.

Para verificar se as escalas elaboradas são capazes de discriminar grupos clínicos da população geral, inicialmente foi pensado em realizar-se a avaliação de dois grupos de pacientes psiquiátricos: pacientes com diagnóstico de Transtorno de Personalidade Histriônica (HST) e pacientes com Transtorno de Personalidade Anti-social (ATS). Tais transtornos têm sido usualmente listados pela literatura (Widiger, Trull, Clarkin, Sanderson, & Costa, 2002) como sendo identificáveis por altos escores nas escalas de Extroversão e baixos escores de Socialização, respectivamente.

Além disso, foi considerada a aplicação da escala de Neuroticismo (Nunes, 2000; Hutz & Nunes, 2001), em ambas as amostras. Tal coleta de dados justifica-se uma vez que HST e ATS também são associados com as diferentes facetas deste fator.

No momento da definição deste estudo, foi explorada a possibilidade de acesso às instituições de saúde que trabalham com pessoas no perfil psicológico especificado. Foram efetivamente viabilizadas as avaliações em duas instituições distintas: a. Uma clínica para o tratamento de adictos a álcool e outras substâncias; b. O serviço de atendimento psicológico da Polícia Militar, que atende pessoas com queixas gerais e tem um grupo de acompanhamento a alcoolista. Essas instituições localizam-se no estado da Bahia e, por motivos de sigilo, não serão identificados ou descritos em detalhes nesse documento.

A associação entre características da personalidade e adicção a álcool e drogas

O principal ponto a ser discutido neste momento é a associação entre aspectos da personalidade e a adicção a substâncias, principalmente álcool, na medida que os dois grupos acessados têm pessoas com essa característica.

Muitos estudos na literatura internacional indicam uma associação entre o uso de substâncias e uma série de desordens como depressão, ansiedade e transtorno da personalidade anti-social (Chambless, Cherney, Caputo, & Rheinstein, 1987; Grant & Harford, 1995; Helzer & Pryzbeck, 1988; Hesselbrock, Meyer, & Keener, 1985; Kessler e cols., 1997; Merikangas e cols., 1998; Merikangas & Swendsen, 1997; Regier e cols., 1990). Esses estudos, apesar de indicarem que o uso de substâncias como álcool ou drogas (lícitas ou ilícitas) associam-se fortemente com quadros ansiedade, depressão e outros tipos de problemas mentais (Allan, 1995; Schuckit & Hesselbrock, 1996), não é possível elaborar-se um modelo com indicações causais sobre esse fenômeno.

A principal dificuldade para identificar um mecanismo único que explique a utilização de substâncias e quadros psicológicos está relacionada com o grande número de subtipos de síndromes, bem como a heterogeneidade das desordens do uso de substância. Merikangas e cols. (1998), realizaram uma compilação do resultado de seis estudos epidemiológicos na Europa e Estados Unidos avaliando participantes entre 14 e 64 anos da população geral, totalizando 29.705 pessoas. O DSM-III-R foi utilizado como critério diagnóstico para a identificação de desordens de humor, de ansiedade e de conduta. A-

lém disso, foi feito um levantamento do padrão de utilização de álcool ou drogas indicando três níveis de severidade.

Merikangas e cols. (1998) encontraram resultados que indicam uma associação direta entre o padrão de uso de álcool (nas categorias *uso*, *problemas com álcool* e *dependência ao álcool*) e transtornos de humor, transtornos de ansiedade, transtornos de conduta, e transtorno de personalidade anti-social. Em geral, houve uma forte associação entre todos os transtornos psiquiátricos e transtornos de álcool de todos em todos os países avaliados. Transtornos de humor foram associados com o uso de álcool na metade dos países que participaram do estudo enquanto que os transtornos de ansiedade não apresentaram associação com o uso de álcool. Em todos os lugares, foram encontradas associações fortes e consistentes entre transtorno de conduta e transtornos anti-social e a dependência ao álcool.

Neste mesmo estudo, Merikangas e cols. (1998) encontraram resultados que indicam uma comorbidade entre transtorno de conduta e transtorno da personalidade anti-social com o uso de drogas. Em geral, a magnitude da comorbidade de transtornos psiquiátricos foi maior para pessoas adictas do que para pessoas com dependência ao álcool. Mulder (2002) realizou um levantamento da literatura produzida na última década sobre a associação entre alcoolismo e características da personalidade a partir de delineamentos variados, incluindo estudos transversais, com pessoas com alto risco, estudos longitudinais e estudos epidemiológicos genéticos.

Nos estudos transversais, Mulder (2002) encontrou resultados que sugerem que duas características da personalidade estão associadas com o alcoolismo, que são impulsividade / busca por novidades e neuroticismo / emotividade negativa. Apesar de estudos

com populações de alto risco indicarem que filhos de homens alcoolistas apresentam um risco maior para o alcoolismo, não é claro que essa influência ocorra em função de características da personalidade.

Mulder (2002) indica que muitas das pesquisas verificadas por ele relatam que a presença de transtorno de personalidade anti-social é um outro elemento que pode gerar o quadro e isso pode explicar alguns resultados contraditórios. Os estudos longitudinais consistentemente relatam que comportamentos anti-sociais e hiperatividade estão relacionados com o desenvolvimento posterior do alcoolismo. No entanto, estudos genéticos epidemiológicos sugerem que as medidas da personalidade apresentam um efeito modesto, mas significativo na influência genética do alcoolismo. As relações encontradas mais fortes em todos os estudos para o desenvolvimento do alcoolismo foi com o transtorno de conduta e o transtorno de personalidade anti-social.

Cooper, Agocha, e Sheldon (2000) apresentaram um modelo motivacional no qual foi testada a hipótese de que a personalidade influencia nos comportamentos de risco indiretamente de uma forma mediada, modelando a natureza e qualidade das experiências emocionais assim como os estilos característicos de *coping* relacionados a essas emoções. Este modelo foi testado em uma amostra de 1.666 adultos jovens, com idades variando de 18 a 25 anos. Os resultados deram um forte suporte ao modelo, indicando que traços amplos da personalidade, relacionados com neuroticismo e extroversão promovem o envolvimento com o uso de álcool e comportamentos sexuais de risco de formas variadas. Os indivíduos altos em Neuroticismo apresentaram a tendência a envolverem-se em comportamentos de risco como uma forma de lidar com estados de humor aversivos, enquanto que indivíduos extrovertidos apresentaram uma maior probabilidade

de envolverem-se em comportamentos de risco para aumentar as experiências afetivas positivas. Assim, os autores defendem a posição de que a personalidade influencia os comportamentos de risco indiretamente pela ativação de certas necessidades, objetivos e motivos os quais, por sua vez, estão reunidos pelo engajamento a comportamentos de riscos.

MÉTODO

Amostra

A amostra foi composta por pessoas que participavam de três grupos distintos:

1. Um grupo formado por 37 clientes de uma clínica para tratamento de adicção ao álcool e outras drogas com idade variando entre 17 e 66 anos (média de 29,70; desvio padrão de 11,94).

A clínica faz parte de uma rede de centros para tratamento de dependentes químicos que atua em sete estados brasileiros e trabalha com usuários abusivos ou aos dependentes de jogos, *internet*, álcool e outras drogas.

Após o acolhimento e a entrevista de avaliação, é indicada a modalidade de tratamento mais adequada, podendo ser ambulatorial, com sessões semanais ou residencial, com internação estimada no mínimo em trinta dias. O tratamento também é voltado para a família do dependente, pois esse é um componente considerado pelo grupo de profissionais como sendo importante para a recuperação.

2. Policiais Militares que estavam em atendimento Unidade de assistência psicológica da Polícia Militar, sendo 7 homens e 8 mulheres. Os policiais militares estavam vinculados a dois grupos distintos: atendimento geral (idade média de 31.71 anos) e

grupo de alcoolistas (idade média de 36.63 anos) com 10 e 8 participantes, respectivamente.

Os policiais militares avaliados eram atendidos na Unidade de Assistência Psicológica da Polícia Militar, que desenvolve um trabalho em conjunto com a junta médica, a qual avalia e encaminha os policiais para a avaliação psicológica. Nesta Unidade há um trabalho específico de atendimento a alcoolistas.

3. Um grupo de formado por 17 estudantes universitários (2 homens e 15 mulheres) que solicitaram a entrevista de devolução. A idade média desse grupo foi de 21,88 anos com desvio padrão de 1,54. Nesta ocasião, foi realizada a entrevista descrita a seguir, com o objetivo de aprofundar vários aspectos da história de vida dessas pessoas.

Descrição dos grupos e locais avaliados

Clínica para tratamento de alcoolismo e adicção a drogas

A clínica foi fundada em 1982, é uma rede de centros para tratamento de dependentes químicos que atua em sete estados brasileiros sob sistema de franquias. O objetivo dessa clínica é propiciar aos usuários abusivos ou aos dependentes de jogos, Internet, álcool, tabaco e outras drogas uma melhor qualidade de vida, por meio do processo de autoconhecimento, conscientização da evolução da doença e abstinência de substâncias psicoativas.

Após o acolhimento e a entrevista de avaliação, é indicada a modalidade de tratamento mais adequada, podendo ser ambulatorial, com sessões semanais ou residencial,

com internação estimada no mínimo em trinta dias. O tratamento também é voltado para a família do dependente, pois esse é um componente considerado pelo grupo de profissionais como sendo importante para a recuperação.

O tratamento é feito em duas etapas. Após a fase primária, o tratamento é continuado através de reuniões semanais, durante um período mínimo de um ano. Essa fase, chamada de Pós-Tratamento, também é considerada importante para minimizar a reincidência. Além do tratamento individual, são realizadas terapias grupais, palestras, dinâmicas, vídeos especializados, e são oferecidos materiais didáticos aos clientes.

Essa instituição foi procurada pois, conforme foi verificado na revisão da literatura, existe uma associação entre a adicção e algumas características de personalidade avaliadas pelas escalas EFE, EFS e EFN. No entanto, o fato das pessoas estarem sendo tratadas na clínica não foi utilizado como critério para a identificação de qualquer perfil psicológico diferenciado. Para isso, foram utilizadas as informações advindas das entrevistas realizadas com os participantes.

Unidade de assistência psicológica da Polícia Militar

Está subordinada ao Serviço de Ação Social da Polícia Militar que oferece aos policiais militares e familiares serviço social, jurídico, odontológico, capelania, ambulância e a unidade de atendimento psicológico.

A unidade de assistência psicológica trabalha em conjunto com a junta médica, a qual avalia e encaminha os policiais para a avaliação psicológica. Compõe o quadro de funcionários: um psicólogo, uma socióloga, um pedagogo e duas auxiliares. O psicólogo é o chefe do setor e assina os laudos e perícias; a socióloga trabalha com levantamento

estatístico passados posteriormente para o comando geral da PM; a pedagoga realiza o primeiro contato com o paciente e faz o registro do caso, além de manter o contato com os convênios; as auxiliares fazem os relatórios e documentos. Essa unidade também é responsável pelo setor de atendimento psicológico do Colégio Militar da Bahia.

Em 2003 o psicólogo da unidade propôs um trabalho com alcoolistas e resolveu fazer um cadastro e encaminhados para o programa. Utilizava-se da abordagem psicodramática na qual eram realizados grupos. No final de 2003, o serviço estava sendo oferecido a aproximadamente 100 militares (divididos em 2 grupos). No início, as dinâmicas eram coordenadas pelo psicólogo com o auxílio de um ex-alcoolista e dois observadores. Além das dinâmicas, eram oferecidas oficinas de artesanato, relaxamento. Paralelamente a esse trabalho, as pessoas estavam sendo acompanhadas pelo NEAD (Núcleo de estudo de atenção ao uso de drogas), CATA (Centro de atenção e tratamento do alcoolista), e o Hospital São Paulo (psiquiátrico). Depois do encerramento de 2003, havia uma possibilidade de contratar dez psicólogos e ampliar a oferta de tratamento, mas houve uma queixa do NEAD argumentando que isto acarretaria uma sobreposição nas propostas das duas instituições. Com isso, houve uma finalização do trabalho e a única atividade mantida foi o monitoramento dessas pessoas, que são uma vez por mês, quando é feita uma entrevista para verificar as condições clínicas dessas pessoas. Com esse monitoramento, quando são encontrados casos graves, é feito o encaminhamento para a internação no CATA.

Estudantes do curso de psicologia no Estado da Bahia

Esse grupo foi composto por estudantes do sexto semestre do curso de psicologia de uma faculdade particular no Estado da Bahia e o trabalho realizado consistiu na aplica-

ção das escalas EFE, EFS e EFN em todos os estudantes e, para aqueles que solicitaram, uma entrevista de devolução. A avaliação deste grupo visou verificar a relação entre as escalas administradas e a comparação de seus resultados com os grupos de soldados militares e adictos a álcool e outras drogas.

Instrumentos

Os participantes de todos os grupos foram avaliados com a Escala Fatorial de Socialização. Os participantes da Polícia Militar foram também avaliados com a Escala Fatorial de Neuroticismo (Nunes, 2000; Hutz & Nunes, 2001).

Entrevista semi-estruturada

Por considerar-se a participação nos grupos já descritos um critério insuficiente para a determinação de um perfil psicológico específico, foram realizadas entrevistas com as pessoas do grupo de adictos. Não foi possível a realização das entrevistas com o grupo de policiais militares seguindo os padrões necessários para o levantamento das categorias elaboradas. Desta forma, somente as informações dos instrumentos objetivos foram utilizadas para este grupo.

Essas entrevistas buscavam levantar fatos da história de vida das pessoas que pudessem indicar a presença tanto de comportamentos anti-sociais, como aspectos que pudessem indicar seu nível de extroversão. As entrevistas seguiram um roteiro inicial comum, que envolvia tópicos como relação familiar, trajetória escolar, trajetória profissional, relação com amigos, colegas e conhecidos em geral, motivo pelo qual a pessoa estava vincu-

lada ao grupo de atendimento, etc. Em função das especificidades de cada local e público, algumas modificações foram feitas nos roteiros de entrevistas para cada instituição. No Anexo C é apresentado o roteiro da entrevista utilizado na clínica para tratamento de adictos. O roteiro de entrevista utilizado para o grupo de policiais militares foi feita uma adaptação deste.

A entrevista semi-estruturada foi projetada para detectar certos indicadores de transtornos da personalidade. Nesta, foram verificados os seguintes aspectos:

Histórico clínico (CLIN): abarca as informações referentes ao histórico de uso das SPAs e os principais acontecimentos relacionados a esse uso, como acidentes, ações delituosas, agressão física a familiares, prisões, etc.

Traços de personalidade (PERSON): inclui as características observadas através do comportamento durante a entrevista ou levantadas através do relato que estão relacionadas com os fatores de extroversão e socialização. Abarca informações como impulsividade, tendência à manipulação, à mentira, desconfiança, etc.

Histórico escolar (ESCOLA): compreende os fatos que ocorreram durante a trajetória escolar, como abandono escolar, absenteísmo, baixo interesse pelos estudos, problemas de conduta na escola, expulsão, etc.

Histórico de trabalho (TRAB): aspectos relacionados com a trajetória no trabalho que englobam dificuldade de relacionamento com colegas e superiores, baixa iniciativa e liderança, etc.

Estrutura e relacionamento familiar (FAMIL): expõe a forma como os sujeitos se relacionavam com seus familiares.

Formas de relacionamento (CONJUG): engloba o tipo de relacionamento e a forma de interação estabelecida com parceiro, incluindo agressão física e verbal aos parceiros, conflitos recorrentes, infidelidade, comportamentos sexuais de risco, etc.

Fatores de risco para a utilização de substâncias psicoativas (RISCO): inclui fácil acesso às substâncias, parentes usuários, amigos usuários, etc.

Com essas informações, foram elaboradas categorias relacionadas com indicadores de transtornos. Os indicadores observados estavam associados com os aspectos relacionados acima e também com os fatores que favoreceram a manutenção do consumo de SPAs, tais como permissividade dos pais quanto ao consumo, rede social favorável ao uso, histórico de abuso de SPAs na família, entre outros.

Procedimentos

Os participantes foram avaliados individualmente nas instituições as quais estavam vinculados. O processo iniciou com um breve *rapport*, no qual foram explicados os objetivos da pesquisa, bem como o tipo de atividade que envolvia e a forma como poderiam ter uma entrevista de devolução. O termo de consentimento informado foi apresentado a todos os participantes, que foram informados que poderiam encerrar a sua participação a qualquer momento. A seguir, na clínica para tratamento a adicção, foram feitas as entrevistas que foram orientadas pelo roteiro pré-estabelecido.

A seguir, foram administradas as escalas objetivas. Toda a equipe envolvida no processo de avaliação foi instruída a iniciar a aplicação pelo instrumento que poderia estar mais relacionado com os conteúdos levantados com a entrevista. Tal instrução visava minimizar as possíveis perdas de informações em função de uma eventual interrupção do

processo sem que todas as etapas fossem completas.

Análise dos dados e discussão

O primeiro passo para a análise dos dados foi conversão dos resultados dos participantes para *escores z* considerando-se a média e desvio padrão da população geral. Foi feita a comparação dos resultados obtidos pelos participantes dos dois primeiros grupos descritos com aqueles obtidos na aplicação dos instrumentos objetivos na população geral nos estudos de validação e padronização das mesmas (Nunes, 2005). Para tanto, a variável sexo foi considerada pois a mesma interage significativamente para os níveis de Extroversão e Socialização.

Já nesta etapa foi possível verificar-se que havia uma grande especificidade dos grupos avaliados, principalmente o grupo de adictos e o grupo de alcoolistas da Polícia Militar, pois seus níveis de Socialização eram muito baixos quando comparados à população geral. Vale notar que na população geral é esperada a incidência de transtornos da personalidade entre 1 e 3 %. Assim sendo, quando são feitas comparações entre grupos clínicos e a população geral, é feita uma pequena subestimação das diferenças entre eles.

A seguir, foram calculadas as médias dos escores padronizados dos participantes em cada escala administrada em função do grupo a que estavam associados. Também foi realizado o teste t de Student para verificar se as diferenças das médias dos grupos eram estatisticamente significativas. As tabelas 32 a 34 apresentam os resultados das análises descritas.

Tabela 32. Resultados da EFE e EFS no grupo de adictos (n=37; gl=1135).

Escala	Média	Desvio padrão	t	p
S1	-0,69	1,24	4,09	<0,001
S2	-1,14	1,32	6,74	<0,001
S3	-0,67	1,03	4,00	<0,001
SOC	-1,07	1,23	6,35	<0,001
E1	0,01	1,02	0,06	NS
E2	-0,03	1,03	0,18	NS
E3	-0,18	1,01	1,08	NS
E4	0,17	1,01	1,02	NS
EXTR	0,01	0,95	0,06	NS

Tabela 33. Resultados da EFS no grupo de policiais militares não alcoolistas (n=7, gl =1105).

Escala	Média	Desvio padrão	t	p
S1	-0.96	0.90	2.54	<0.001
S2	0.49	0.38	3.38	<0.001
S3	-0.11	0.79	0.28	NS
SOC	-0.21	0.55	0.56	NS

Tabela 34. Resultados da EFS no grupo de policiais militares alcoolistas (n=8, gl=1106).

Escala	Média	Desvio padrão	t	p
S1	-1.35	1.64	3.54	<0.001
S2	-0.23	1.15	0.59	NS
S3	-1.26	0.78	3.43	<0.001

SOC	-1.24	1.08	3.27	<0.001
-----	-------	------	------	--------

Foram calculadas as correlações entre os indicadores obtidos nas entrevistas e os resultados das escalas objetivas no grupo de adictos e com estudantes universitários. Na tabela 35 são apresentadas as escalas que, no mínimo, apresentaram alguma correlação estatisticamente significativa. Pode-se observar que as maiores correlações ocorreram entre os indicadores advindos da história escolar dos participantes (ESCOL) e as escalas de Socialização. Esse resultado é de suma importância, pois indica que o resultado de uma escala de personalidade pode relacionar-se com a ocorrência de abandono escolar, absenteísmo, problemas de conduta, tendência a quebrar as regras escolares, etc. Também é importante notar que o escore geral de Socialização apresenta correlação com importantes conteúdos identificados pelas entrevistas: aspectos clínicos, fatores de risco para o uso de substâncias, aspectos da personalidade e história escolar.

Tabela 35. Correlação entre as escalas EFE e EFS com os indicadores da entrevista (n=54).

Escala	E1	E2	E3	E4	EXTRO	S1	S2	S3	SOC
CLIN	0.07	-0.13	-0.14	0.21	-0.01	-.36*	-0.23	-0.28	-.35*
RISCO	-0.15	-0.13	-0.13	-0.06	-0.18	-0.22	-.34*	-.36*	-.38**
PERSON	0.11	0.05	0.14	.32*	0.23	-0.10	-.35*	-0.25	-.29*
ESCOL	-0.15	-0.06	-0.18	0.11	-0.12	-.44**	-.47**	-.54**	-.60**

* p<0,05

** p<0,01

Foi verificada também a média dos números de indicadores para o grupo de pessoas em tratamento para adicção e para os estudantes universitários. Como o tamanho da amostra é muito pequeno, essa análise tem apenas um caráter exploratório e serve como

uma indicação inicial de que o sistema de indicadores utilizado para o levantamento das entrevistas é capaz identificar as diferenças dos dois grupos. A tabela 36 apresenta as médias dos dois grupos, e o valor do p calculado pelo teste t de Student comparando-as.

Tabela 36. Média e desvio padrão do número de indicadores para os grupos avaliados

		CLIN	RISCO	PERSON	ESCOLA	TRAB	CONJUG
Estudantes	M	0.82	0.59	0.88	0.65	0.00	0.82
N=17	DP	1.01	0.87	1.05	0.70	0.00	0.95
Adictos	M	3.57	2.62	1.89	2.95	0.46	1.41
N=37	DP	2.34	1.64	1.93	2.17	0.69	0.98
p (teste t)		<0,01	<0,01	<0,05	<0,01	<0,01	<0,05

COMENTÁRIOS FINAIS

As análises realizadas no presente estudo indicam que a escala construída apresenta boas características psicométricas, com sub-dimensões compatíveis com as listadas na literatura internacional (Widiger & Trull, 1992). Os subfatores apresentam uma alta consistência interna e associam-se entre si de acordo com os resultados geralmente obtidos nas pesquisas na área. É necessário fazer uma ressalva, contudo, no sentido de lembrar que os dados foram colhidos a partir de uma amostra de conveniência, que não é capaz de representar adequadamente a população brasileira. O estudo realizado deve ser ampliado para amostras em todas as regiões do País e em diversas classes sociais e culturais para produzir normas nacionais.

Também seria interessante o estudo das propriedades dos itens para partir da Teoria da Resposta ao Itens. Essas análises possibilitarão a verificação das qualidades psicométricas dos itens e das escalas como um todo de uma forma mais refinada. Além disso, seria muito importante a aplicação simultânea da EFE e EFS com outros instrumentos que avaliam esses construtos ou correlatos, verificando-se, assim, a validade concorrente dos instrumentos.

Além disso, apesar do Estudo 2 ter gerado resultados que indicaram a capacidade da EFS e EFE em diferenciar pessoas com perfis psicológicos variados, existe a necessidade de continuidade desse trabalho. A escolha desses grupos claramente beneficiou a avaliação da EFS e seriam necessários outros grupos para a adequada avaliação da validade de critério da EFE.

De uma forma mais geral, pode-se apontar ainda a necessidade da construção de escalas para a avaliação dos fatores Realização e Abertura, dentro do modelo dos Cinco Grandes Fatores e, por fim, a realização de uma análise fatorial com os itens de todas as escalas para a confirmação da estrutura interna do Modelo.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4ª edição). Washington, DC: APA.
- Allan, C. A. (1995). Alcohol problems and anxiety disorders—A critical review. *Alcohol and Alcoholism, 30*, 145-151.
- Allport, G. W. (1927). Concept of trait and personality. *Psychological Bulletin, 24*, 284 - 293.
- Allport, G. W. (1937). *Personality: a psychological interpretation*. New York, NY: Holt.
- Allport, G. W. (1961). *Pattern and Growth in Personality*. New York, NY: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- Allport, G. W., & Odbert, H. S. (1936). Trait names: A psycho-lexical study. *Psychological Monographs, 47*.
- Ben-Porath, Y. S., & Waller, N. G. (1992). “Normal” personality inventories in clinical assessment: general requirements and potential for using the NEO Personality Inventory. *Psychological Assessment, 4*, 14 – 19.
- Birenbaum, M., & Montag, I. (1986). On the location of the sensation seeking construct in the personality domain. *Multivariate Behavioral Research, 21*, 357-373.
- Bond, M. H. (1979). Dimensions of personality used in perceiving peers: Cross-cultural comparisons of Hong Kong, Japanese, American, and Filipino university students. *International Journal of Psychology, 14*, 47-56.
- Bond, M. H., Nakazatu, H., & Shiraishi, D. (1975). Universality and distinctiveness in dimensions of Japanese person perception. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 6*, 346-357.

- Borgatta, E. F. (1964). The structure of personality characteristics. *Behavioral Science*, *12*, 8 – 17.
- Borkenau, P., & Ostendorf, F. (1990). Comparing exploratory and confirmatory factor analysis: A study on the 5-factor model of personality. *Personality and Individual Differences*, *11*, 515-524.
- Briggs, S. R. (1992). Assessing the Five-Factor Model of personality description. *Journal of Personality*, *60*, 253-293.
- Buss, D. M. (1991). Evolutionary personality psychology. *Annual Review of Psychology*, *42*, 459-491.
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (1988). *Perspectives on personality*. Boston: Allyn & Bacon.
- Cattell, R. B. (1947). Confirmation and clarification of primary personality factors. *Psychometrika*, *12*, 197 – 220.
- Cattell, R. B. (1948). The primary personality factors in women compared with those in men. *British Journal of Psychology*, *1*, 114 – 130.
- Cattell, R. B. (1950). *Personality: a systematic theoretical and factual study*: McGraw-Hill.
- Cattell, R. B. (1965). *The scientific analysis of personality*. Londres: Penguin.
- Cattell, R. B. (1984). *Adventure through red Devon*. Exeter: Obelisk.
- Cattell, R. B., Saunders, D., R., & Stice, G. F. (1950). *The 16 personality factor questionnaire*. Champaign, Ill: Institute for Personality and Ability Testing.

- Chambless, D., Cherney, J., Caputo, G., & Rheinstein, B. (1987). Anxiety disorders and alcoholism: A study with inpatient alcoholics. *Journal of Anxiety Disorders, 1*, 29–40.
- Cooper, M. L., Agocha, V. B., & Sheldon, M. S. (2000). A motivational perspective on risky behaviors: The role of personality and affect regulatory processes. *Journal of Personality, 6*(1059 – 1088).
- Costa, P. T., Jr., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and Five Factor Inventory (NEO-FFI) professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Costa, P. T., Jr., & Widiger, T. A. (1993). Introduction. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (pp. 1-10). Washington, DC: American Psychological Association.
- Depue, R. A., & Collins, P. F. (1999). Neurobiology of the structure of personality: Dopamine facilitation of incentive motivation and extraversion. *Behavioral and Brain Sciences, 22*, 491-569.
- Digman, J. M. (1993). Historical Antecedents of the Five-Factor Model. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (pp. 13-18). Washington, DC: American Psychological Association.
- Draguns, J., Krilova, A., Oryol, V., Rukavishnikov, A., & Martin, T. (1998). *Personality characteristics of the Nentsy in the Russian Arctic*. Paper apresentado em Personality traits and culture - New perspectives on some classic issues, San Francisco, CA.
- Eysenck, H. J. (1947). *Dimensions of personality*. New York, NY: Praeger.

- Eysenck, H. J. (1950). Criterion analysis: an application of the hypothetico-deductive method of factor analysis. *Psychological Review*, *57*, 38 – 53.
- Eysenck, H. J. (1952). *The scientific study of personality*. New York, NY: Macmillan.
- Eysenck, H. J. (1953a). *The Structure of Human Personality*. London: Methuen.
- Eysenck, H. J. (1953b). *Uses and Abuses of Psychology*. London: Penguin Books.
- Eysenck, H. J. (1970). *The structure of human personality*. Londres: Methuen.
- Eysenck, H. J., & Rachman, S. (1965). *The causes and cures of neurosis*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Fiske, D. W. (1949). Consistency of the factorial structures of personality ratings from different sources. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, *44*, 329-344.
- Gibson, H. B. (1981). *Han Eysenck*. London: Peter Owen Limited.
- Goldberg, L. R. (1981). Language and individual differences: The search for universals in personality lexicons. *Review of Personality and Social Psychology*, *2*, 141-165.
- Goldberg, L. R. (1982). From ace to zombie: Some explorations in the language of personality. Em C. D. S. J. N. Butcher (Org.), *Advances in personality assessment* (Vol. 1, pp. 203-234). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Goldberg, L. R. (1990). An alternative "Description of Personality": The Big-Five factor structure. *Journal of Personality and Social Psychology*, *59*, 1216-1229.
- Goldberg, L. R. (1992). The development of markers for the Big-Five factor structure. *Psychological Assessment*, *4*, 26-42.
- Grant, B. F., & Harford, T. C. (1995). Comorbidity between DSM-IV alcohol use disorders and major depression: Results of a national survey. *Drug and Alcohol Dependence*, *39*, 197-206.

- Guilford, J. P. (1959). *Personality*. New York: McGraw-Hill.
- Gurthie, G. M., & Bennet, A. B., Jr. (1971). Cultural differences in implicit personality theory. *International Journal of Psychology*, 6, 305-312.
- Hartshorne, H., & May, M. A. (1928). *Studies in Deceit*. New York: Macmillan.
- Helzer, J., & Pryzbeck, T. (1988). The co-occurrence of alcoholism with other psychiatric disorders in the general population and its impact on treatment. *Journal of Studies on Alcohol*, 49, 219-224.
- Hesselbrock, M., Meyer, R., & Keener, J. (1985). Psychopathology in hospitalized alcoholics. *Archives of General Psychiatry*, 42, 1050-1055.
- Hutz, C. S., & Nunes, C. H. S. S. (2001). *Escala Fatorial de Neuroticismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hutz, C. S., Nunes, C. H. S. S., Silveira, A. D., Serra, J., Anton, M., & Wieczorek, L. S. (1998). O desenvolvimento de marcadores para a avaliação da personalidade no modelos dos Cinco Grandes Fatores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 395-409.
- Jensen, A. (1958). Personality. *Annual Review of Psychology*, 9, 295 – 322.
- John, O. P., Angleitner, A., & Ostendorf, F. (1988). The lexical approach to personality: A historical review of trait taxonomic research. *European Journal of Personality*, 2, 171-203.
- Kelly, E. E., & Fiske, D. W. (1951). *The prediction of performance in clinical psychology*. Ann Arbor, Mi: University of Michigan Press.
- Kessler, R., Crum, R., Warner, L., Nelson, C., Schulenberg, J., & Anthony, J. (1997). Lifetime co-occurrence of DSM-III-R alcohol abuse and dependence with other

- psychiatric disorders in the National Comorbidity Survey. *Archives of General Psychiatry*, *54*, 313-321.
- Kluckhohn, C., Murray, H. A., & Schneider, D. M. (1953). *Personality in nature, society and culture*. New York, NY: Knopf.
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Loukas, A., Krull, J. L., Chassin, L., & Carle, A. C. (2000). The relation of personality to alcohol abuse / dependence in a high-risk sample. *Journal of Personality*, *68*, 1153 – 1175.
- Lucas, R. E., Diener, E., Grob, A., Suh, E. M., & Shao, L. (2000). Cross-Cultural Evidence for the Fundamental Features of Extraversion. *Journal of Personality and Social Psychology*, *79*, 452 – 468.
- Marx, M. H., & Hillix, W. A. (1973). *Sistemas e Teorias em Psicologia*. São Paulo: Cultrix.
- McAdams, D. P. (1992). The Five-factor Model in personality: A critical appraisal. *Journal of Personality*, *60*, 329-361.
- McCormick, R. A., & Smith, M. (1995). Aggression and hostility in substance abusers: the relationship to abuse patterns, coping style, and relapse triggers. *Addictive Behaviors*, *20*, 555-562.
- McCrae, R. R. (1991). The five-factor model and its assessment in clinical settings. *Journal of Personality Assessment*, *57*, 399 – 414.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (1997). Personality Trait Structure as a Human Universal. *American Psychologist*, *52*, 509-516.

- McCrae, R. R., & John, O. P. (1992). An introduction to the Five-Factor Model and its applications. *Journal of Personality, 60*, 175-216.
- McDougall, W. (1932). Of the words character and personality. *Character and Personality, 1*, 3-16.
- Merikangas, K. R., Mehta, R. L., Molnar, B. E., Walters, E. E., Swendsen, J. D., Aguilar-Gaziola, S., et al. (1998). Comorbidity of substance use disorders with mood and anxiety disorders: results of the international consortium in psychiatric epidemiology. *Addictive Behaviors, 6*(23), 893-907.
- Merikangas, K. R., & Swendsen, J. (1997). The genetic epidemiology of psychiatric disorders. *Epidemiologic Reviews, 19*, 1-12.
- Mulder, R. T. (2002). Alcoholism and personality. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 36*, 44-52.
- Norman, W. T. (1963). Toward an adequate taxonomy of personality attributes: Replicated factor structure in peer nomination personality ratings. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 66*, 574 - 583.
- Norman, W. T., & Goldberg, L. R. (1966). Raters, ratees, and randomness in personality structure. *Journal of Personality and Social Psychology, 4*, 681-691.
- Nunes, C. H. S. S. (2000). *A construção de um instrumento de medida para o fator neuroticismo / estabilidade emocional dentro do modelo de personalidade dos cinco grandes fatores*. Type, UFRGS, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.
- Nunes, C. H. S. S. (2005). *Construção, normatização e validação das escalas de socialização e extroversão no modelo dos Cinco Grandes Fatores*. Type, UFRGS, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.

- Nunes, C. H. S. S., Alves, A. P. S., Tomazoni, F., & Hutz, C. S. (2001). Evidências da validade de critério da Escala Fatorial de Neuroticismo - EFN [Resumo]. *Em Sociedade Brasileira de Rorschach e outras técnicas de avaliação psicológica (Org.), Anais, IV Encontro da Sociedade Brasileira de Rorschach e outras técnicas de avaliação psicológica*, (p. 188). Itatiba: SP.
- Nunes, C. H. S. S., Lamego, A. N., Vieira, C. P., Barreto, J. R., Pereira, L. M. C., Simões, M. S., et al. (2003). Processo de Validação da Escala Fatorial de Extroversão – Resultados Preliminares. [Resumo]. *I Congresso Nacional de Avaliação Psicológica / IX Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos (Org.), Anais*, (p. 247). Campinas: SP.
- O'Connor, B. P., & Dyce, J. A. (1993). Test of General and Specific Models of Personality Disorder Configuration. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (pp. 223 - 246). Washington, DC: American Psychological Association.
- O'Connor, B. P., & Dyce, J. A. (2002). Test of General and Specific Models of Personality Disorder Configuration. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (2 ed., pp. 223 - 248). Washington, DC: American Psychological Association.
- Pasquali, L. (1999). Testes Referentes a Construto: Teoria e Modelo de Construção. Em L. Pasquali (Org.), *Instrumentos Psicológicos: Manual Prático de Elaboração* (pp. 37-71). Brasília, DF: Laboratório De Pesquisa em Avaliação e Medida – LabPAM.
- Pasquali, L. (2001). *Técnicas de Exame Psicológico – TEP: manual*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia.

- Regier, D. A., Farmer, M. E., Rae, D. S., Locke, B. Z., Keith, S. J., Judd, L. L., et al. (1990). Comorbidity of mental disorders with alcohol and other drug abuse. *Journal of the American Medical Association, 264*, 2511–2518.
- Schuckit, M., & Hesselbrock, V. (1996). Alcohol dependence and anxiety disorders: What is the relationship? *American Journal of Psychiatry, 153*(139-140).
- Sharpe, G. P., & Desai, S. (2001). The revised Neo Personality Inventory and the MM-PI-2 Psychopathology Five in the prediction of aggression. *Personality and Individual Differences, 31*, 505-518.
- Snow, C. P. (1959). *The two cultures*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Thurstone, L. L. (1934). The vectors of mind. *Psychological Review, 41*, 1-32.
- Trull, J. T., & McCrae, R. R. (2002). A five-factor perspective on personality disorder research. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (2 ed., pp. 45-58). Washington, DC: American Psychological Association.
- Tupes, E. C., & Christal, R. E. (1992). Recurrent personality factors based on trait ratings. *Journal of Personality, 60*(225-252).
- Watson, D., & Clark, L. A. (1997). Extraversion and its positive emotional core. Em R. Hogan, J. Johnson & S. Briggs (Orgs.), *Handbook of personality psychology* (pp. 767—793). San Diego, CA: Academic Press.
- Watson, J. B. (1930). *Behaviorism*. London: Kegan Paul.
- Widiger, T. A., & Frances, A. J. (2002). Toward a dimensional model for the personality disorders. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the*

Five-Factor Model of Personality (2 ed., pp. 23-44). Washington, DC: American Psychological Association.

Widiger, T. A., & Trull, T. J. (1992). Personality and psychopathology: an application of the five-factor model. *Journal of Personality*, *60*, 363 – 393.

Widiger, T. A., Trull, T. J., Clarkin, J. F., Sanderson, C., & Costa, P. T. (1993). A description of the DSM-III-R and DSM-IV personality disorders with the five-factor model of personality. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (pp. 41 - 56). Washington, DC: American Psychological Association.

Widiger, T. A., Trull, T. J., Clarkin, J. F., Sanderson, C., & Costa, P. T. (2002). A description of the DSM-IV personality disorders with the five-factor model of personality. Em P. T. Costa & T. A. Widiger (Orgs.), *Personality Disorders and the Five-Factor Model of Personality* (2 ed., pp. 89-102). Washington, DC: American Psychological Association.

Yang, K., & Bond, M. H. (1990). Exploring implicit personality theories with indigenous or imported constructs: The Chinese case. *Journal of Personality and Social Psychology*, *58*, 1087-1095.

ANEXO A. TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.

Prezado (a) Senhor (a),

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de construir um instrumento para a avaliação da personalidade no Brasil. Solicitamos sua colaboração, respondendo às escalas. Não há respostas certas ou erradas e sua sinceridade é fundamental. Lembramos que as suas respostas serão mantidas em sigilo, sendo apenas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Em nenhum momento ao longo do desenvolvimento da pesquisa os participantes serão identificados de forma alguma. A sua participação é voluntária, podendo o participante encerrar a sua colaboração a qualquer momento que desejar. Será requisitado àqueles participantes que desejam uma devolução em relação ao material que estão respondendo que preencham o campo adequado com o número da sua carteira de identidade ou CPF. A devolução dar-se-á na data combinada com o aplicador.

Se tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, o participante pode procurar os coordenadores da mesma na secretaria do curso de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa, fone (71) 205.1700.

Desde já, agradecemos a sua participação.

ANEXO B. ROTINA DESENVOLVIDA PARA O CÁLCULO DA PROBABILIDADE
DO SUJEITO TER RESPONDIDO A EFE OU EFS

```
COMPUTE pro_efe = (item011+item021+item058+item090+item105+(16-  
(item072+item091)))/49*100 .
```

```
COMPUTE pro_efs = (item001 + item006 + item008 + item020 + item023 + item036 + item043  
+ item050 + item057 + item063 + (13*8-( item009 + item042 + item060 + item062 + item077 +  
item081 + item085 + item091 + item094 + item096 + item105 + item108 + item110 )))/161*100
```

```
.
```

```
EXECUTE .
```

```
IF (PRO_EFE>PRO_EFS AND ESCALA =1) TIPO=1.
```

```
IF (PRO_EFE<PRO_EFS AND ESCALA =2) TIPO=1.
```

```
IF (PRO_EFE<PRO_EFS AND ESCALA =1) TIPO=0.
```

```
IF (PRO_EFE>PRO_EFS AND ESCALA =2) TIPO=0.
```

```
EXECUTE .
```

ANEXO C. ROTEIRO PARA ENTREVISTA PARA O GRUPO DE ADICTOS

EXTROVERSÃO:

- Idade
- Sexo
- Motivo da “internação”
 - Qual é a substância mais utilizada?
 - Com que frequência utilizava?
 - Contexto que levou à procura da instituição
 - Histórico clínico
 - Quando começou o uso? Possíveis motivos?
 - Trajetória?
 - Quantas vezes tentou “parar”? Estratégias utilizadas e seus resultados*?
 - Já buscou tratamento antes? Quantas vezes?
 - Já teve / causou algum risco de vida em função do uso das substâncias?
 - Se já teve envolvimento com atividades ilícitas (além das questões com as drogas)? Como?
- Escolaridade → em detalhes, verificando a trajetória educacional das pessoas
 - mudanças de escolas / cursos universitários,
 - problemas de adaptação: expulsão, brigas, repetências, se parou de estudar por algum tempo, concentração, assiduidade
 - como era o rendimento escolar
 - se tem amigos relevantes da época da escola / universidade
- Trabalho
 - Ocupação atual
 - Trajetória profissional
 - Teve problemas em função da adicção?
 - Realização profissional, satisfação no trabalho (aspectos: salário, condições de trabalho), identificação com as tarefas

- Como se relaciona com os colegas
- Estrutura familiar:
 - com quem mora, pessoas “agregadas”?
 - dependentes
- Estado civil
 - verificar número de casamentos e separações.
 - Se tem / teve algum relacionamento “significativo” e o tempo
 - “Qualidade” dos relacionamentos
 - Se está recebendo apoio do(a) companheiro(a)
 - Como “o uso” afetou o relacionamento com o companheiro?
- Relação familiar:
 - Reação do parceiro (a) e família ao “fato”
 - Pessoas que dão apoio e aquelas com quem tem conflitos (fora o cônjuge)
 - Tem recebido visitas familiares? De quem?
 - Como “o uso” afetou o relacionamento com os familiares?
 - Há casos na família com “quadros” semelhantes? Quais? Que tipos de transtornos?
- Laços sociais:
 - principais vínculos
 - Como “o uso” afetou o relacionamento com os amigos
- Religiosidade:
 - Como descreve a sua religiosidade?
 - Possui alguma prática religiosa?
 - A religiosidade tem alguma influência no tratamento da adicção?
- Instituição/ Tratamento:
 - Há quanto tempo está na instituição?
 - Confiança na instituição?
 - Confiança nos profissionais
 - Como foi a adaptação com o grupo?
 - Confia nas pessoas?
 - Tipos de vínculos

- Percebeu alguma mudança / melhora?
- Dificuldades encontradas no tratamento
- Expectativa em relação ao tratamento?

ANEXO D. LISTAGEM DOS COMPONENTES DO LABORATÓRIO DE MEDIDAS
E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Professores:

Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes

Márcia Leite Simões

Alunos:

Alda Nery Lamego

Aline Santos

Amanda Raña Ferreira

Carine Cerqueira

Cristiane Prado Vieira

Eduardo Santos Vieira

Erika Saab

Fernanda

Flávia Pinho

Jamile Gomes

Janaína Rocha Barreto

Lara Rauen

Leda Maria Costa Pereira

Livia Coelho

Lorena Renczakowski

Maiana Farias Oliveira Nunes

Mariana Pimentel

Milla Adami

Natacha Cerqueira

Paula Azevedo

Paula Cabussú Calazans Farias

Priscila Dórea

Robson Freitas

Sissi Vigano

Talita Almeida

Tatiana Freitas da Cunha

Verônica Dantas

Verônica Falcón